



Programa de
Pós-Graduação em
Linguística

O DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL CONTRA A CORRUPÇÃO NO HGPE/2006:
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

Luciana Carmona Garcia

SÃO CARLOS
2009



Universidade Federal de São Carlos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

O DISCURSO POLÍTICO ELEITORAL CONTRA A CORRUPÇÃO NO HGPE/2006:
MEMÓRIA E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

LUCIANA CARMONA GARCIA
Bolsista: Fapesp

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

São Carlos - São Paulo - Brasil
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

G216dp

Garcia, Luciana Carmona.

O discurso político eleitoral contra a corrupção no
HGPE/2006 : memória e construção de identidade / Luciana
Carmona Garcia. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
178 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2010.

1. Análise do discurso. 2. Discurso político. 3. Semiologia
histórica. 4. Política - corrupção. I. Título.

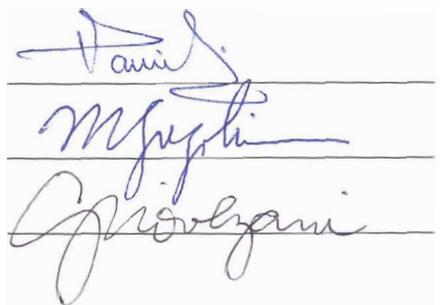
CDD: 401.41 (20^a)

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima Valencise Gregolin

Prof. Dr. Carlos Félix Piovezani Filho



The image shows three handwritten signatures in blue ink, each written on a horizontal line. The first signature is 'Vanice', the second is 'M. do R. de F. Valencise Gregolin', and the third is 'C. F. Piovezani Filho'.

Dedicatória

À Thaís Delgado Garcia (in memoriam).

Por tudo o que vivemos.

Agradecimentos

Aos meus pais, Pedro e Lairce, por me ensinarem, dentre tantas outras coisas, o valor de uma vida em família.

À profa. Dra. Vanice Sargentini, orientadora desta pesquisa, pela agradável acolhida no programa de pós-graduação, pela confiança, e por tornar suave e apaixonante o meu caminho pela Análise do Discurso.

À profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira, pela atenção e crítica com que leu os originais para a qualificação, contribuindo para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao prof. Dr. Carlos Piovezani, pela preciosa contribuição desde a qualificação e por aceitar compor a banca de defesa.

À profa. Dra. Maria do Rosário Gregolin, por fazer parte da banca de defesa, da minha vida acadêmica e pessoal.

Ao meu irmão, Diego, jovem historiador, por acompanhar de perto o amadurecimento deste trabalho, pelo companheirismo e pelas agradáveis conversas noturnas sobre a vida, sobre o mundo, sobre nós, sobre a (H)história.

À minha irmã, Lucimara, por estar sempre ao meu lado, pelo apoio, pela amizade e pela irmandade que nos une.

Às minhas sobrinhas, Nathália e Fernanda, por serem as crianças mais preciosas na minha vida e por tornarem mais felizes todos os meus dias.

Aos meus tios, Dorival e Toninha, e aos meus primos Fernando, Mariângela e Ana Carolina, por estarem sempre presentes na minha vida.

À Lígia Araújo e à Marília Magri, pela grande amizade surgida de nosso encontro com/na linguagem, que transpôs as fronteiras da universidade.

Aos grandes amigos, Ricardo Neto e Clayton Marques, pelos sorrisos, pelas conversas, pelos conselhos, pela torcida, pela amizade.

Aos amigos que fiz na UFSCar, Aline Azevedo, Mariúcha Neri, Sidnay Fernandes, Renata Odorissio, Lívia Pires, Laura Colli, Pedro Varoni, Amanda Braga, Jocnilson Ribeiro, Israel de Sá, por deixarem um pouquinho de si comigo e por levarem um pouquinho de mim consigo.

Aos amigos da Unesp de Araraquara, pelos agradáveis encontros acadêmicos e pelas deliciosas comemorações.

À Família Balanceis, pela calorosa acolhida em Torrinha e por tornarem divertidíssimos os muitos momentos juntos.

Ao meu querido Jonathan, meu fotógrafo preferido, pelo afetuoso e constante apoio durante este percurso, pela doçura e pelo romantismo que me (re)conquistam diariamente.

À Fapesp, pelo financiamento a esta pesquisa.

Resumo

A presente investigação busca verificar os regimes de discursividade do discurso político e, em especial, descrever e analisar os discursos dos candidatos à eleição presidencial na campanha de 2006, focalizando o tema “corrupção”. Para tanto, constituímos um *corpus* com sequências discursivas do HGPE, veiculado pelas redes de televisão aberta, do período de 15/08 a 27/10 de 2006. A motivação para trabalhar com a análise do discurso político televisivo surge a partir da observação de que, dentre os suportes de difusão do discurso político eleitoral (documentos oficiais do partido e de candidatura, reprodução de jingles e slogans em bandeiras ou carros de som, debates televisivos, HGPE), as transmissões televisivas têm maior circulação nesse período. O tema da corrupção, devido à sua circulação e ao seu alcance, emerge continuamente na fala dos candidatos e de seus eleitores – como estratégia de ataque (dos candidatos da oposição) e de defesa (do candidato da situação) – e com mais amplitude e força na campanha presidencial de 2006, devido a episódios como “mensalão” e “dossiê”. A questão que norteia a pesquisa é: como se pode analisar o discurso político atual, considerando a multimodalidade dessa produção discursiva? Amparados em reflexões propostas por Jean-Jacques Courtine, temos como **objetivos** (i) analisar o funcionamento do discurso político eleitoral televisivo contra a “corrupção”, dentro da propaganda política dos principais presidenciáveis em 2006; (ii) analisar o confronto entre os discursos dos candidatos, tomando como foco de análise o tema “corrupção”. As análises apontam que as regularidades no discurso político visam a afastar o caráter de mentirosos e corruptos que povoa o imaginário social a respeito dos atores políticos – e funcionam exatamente como estratégias de constituição de uma identidade livre dos estigmas. A imagem, sobretudo em movimento, aliada ao verbo (oral e escrito) se constitui como uma *doobra* do dizer: ela também *diz*, em conjunto, constituindo uma *homologia discursiva*, mas que domestica o olhar. O *espetáculo*, a teatralização do discurso político, nesse suporte, busca suscitar a emoção, a sedução, o encantamento. E, nessa conjunção de elementos que configuram o HGPE, a imagem constitui uma linguagem muito eficaz, favorecendo uma falsificação das aparências na ambição de mostrar a essência do homem; assim, é possível manipular a verdade, pois ela está ligada à aparência, ao que se vê.

Palavras-chave: Análise do Discurso, discurso político, Semiologia Histórica, corrupção.

Abstract

This research seeks to verify the discursivity regime of the political discourse and, specially, to describe and analyze the discourses of presidential candidates in 2006 campaign, having focus in the theme “corruption”. To do so, we made a corpus with discursive sequences of HGPE, showed by free television channels, from 08/15 to 10/27 of 2006. The motivation to work with discourse analysis on television emerged from the observation that, among the diffusion supports of electoral political discourses (official party documents and appliances, reproduction of jingles and slogans in flags or sound cars, television debates, HGPE), the television transmissions had the greatest circulation in that period. The theme of corruption, because of its circulation and range, emerge continually in the discourses of candidates and their electors – with an attack strategy (from the opposition) and defense (from the situation) – and, with special strength and amplitude, in 2006 presidential campaign, because of episodes like “mensalão” and “dossier”. The question that directs the research is: how can a present political discourse be analyzed, considering the multiple ways of this discursive production? Supported by Jean-Jacques Courtine propositions, we have as **objectives**: (i) analyze how the electoral political television discourse works against the “corruption”, inside the propaganda of the most important candidates for president in 2006; (ii) analyze the confrontation of the candidates discourses, taking as focus the analysis of the theme “corruption”. The analysis points that the regularities in political discourse look to avoid the character of liars and corrupts that usually are linked to politicians in social imaginary – and they work exactly as strategies to constitute an identity free of stigmas. The image, especially in movement, allied to verbs (spoken and written) constitutes itself as the double of saying: it also says, along with, constitute a discursive homology, that domesticate the look. The show, the theatricalization of the political discourse, in this support, seeks to excite the emotion, the seduction, the charm. And, in this union of elements that makes the HGPE, the image is, perhaps, the element that constitute the language more efficient, favors a falsification of appearances in the ambition of showing the man’s essence; this way it is possible to manipulate the truth, because it’s connected to the appearance, to what is seen.

Key-words: Discourse Analysis, political discourse, Historical Semiology, corruption

Sumário

Introdução.....	8
Capítulo 1	17
As metamorfoses da AD e as transformações materiais do discurso político como objeto de estudo.....	17
1.1. Do Discurso Político	24
1.2. Da Semiologia.....	29
1.3. Do Quadro Teórico Metodológico de Análise	36
1.4. O objeto de pesquisa	43
1.4.1. Arquivo e corpus	43
1.4.2. O <i>acontecimento</i>	45
1.4.3. Justificativa do <i>corpus</i>	46
Capítulo 2	49
Por uma visada histórica do termo corrupção	49
2.1. A corrupção constitui a sociedade	50
2.2. A corrupção na constituição histórica da política brasileira	56
2.3. O tema da corrupção: do coletivo ao individual	63
2.4. O tema da corrupção no HGPE 2006.....	66
Capítulo 3	68
A configuração contemporânea do discurso político: a busca por uma identidade livre da corrupção.	68
3.1. Recursos indiretos contra a corrupção – Regularidades na propaganda política.	70
3.1.1. A construção da identidade: o programa de Geraldo Alckmin.....	75
3.1.2. A competência administrativa	81
3.1.3. O pertencimento ao povo.....	84
3.1.4. A plasticização do rosto no programa de Lula	86
3.1.5. A confiança expressa pelo rosto e pelo nome.....	98
3.1.6. A exposição da solidez e da harmonia da família/do casamento	110
3.1.7. Os usos da memória no discurso político contra a corrupção	116
3.2. Recursos diretos que sustentam o discurso contra a corrupção: do geral ao específico.....	128
3.2.1. Lula: a crise ética e o lixo debaixo do tapete.....	128
3.2.2. Alckmin: a praga da corrupção.....	144
3.2.3. Heloísa Helena: limpar a sujeira da política.....	149
3.2.4. Cristovam: nojo da política.....	156
Considerações Finais	161

Bibliografia.....	167
Índice de Figuras	175
Índice de Sequências	177

Introdução

“É um princípio comum à democracia [...] dar funções menos importantes por longo tempo e mais importantes por um tempo curto, pois os homens facilmente se corrompem e nem todos agem direito em meio à prosperidade.”

Aristóteles

O discurso político eleitoral, quando apresentado em debates televisivos, propagandas eleitorais em rádio, televisão e *internet*, em faixas, cartazes móveis, folhetos, volantes ou outros impressos, amplificadores de som ou veículos automotivos, tem maior circulação que o discurso eleitoral proposto nos documentos oficiais do partido e de candidatura.

Esta observação advém dos efeitos da configuração das “sociedades de controle”, constatada por Deleuze ([1990] 1992), como sucessora das “sociedades de disciplina” pensada por Foucault ([1975] 2004)¹. Essa nova conformação das sociedades traz como um de seus dispositivos de funcionamento a comunicação instantânea, contínua, em todos os lugares, ao mesmo tempo. A difusão rápida, contínua e ilimitada da informação (e do próprio discurso político eleitoral) pela televisão, pelo rádio e pela *internet* nos dá elementos para observar o funcionamento desse controle “ao ar livre” (DELEUZE, [1990] 1992, p. 220), caracterizado pela interpenetração e interconexão dos espaços – além de uma transposição de um espaço físico para um espaço virtual, como na *web* –, por uma ausência de limites demarcados e pela formação de um tempo ininterrupto em que nada se termina, tudo está em constante formulação e reformulação.

Como regulador dessa sociedade, existe, segundo Deleuze ([1990] 1992) um *modulador* universal e constante, incessantemente auto-mutante, que atravessa todos os sistemas, e faz com que o controle seja velozmente rotativo e de curta duração. O marketing passa a ser um instrumento de controle social e, para conquistar o mercado, opta por transformar o produto – já que este processo é curto e traz resultados rápidos – ao invés de

¹ Para compreender melhor a configuração que dá Foucault para as sociedades disciplinares, as quais não tratamos neste tópico, ver Foucault: *Vigiar e Punir* (1975), e as obras de Deleuze: *Conversações* (1990) e *Foucault* (1986).

aperfeiçoar a produção. Nesta formação, o poder não é mais localizável porque não mais se concentra em um local geográfico, mas se dispersa pelo globo, num movimento horizontal, impessoal e *virtual*.

A observação sobre a circulação do discurso político eleitoral por vários suportes de comunicação sustenta nosso interesse em trabalhar com a análise do discurso político televisivo. O tema da corrupção no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral de 2006, sobre o qual focaremos nosso trabalho, foi motivador da pesquisa devido a **i)** os acontecimentos discursivos que, a partir de 2005, promoveram a irrupção de enunciados que jogavam com a idéia *Lula sabia/não sabia*, relacionados ao episódio denominado *escândalo do mensalão*², e que reemergiram na campanha de 2006 como um dos pontos fortes de ataque dos candidatos de oposição nos programas eleitorais televisivos – tais enunciados passam a coexistir com novas irrupções desencadeadas pelo acontecimento discursivo do episódio denominado *escândalo do dossiê*³; **ii)** o momento histórico em que emergem esses discursos, a saber, durante o governo Lula, dada sua particular trajetória política no campo das disputas pela presidência da República, à frente do Partido dos Trabalhadores.

² A partir de meados de 2004 começaram a ser veiculadas, em revistas e jornais de circulação nacional, denúncias sobre o pagamento de uma espécie de “mensalidade” a deputados do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em troca de apoio ao Executivo. Dizia-se que esse tipo de favorecimento já vinha acontecendo havia muito tempo nos bastidores do poder. A crise, entretanto, só se deflagrou quando o acordo foi rompido. A investigação de um sistema de fraude em licitações envolvendo os Correios revelou a participação de Roberto Jefferson, deputado federal pelo PTB do Rio de Janeiro e presidente do partido, no esquema. Acuado, resolveu ir a público. Em 6 de junho de 2005, em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Jefferson denuncia Delúbio Soares, então tesoureiro do PT, como responsável pelos pagamentos mensais aos congressistas, e Silvio Pereira, secretário geral do partido, como “gerente do mensalão”. Antes de ter anunciado o esquema ao presidente Lula, Jefferson afirmava ter alertado José Dirceu (então ministro da Casa Civil) e Antonio Palocci (ministro da Fazenda). O próprio Jefferson afirmava ainda que, depois que o presidente tomara conhecimento da prática do “mensalão”, este havia sido extinto. No depoimento dado à CPI dos Correios, o deputado reafirma as acusações feitas anteriormente. O empresário Marcos Valério é acusado de ser o *avalista* da operação, e o Banco do Brasil passa a ser investigado depois de ter sido revelado um empréstimo de R\$ 20 milhões sem avalista ou bens de garantia. Segundo o Procurador Geral da República, na conclusão do inquérito, o modo de operação dos fatos apurados havia se originado em 1998, na campanha para governador do Estado de Minas Gerais, Eduardo Azeredo. Ao final do inquérito, os membros do PT que haviam sido denunciados já tinham deixado seus cargos, e 18 parlamentares, entre eles José Dirceu e Roberto Jefferson, tiveram seus mandatos cassados.

³ Em 14 e 15 de setembro de 2006, foram detidos, pela Polícia Federal, Paulo Roberto Trevisan e seu primo Luiz Antonio Vedoin, empresário da Planam, empresa acusada de liderar o esquema de superfaturação na compra de ambulâncias com dinheiro desviado – o chamado “escândalo dos sanguessugas”. Em um hotel de São Paulo, a Polícia Federal também prendeu Gedimar Pereira Passos (ex-tesoureiro do PT de Mato Grosso) e Valdebran Padilha da Silva (ex-agente da PF, e, na ocasião, suposto advogado do PT de Mato Grosso). A suspeita era a de que Trevisan, a pedido de Vedoin, teria a posse de um material composto por imagens e fotos (o suposto *dossiê*) que comprometeriam o então candidato ao governo de São Paulo, José Serra, e por extensão, o então candidato à presidência do país, Geraldo Alckmin – ambos do PSDB – no caso da compra das ambulâncias. Esse material seria vendido a Gedimar e Valdebran. A Polícia Federal apreendeu o material com Vedoin e R\$ 1,7 milhão com Gedimar e Valdebran. Este *escândalo* esteve em evidência nos programas e debates eleitorais seguintes. O presidente Lula foi julgado por abuso de poder na compra do dossiê, porém, foi inocentado por unanimidade. O ministro Cesar Asfor Rocha, então relator do caso, votou pela improcedência do processo por falta de provas.

Em 1980, o Partido dos Trabalhadores foi oficialmente fundado como partido de esquerda política que defende o socialismo como modo de organização social. Na ocasião, era composto por dirigentes sindicais, intelectuais de esquerda e católicos representantes da igreja progressista, ligada à Teologia da Libertação. Foi reconhecido como partido político pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral em 1982. Seu objetivo era lutar “por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis”⁴. O atual presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, candidatou-se, pela primeira vez, à presidência na campanha de 1989, que elegeu Fernando Collor de Melo. Em 1982, fora derrotado nas eleições para governador do Estado de São Paulo e, em 1986, havia sido eleito como deputado federal pelo mesmo Estado. Em 1992, Lula apoia o movimento pelo impeachment de Collor, resultado do envolvimento deste em várias denúncias de corrupção. Em 1994 e 1998, Lula se candidatou a presidente e foi, ambas as vezes, derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Apesar de não conseguir eleger seu presidente, o partido começou a ganhar lideranças pelo país e foi se fortalecendo, galgando espaço na disputa política do país. Na campanha política de 2002, após dois mandatos consecutivos de Fernando Henrique Cardoso, o PT entra na disputa novamente e Lula é eleito com a maioria dos votos dos eleitores. Sua campanha se apresentava sob o *slogan* “Agora é Lula”, que promovia efeitos de sentido ligados à *esperança de um Brasil melhor*⁵.

Dois anos depois, com o advento do escândalo do chamado “mensalão”, a circulação dos discursos em torno do acontecimento político promovia uma mudança na imagem do partido; a nova “imagem” que saltou aos olhos da população (devido a todo o trabalho midiático de divulgação dos *escândalos*) foi a de um partido que se contradizia todo o tempo, pois negava os valores que pregara antes de figurar no poder máximo do governo. Desde o fim do processo, outros episódios de corrupção ocorreram – sem haver participação significativa do partido como no episódio em questão – e *abrandaram* a “imagem” que se obteve do partido no escândalo político de outrora. Porém, tudo volta à tona quando se trata

⁴ De acordo com o Manifesto do partido, aprovado pelo Movimento pró-PT em 10 de fevereiro de 1980 e publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro do mesmo ano. Disponível em <http://www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf> - acesso em 02/07/2009.

⁵ A menção aos efeitos de sentido do *slogan* de 2002 se apresenta, aqui, como simples ilustração. Não empreenderemos uma análise desse exemplo.

de campanha política eleitoral na fala dos candidatos e de seus eleitores, como estratégia de ataque (por parte dos candidatos da oposição) e de defesa (por parte do candidato da situação). Em especial, na campanha de 2006, o aparecimento do escândalo do “dossiê”, no fim do segundo turno, intensificou os ataques e defesas no que concerne ao tema da corrupção. Nesse cenário, encontramos material significativo para analisar o discurso político contra a corrupção.

A investigação que ora se apresenta está sustentada pelas reflexões propostas por Courtine (2006a), a respeito da relevância de se analisar o discurso político por meio de uma semiologia da mensagem política, e **objetiva**, de modo **geral**, verificar os regimes de discursividade do discurso político veiculado pelo Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (doravante HGPE), na campanha à presidência 2006 e, em **especial**, **(i)** analisar o funcionamento do discurso político eleitoral televisivo contra a “corrupção”, dentro da propaganda política dos principais presidenciáveis em 2006; **(ii)** analisar o confronto entre os discursos dos candidatos, tomando como foco de análise o tema “corrupção”. Para tanto, constituímos um *corpus* com sequências discursivas do HGPE, veiculado pelas redes de televisão aberta, do período de agosto/2006 a outubro/2006. A escolha do *corpus* se deu por considerarmos relevante a circulação do discurso político na televisão, meio de comunicação inserido nas casas dos cidadãos, com amplo alcance público. Em um quadro de disputa política acirrada, o espectador é atingido, durante trinta minutos, por todos os candidatos ao pleito, que dispõem do direito a X minutos, variáveis a cada candidato, e aparecem seguidamente um ao outro e em uma ordem randômica a cada dia. Esse modo de circulação do discurso político eleitoral contemporâneo nos coloca uma questão, à qual tentaremos responder durante este trabalho: como se pode analisar o discurso político a partir da configuração multimodal sob a qual ele se apresenta atualmente?

Do ponto de vista de exploração do objeto, buscamos analisar a discursivização do tema corrupção num momento específico da história política do país, uma vez que a materialidade discursiva não mais se restringe à verbal, em sua modalidade escrita. Frente à necessidade de contemplar outras materialidades discursivas, outras formas de textualização do discurso, o aparato teórico da análise do discurso vem se transformando ao longo dos últimos 20 anos, fato que nos possibilita pensar sobre o sincretismo do discurso político televisual, que se apresenta sob formas curtas, fluidas, instantâneas.

Para a delimitação de nosso *corpus* de análise, coletamos os programas dos presidenciáveis de 2006 no HGPE, entre 15/08 e 27/10. Estes dados foram reunidos e estão disponibilizados no Laboratório do Discurso Político (Labor) – que conta com diversos materiais disponíveis sobre o discurso político, como o jornal Folha de S. Paulo e os planos de governo dos candidatos à presidência a partir de 2002 –, projeto financiado pelo CNPq e coordenado pela profa. Dra. Vanice M. O. Sargentini.

O passo seguinte consistiu em articular o aparato teórico ao material recortado a fim de analisar as características do discurso político sincrético e espetacularizado. Nesta fase da investigação, viu-se a necessidade de que outras materialidades discursivas além do HGPE de 2006, com circulação em diferentes suportes, complementassem as análises ao longo do trabalho, o que nos levou a buscar revistas e jornais publicados entre 2000 e 2008, impressos e eletrônicos, alguns programas, de vários Estados brasileiros, do HGPE de 2008 para a prefeitura, entre outros. Isso demonstrou que nosso *corpus* não era fechado, ele foi sendo construído ao longo das análises, de acordo com as necessidades de reflexão. Essas necessidades de reflexão possibilitaram que nossa pesquisa se pautasse na concepção de arquivo, proposta por Foucault ([1969] 2000, p. 148), que nos é importante para a definição do *corpus* de análise, na medida em que postula o jogo de circunstâncias e relações que caracterizam o discurso:

[...] O arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam, tampouco, em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas [...].

Ao definirmos que o *corpus* proposto para investigação será o discurso político veiculado pela televisão, mais particularmente, a propaganda política eleitoral, acreditamos que também nessa mecânica de produção discursiva se constitui um agente que constrói uma “espetacularização” dos acontecimentos, já que a televisão traz em seu interior e como aspecto principal, o próprio “espetáculo”, chamando e disputando a atenção de todos, num tempo em que a informação e a comunicação são “mercadorias” privilegiadas.

Para Debord ([1967] 2003), o espetáculo constitui a sociedade moderna (ou pelo menos é uma parte dela) e é para ele que convergem todos os olhares; é o lugar da ilusão.

O espetáculo existe como uma relação social entre os sujeitos, cujo elemento mediador é a imagem. Essa imagem atua como inversão do real da prática social e se estabelece como o próprio real: o que pode parecer real emerge no espetáculo, e o espetáculo é passível de se tornar o real (a ponto de tornar-se real, efetivamente). É essa confluência sem limites estabelecidos (o real é espetáculo, que, por sua vez, é real) que caracteriza a sociedade cuja aparência se consolida a partir de meados do século XX, e cuja aparência se constitui para afirmar que a verdade da humanidade é a própria aparência.

O espetáculo apresenta-se como grandioso, positivo, indiscutível e inacessível.

Sua única mensagem é “o que aparece é bom, o que é bom aparece”. A atitude que ele exige por princípio é aquela aceitação passiva que, na verdade, ele já obteve na medida em que aparece sem réplica, pelo seu monopólio da aparência (DEBORD, [1967] 2003, tese 12, p. 11-12).

É pelo *monopólio da aparência* que o espetáculo se constitui, e ao constituir-se, ele se torna o próprio *monopólio da aparência*. Debord postula que o espetáculo tem como finalidade os seus próprios meios. É por isso que ele não objetiva nenhum fim, ele objetiva simplesmente a si próprio, como o próprio espetáculo.

A conjuntura que permitiu que o espetáculo constituísse a sociedade civil contemporânea foi a fase de dominação econômica, da produção e do consumo, que levou os indivíduos a se ocuparem de suas vidas segundo os ganhos econômicos acumulados ao longo da existência. Segundo esse contexto sócio-econômico, se não se pode *ter*, é preciso que se *aparente ter*, sob a pena de que o estatuto e o prestígio social do indivíduo lhe seja negado ou extraído. Aqui, o *parecer ter* condiciona o indivíduo ao estatuto do poder.

Ao contexto sócio-econômico se incorpora o sentido da visão, privilegiado na sociedade contemporânea, que faz ver o mundo a partir das imagens e das representações do real, como num palco de *teatro*, que representa de forma abstrata e verossímil a vida real.

Nessa configuração, há um agente que atua como guia de todos os indivíduos, especializado no “viver aparente” (DEBORD, [1967] 2003, tese 60, p. 33), que condiciona o viver à superficialidade do que é aparente na vida, sem aprofundamentos, sem divisões entre sujeitos e estilos de vida. É o modelo de identificação, a “lei geral da obediência ao curso das coisas” (DEBORD, [1967] 2003, tese 61, p. 34), que mostra a felicidade através do acesso total e ilimitado ao consumo, e que disponibiliza todo o conjunto dos comportamentos

humanos admitidos como qualidades no seio da sociedade, produzindo personagens que se tornam famosas justamente por não serem o que aparentam ser (como no caso dos atores de televisão e cinema), mas com as quais os indivíduos devem se identificar, e como elas atuar, sob o perigo de desaparecer como ser social.

Com relação ao discurso político espetacularizado, Courtine ([1987] 2006a) afirma que a intenção contemporânea do enunciado dos grandes discursos políticos não é explicar, mas sim seduzir, já que as novas formas de enunciação do discurso político assujeitam os conteúdos às exigências do meio audiovisual, transformando os longos discursos proferidos pelos políticos em uma fala de fórmulas breves, fala particular e passageira, mesclada a práticas não-verbais como gestos, olhares e imagens que acompanham a constituição do discurso político no suporte televisivo.

[...] o texto político foi trabalhado por partes no interior de novas práticas de escrita e leitura: produziu e recebeu novas formas, diálogos, entrevistas, holofotes de televisão, videoclipes políticos. Lêem-se menos freqüentemente as páginas impressas de um jornal ou livro do que se ouve ou se vê em uma tela. De agora em diante, o discurso político não pode ser dissociado da produção e recepção de imagens da mesma maneira que o discurso do homem político não poderia mais se separar de sua imagem. O modelo do porta-voz político mudou profundamente os modos de subjetivação, regulados por novas práticas.

Isso acarreta uma conseqüência importante para as práticas das análises. A mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal [...] (COURTINE, [1987] 2006a, p. 84-85).

Finalmente, compreendendo essa inscrição do discurso político na televisão como materialidade sincrética, articularemos o conceito de *intericonicidade* proposto por Courtine, em que os detalhes da linguagem imagética contribuem para a organização e a apresentação do discurso (MILANEZ, 2006). Este conceito se erige sobre o postulado da existência de uma memória visual, uma memória das imagens como representação do imaginário social, construída pelos efeitos de sentido produzidos *na* e *pela* imagem, que atua na preservação histórica da memória social.

Dado o caráter multidirecional do olhar sobre a imagem, sua visibilidade e seus efeitos de sentido se constituirão a partir do encontro com o olhar do leitor-espectador num trabalho de interpretação. Quando essa imagem se configura atrelada ao verbo – à narração do locutor que lê e interpreta essa imagem para o espectador, – observa-se uma relação que visa a

estabelecer uma homologia discursiva, uma dobra do dizer, que produz efeitos de sentido como o de que o que é dito é uma verdade que pode ser comprovada pela imagem.

Focando a tela da televisão e as imagens que participam da materialidade sincrética do discurso político apresentado no HGPE, o que se vê, na maioria das vezes, é o close do rosto dos atores do HGPE: apresentadores, supostos eleitores (famosos e/ou anônimos), candidatos – estratégia estabelecida pela própria dinâmica dos programas de TV. No close sobre o rosto do homem político, traduz-se (ou se pretende traduzir) a identidade desse indivíduo associada a sua expressão corporal (facial, majoritariamente) a partir de “o quê” se quer externalizar sobre si mesmo, consolidando a instauração do sujeito no discurso, na produção de sentidos. Essas imagens operam a memória social, que se vai construindo a partir de repetições, lembranças, esquecimentos, apagamentos.

Após estas considerações introdutórias sobre a pesquisa que aqui engendramos, apresentamos a sequência operada na organização deste trabalho, distribuída em 4 capítulos.

No primeiro capítulo, apresentaremos: **a)** um panorama das transformações de materialidade pelas quais passou o discurso político como objeto de estudo da AD, e que resultaram nesta materialidade compósita verificada na circulação do discurso político contemporâneo; **b)** o modo como a teoria tem se deslocado, desde o começo dos anos 1980, com os trabalhos de Jean-Jacques Courtine, para permitir análises que compreendam um quadro multimodal de circulação dos discursos; **c)** algumas pesquisas que motivaram nosso trabalho com o discurso político na televisão; **d)** o conceito de semiologia, situando nossa pesquisa na esteira do que Courtine (1981) propõe como *Semiologia Histórica* ou *Semiologia da mensagem política* – o que sustenta nossa análise, sobretudo, em relação à expressividade dos candidatos; **e)** o quadro teórico-metodológico da AD de base francesa no qual se insere o trabalho; **f)** a justificativa de nosso *corpus* de análise a partir das noções de arquivo e acontecimento.

No segundo capítulo, apresentamos o modo como o tema da corrupção é tratado nos estudos da ciência política, desde o nascimento do conceito de organização política, desenvolvido por Platão e Aristóteles, até as reflexões liberalistas do século XIX, passando pela história política do Brasil desde seus primeiros passos na constituição da administração política até a redemocratização da República, em 1988. Este percurso histórico que buscamos empreender nos auxilia, de certo modo, a entender a presença constante do tema da corrupção

no discurso político eleitoral e, ainda, nossa herança cultural do descrédito pelo discurso político.

O terceiro capítulo apresenta as análises do nosso objeto de pesquisa, divididas em dois tópicos: **i)** os recursos indiretos e **ii)** os recursos diretos contra a corrupção no discurso político dentro do HGPE. A análise sobre os recursos indiretos empregados no discurso contra a corrupção se baseia em algumas regularidades encontradas em nosso material de pesquisa, que nos permitiram refletir sobre os enunciados sincréticos que se constituem com algumas imagens que se repetem ao longo do próprio programa do presidencial, mas também se equivalem quando da comparação com imagens de outros programas. Nesse tópico, buscaremos analisar as representações identitárias dos presidenciais a partir da expressividade do rosto, da valoração do administrador, da representação da família, da singularidade do indivíduo político, além de mostrar como os usos da memória atuam contra a corrupção associada ao campo político. A análise sobre os recursos diretos empregados no discurso contra a corrupção traz o modo como os candidatos se valem do próprio sintagma “corrupção” e/ou de seus correlatos para afastar a corrupção de si e aproximá-la do(s) adversário(s).

Finalmente, no quarto capítulo, expressaremos nossas considerações finais sobre o trabalho, buscando elucidar os resultados de um trabalho com um enunciado que se constrói, na contemporaneidade, de uma linguagem áudio-visual e que circula em um suporte televisivo, suporte este caracterizado pelo predomínio da imagem. É a partir da observação conjunta entre verbo (oral e escrito) e imagem que se produzem efeitos de sentido no HGPE, e é a partir desse funcionamento homológico entre os elementos desse enunciado (denominado sincrético) que observamos recursos indiretos no discurso contra a corrupção, que buscam afastar o estigma de corrupto na construção da identidade do sujeito político, e recursos diretos que buscam aproximar esse estigma do outro, do adversário.

Capítulo 1

“... o tempo traz consigo todas as coisas,
indiferentemente: o bem e o mal.”

Maquiavel

As metamorfoses da AD e as transformações materiais do discurso político como objeto de estudo

No que concerne aos estudos contemporâneos de Análise do Discurso de linha francesa que têm como objeto o discurso político, pautamo-nos nas reflexões de Jean-Jacques Courtine (2006a) sobre a análise das derivas da fala pública. Ao analisar um *corpus* de discurso político, estabelecendo uma relação entre os elementos multimodais configurados no discurso, o autor considera que o sujeito que *enuncia* o discurso, o sujeito político, se assujeita a “um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado” (COURTINE, [1987] 2006a, p. 64). Ao estudar os contrastes dos conjuntos de discurso político, em que se apresenta o sujeito político, descobre-se a diferença linguística de grupos políticos nas quais se baseiam suas identidades, dentro de formações discursivas consideradas como uma unidade que, ao mesmo tempo, é heterogênea, dividida.

[...] um partido político é distinto de outro por sua língua, é pelo seu discurso que ele é reconhecido, é ao seu discurso que as pessoas aderem, é seu discurso que é repetido. Posto isto, ainda permanece um problema: o fato de que os discursos políticos enfrentam-se uns aos outros, entrando em contradições ideológicas que ao mesmo tempo os unem e os dividem. Mas as individuações, que pressupõem definições contrastivas sobre o plano das condições de produção, implicam a apresentação de dois (ou mais) conjuntos de discurso, cuja homogeneidade é assegurada essencialmente por uma perspectiva diferencial. Isso mostra o que os distingue, mas apaga o que os divide, que é o fato de que a luta política afeta a apresentação das contradições ideológicas no interior de cada um dos conjuntos do discurso no qual esta homogeneidade se estabeleceu. Conseqüentemente, todo discurso político deve ser pensado como uma unidade dividida, dentro de uma heterogeneidade em relação a si mesmo, que a análise do discurso político pode ser capaz de traçar (COURTINE, [1987] 2006a, p.68).

O que caracteriza essa unidade dividida é o interdiscurso, que conduz o funcionamento polêmico do discurso político, materializando-se a partir de um discurso e produzindo um discurso na relação com o texto primeiro. Temos, portanto, o conceito de discurso político como um *lugar de memória* (NORA, 1984, 1987, 1992) quando alguns enunciados reaparecem ou desaparecem de acordo com a necessidade e outros são repetidos ininterruptamente. Isso confere à política um poder, na medida em que funda uma possibilidade de se exprimir, de abrir um direito à fala e de possuir um valor de proposição eficaz (alguns discursos precisam ser lembrados, repetidos, num trajeto complexo em que se vêem formações discursivas que se transformam, se entrecortam, se escondem, ressurgem posteriormente, ou se diluem, deslizam ou desaparecem). A memória alça o discurso à condição de patrimônio verbal de uma classe a partir do passado e do coletivo que a ampara:

“Se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio [...] das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas.”⁶ (COURTINE, [1981] 2006a – p. 92).

A questão do interdiscurso postula que os discursos partem de um já dito e refletem em outro dito posterior, porque estão em cadeia. Assim, em todo discurso se fazem presentes discursos anteriores a ele, que se significam e se ressignificam. A memória discursiva permitirá – dentro de uma formação discursiva – o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados que pertencem a formações discursivas posicionadas historicamente. Partindo dessa questão, é significativo buscar o interdiscurso dentro do discurso da “situação” e da “oposição” no campo do discurso político-eleitoral, ou seja, buscar como se dá a apropriação de discursos anteriores atribuídos à história política nacional, de que modo são trazidos à baila novamente e como se (re)significam.

Nossa investigação se inscreve na esteira de alguns dos trabalhos que consideram o discurso político como material de análise; são eles: os de J.J. Courtine, Carlos Piovezani, Luzmara Curcino Ferreira. Tais investigações serviram de motivação para nossa pesquisa no sentido de que se observa uma ampliação do domínio de objetos de análise no campo do discurso político.

⁶ Para abordar esta questão, faremos um exercício de análise no subitem 3.1.7.

Os primeiros trabalhos tomados como base para a elaboração de nosso projeto de pesquisa foram os de J.J. Courtine (2003) e Piovezani (2003), publicados em *Discurso e Mídia: a cultura do espetáculo* (GREGOLIN, 2003). Nesta obra, diversos autores discutem, em seus artigos, o discurso midiático, a partir da perspectiva da produção da cultura do espetáculo como fato de discurso. Nesse quadro, figura o discurso político, espetacularizado como efeito de discurso de práticas sócio-historicamente determinadas, na *ordem do discurso*. Na linha entre a *mediatização do político* e a *politicização da mídia*, os dois autores supracitados analisam os deslizamentos de sentido desses novos regimes de discursividades. Courtine (2003) analisa o *deslizamento do espetáculo político* no enfoque dos debates políticos na televisão, que promovem a observação das transformações da fala política exigidas pela transformação dos dispositivos midiáticos nos modos de circulação dos discursos: a fala fluida, instantânea, transmitidas em um suporte por meio do qual o corpo toma proporções amplas na *teatralização do político*, e transformam os indivíduos em um misto de *heróis de novelas e mercadorias à venda*. Piovezani (2003), por seu turno, analisa o papel da mídia brasileira como “porta-voz” da política, num palco onde a mídia se auto-institui a função de “reveladora da verdade” por trás da cortina do *teatro*, a fim de desempenhar o papel de *representante* da coletividade no confronto com os personagens políticos. A partir dessas análises, nosso trabalho começa a ganhar corpo ao tomar o discurso político produzido e posto em circulação segundo os moldes de um suporte midiático específico em um dado momento histórico-social brasileiro.

Na origem das reflexões de J.J. Courtine está sua tese de doutoramento, intitulada “*Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens*”, na qual o autor analisa o discurso político a partir de um conjunto de discursos do Partido Comunista Francês dirigido aos cristãos, de 1936 a 1976, na representação da “política da mão estendida”, retomando a relação da língua com as ideologias. Para tanto, o autor delimita um conjunto de princípios na inscrição de seu trabalho que se baseiam **i**) na relação entre a língua e seu exterior (quem fala, qual é o sujeito do discurso, como caracterizar a emergência do sujeito, de que fala o discurso, e como descobrir seus temas), **ii**) nas condições em que o discurso é produzido, compreendido e interpretado e, **iii**) em que medida as condições (o exterior da língua) se inscrevem na relação do discurso com a língua (organização linguística dos elementos do discurso), apontando a relação entre língua e história.

A pesquisa se realiza dentro de um quadro teórico que abarca questões concernentes ao *enunciado*, à *formulação* e ao *discurso*. Dentro desse quadro, o autor propõe que o *domínio de saber* próprio a uma FD (à qual a contradição é constitutiva) se constitui em seu interdiscurso (exterior específico que determina uma formulação possível), e os elementos de saber se formam no interior daquela. É esse *domínio* que determina *o que pode e deve ser dito* tanto quanto *o que não pode e não deve ser dito* – instaurando, assim, a concepção de heterogeneidade constitutiva das FDs como uma fronteira móvel dentro da luta ideológica, das transformações do momento histórico e de uma formação social dada. Assim, o interdiscurso é concebido como *instância de formação/repetição/transformação* dos elementos de saber de uma FD, que define a mobilidade das fronteiras. Nessa configuração, o enunciado se constitui como forma *indefinidamente repetível* dentro de uma *rede de formulações* em que se consolida a referência dos elementos de saber e se situa a *instância do sujeito de saber próprio de uma FD*.

No nível da formulação, o intradiscurso (funcionamento de uma sequência discursiva com relação a ela mesma) é descrito como o “fio do discurso”, a “*horizontalização da dimensão vertical de constituição*” dos enunciados, o lugar em que se manifesta o *imaginário* no âmbito do discurso, *onde o sujeito enunciatador é produzido, na enunciação, como interiorização da exterioridade do enunciável*.

O *discurso*, efetivamente, funciona, conforme Courtine (1981), no entrecruzamento do plano do interdiscurso com o do intradiscurso, da mesma forma em que se podem averiguar *posições de sujeito* a partir desse entrecruzamento.

É, também, no entrecruzamento de interdiscurso e intradiscurso, que determinadas formulações-origem retornam em uma atualidade, provocando um *efeito de memória*. Na busca por caracterizar repetições, rupturas, limiares e transformações no tempo, Courtine (1981) propõe que as sequências discursivas sejam organizadas em três domínios de objetos: o *domínio de memória* – constituído por um conjunto de sequências que preexistem à sequência discursiva de referência e que possibilitam a apreensão do funcionamento discursivo do pré-construído, além de possibilitar a demarcação de um *domínio de formulações-origem*, que permite descobrir a emergência de enunciados figurando como elementos de saber próprios de uma FD no desenvolvimento do processo discursivo; o *domínio de atualidade* – conjunto de sequências que coexistem com a sequência discursiva de referência num dado momento histórico que se inscrevem na *instância do acontecimento* e se

reatualizam; e o *domínio de antecipação* – conjunto de sequências que se sucedem à sequência discursiva de referência, ressaltando o caráter infundável do processo discursivo, de modo que sempre haverá *discurso ainda* (considerando que sempre há um *já dito*).

Por fim, para dar conta da constituição do sujeito falante em sujeito ideológico de seu discurso, a AD deve responder, na relação entre memória e discurso, *o que significam “lembrar”, “esquecer”, “descobrir” para um sujeito enunciador tomado no desenvolvimento histórico das práticas discursivas reguladas pelas FDs*. Nesta perspectiva, encontramos, em nosso trabalho, a possibilidade de aplicar as noções de memória e discurso no que concerne aos acontecimentos discursivos do “mensalão” e do “dossiê”, por considerarmos que essa memória atua de maneira a produzir sentidos que se (re)significam no confronto dos discursos que abordam o tema da corrupção.

Piovezani (2007) e Ferreira (2006), também em suas teses de doutoramento, apresentam-nos trabalhos que enfocam os novos regimes de discursividade nos quais se insere o político, e que nos oferecem ferramentas para tratar das técnicas de circulação de imagens dentro do texto sincrético do HGPE.

Piovezani, em seu trabalho, intitulado *Verbo, Corpo e Voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo* (2007)⁷, conjuga a perspectiva discursiva com contribuições da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia – adotando a proposta da Semiologia histórica, concebida por J. J. Courtine – para pesquisar a viabilidade e avaliar a produtividade do enfoque sobre a produção de efeitos de verdade no HGPE de 2002, ao mesmo tempo em que busca avaliar o alcance das análises sobre o discurso político em AD e sugerir novas possibilidades teóricas e analíticas, em vista das configurações do discurso político eleitoral brasileiro na atualidade: um tipo de fala pública que assume formas breves (constituídas no entrecruzamento de diferentes temporalidades da história) e que contribui para a legitimação do próprio campo em que se inscreve, à medida que apresenta determinadas propriedades em sua materialidade.

De acordo com o autor, para caracterizar este novo discurso político, não se pode mais considerar um único aspecto de análise; ao contrário, é preciso adotar um conjunto de critérios

⁷ Publicado em 2009, pela Edunesp, sob o título: **Verbo, corpo e voz: dispositivo de fala pública e produção da verdade no discurso político.**

analíticos. Em se tratando do discurso político que se produz e circula em condições eleitorais, que se transmite pela televisão na contemporaneidade, essas condições específicas de produção e circulação marcam as formas do discurso analisado. A Semiologia histórica é o enfoque que possibilitou a restituição da dimensão histórica do discurso, além de reafirmar uma noção de texto menos problemática no interior da AD. É a partir desta perspectiva analítica proposta pela Semiologia histórica que desenvolvemos nosso trabalho, abordando a temática da “corrupção”.

O trabalho de Ferreira (2006), intitulado *Práticas de Leitura Contemporânea – representações discursivas do leitor inscritas na revista Veja* (2006), busca, com base na teoria da AD e em princípios da História cultural, identificar, refletir e analisar representações de práticas de leitura produzidas pela mídia impressa, espaço de formulação e circulação de discursos que caracterizam a sociedade e o leitor contemporâneos. Desse modo, busca identificar regularidades nas técnicas de escrita dos textos, concebidas como *índices de representações de práticas de leitura contemporâneas*.

A partir das reflexões sobre constituição, formulação e circulação dos discursos, a autora propõe uma reconfiguração do conceito de materialidade discursiva, considerando que as materialidades discursivas nos textos da mídia impressa envolvem o verbal e o imagético, os gêneros discursivos e os suportes nos quais os textos ganham materialidade empírica, simbólica e histórica.

As práticas de produção discursiva estabelecem e implicam *fluidez* na apropriação dos discursos, o que faz da revista impressa um objeto descartável, e este aspecto é manifestado tanto na materialidade de sua forma como no curto período de validade das informações que veicula.

Uma das técnicas de escrita analisadas na pesquisa se constitui na ampliação das fotografias, de modo geral. Conjuntamente a essa ampliação, observou-se o emprego do close de rosto das personagens políticas. Esta técnica visa à exploração dos lapsos gestuais e expressivos dos atores políticos na produção de efeitos de sentido. De acordo com a autora, e com base em reflexões sobre o crescimento do individualismo ao longo da história, essa técnica evidencia, contraditoriamente, *sua dissimulação na medida em que supostamente delega ao leitor o estatuto de verdadeiro e único intérprete*. Dado o quadro histórico do aumento da individualização, nessa técnica de escrita se materializa e se representa o

individualismo, a partir de imagens de indivíduos isolados, cuja ampliação significativa dá a ver os olhos e poros (para *dar acesso* ao interior dos indivíduos).

Além desta técnica de escrita, a autora analisa o direcionamento singularizado dos modos de interpelação do leitor – técnica denominada *singularização*. Encontramos, nas reflexões da autora sobre esta técnica, elementos importantes para nosso trabalho. No subitem 3.1.6., valemo-nos da correlação com a *singularização* para analisar as regularidades dos modos de representação particularizada do indivíduo político.

A leitura das imagens é mais veloz que as decodificações dos textos verbais, já que a imagem é o primeiro elemento atraído pelo olhar⁸. Os textos verbais perderam espaço na mancha da página e deram lugar a fotografias maiores e em maior número, que impactam o leitor pela precisão nos detalhes e pela exploração dos movimentos do indivíduo capturado pela lente da câmara fotográfica. Essa e outras novas estratégias de escrita surgiram com os novos estilos de formulação e circulação dos discursos, propiciando o (e, ao mesmo tempo, sendo propiciadas por) o aprimoramento de técnicas de impressão que possibilitaram a inserção de maior quantidade de imagens.

A autora avalia como o surgimento da TV influencia a revista impressa, de modo que se desenvolvem técnicas de captura e edição de imagens fixas que buscam produzir um efeito de movimento – o chamado “efeito tela”, que utiliza o close e a reprodução sequencial de imagens fotográficas.

As análises das técnicas de escrita sugerem, ao mesmo tempo, fragilidade e resistência da mídia impressa – o primeiro aspecto devido à concorrência com a circulação digital, e o segundo, a sua capacidade de adaptação aos novos meios e novos leitores. A recepção ágil, combinada à necessidade ávida e superficial de se ler novos e diversos textos, manifesta-se nas práticas de leitura da mídia impressa como a *ordem do discurso* da sociedade de consumo.

É neste espaço de reflexões que inscrevemos nossa pesquisa e buscamos pensar os recursos diretos e indiretos do discurso político eleitoral contra a corrupção na produção de sentidos dentro do HGPE.

⁸ Tal afirmação pode ser verificada em Pêcheux (1999) e Coulom-Gully (2003).

1.1. Do Discurso Político

A partir dos acontecimentos políticos (e discursivos) de Maio de 68, na França – dentre eles, a assinatura do Programa Comum da União de Esquerda –, a Análise do Discurso (AD) erigiu-se como política de leitura visando à prática da leitura de textos políticos, mais especificamente dos textos políticos da Esquerda Francesa. Nesse campo de discussão teórica (COURTINE [1982] 2006a, p. 11), a AD empreendeu um trabalho sobre os “escritos doutrinários” retirados de textos políticos que configuravam o discurso de esquerda da época.

Naquele momento, a AD se consolidava como uma disciplina do campo da Linguística (com o projeto de reintegrar, em seus estudos, o que se considerava que Saussure havia deixado de lado) e trazia, como métodos, instrumentos sintáticos e procedimentos distribucionais que se apoiavam na problemática da enunciação proposta por Benveniste e Jakobson – que levava a AD a exibir resultados em forma de listas e tabelas –, operando uma descontextualização que, por meio de regras, produzia efeito(s) de leitura.

Mas é também neste mesmo momento que a AD promove o encontro da linguística com a política, apesar de operar com um reagrupamento de *já ditos*, conforme a tradição discursiva, transformando o enunciado político em um *corpus doutrinário* e apagando o conflito, a polêmica e a interatividade características do discurso político – na busca pela homogeneidade discursiva, o enunciado termina por ser encapsulado sob um sistema de regras que, primeiramente, determinavam as relações entre os termos do enunciado e, depois, a relação entre os elementos linguísticos e o exterior.

Este olhar sobre o discurso, além de ter sido simultâneo ao contexto dos eventos de Maio de 68, também refletiu a evolução da Linguística nos anos 1970 – quando se abrem perspectivas sociolinguísticas e históricas para o trabalho com a linguagem. Por outro lado, como esclarece Courtine ([1982] 2006a), esta perspectiva sobre o discurso se consagrou como um paradoxo ao lidar com uma “*revolução*” estudantil midiaticizada – em que predominavam as imagens como instrumento de impacto – por meio de formas discursivas “arcaicas”, prestes a desaparecerem. A reflexão a respeito do paradoxo do olhar sobre o discurso tomará lugar somente na década de 1990 e trará a constatação de que Maio de 68 foi o ponto de partida das formas breves, das novas discursividades no discurso político em detrimento da língua de madeira (SÉRIOT, 1986).

A concepção pedagógica ligada à história do movimento operário na França postulava o aprendizado da leitura do real por trás da opacidade, ambiguidade e pluralidade do texto, e teve como fim fazer da AD, além de um aparato teórico, um *modo de intervenção política*, afetando o surgimento da AD na escolha dos objetos de estudo, em seus conceitos e em seus dispositivos de análise. Assim, é o discurso político que figura como objeto único de pesquisa nesse campo, com o objetivo de “ensinar ao cidadão”, mostrar-lhe a verdade, a “visão clara” que deve “saltar aos olhos”, ser o lugar de “transparência e neutralidade” (preocupação anterior, segundo Courtine ([1982] 2006a, p. 16), à época da Revolução Francesa):

essa prática é constituída por uma montagem de dispositivos lingüísticos que vêm sanar uma deficiência, ou uma incapacidade dos leitores dos discursos políticos; ela supõe a leitura ou a compreensão de uma falta, o que M. Pêcheux (1981, p. 5) denominou como “a imbecilidade dos selvagens da política”. Em uma palavra: é uma *prótese lingüística* realizada por uma *pedagogia da verdade* (COURTINE, [1982] 2006a, p. 14).

Consequentemente, a AD produziu

[...] um modo de leitura dos discursos por meio de um conjunto de dispositivos que se aparenta ao que eu nomearia, por metáfora, uma *domesticação do olhar* sobre os textos: uma passagem obrigatória do olho, uma canalização da observação dos textos que operam, na sua materialidade gráfica de um campo de arquivos doutrinários, uma separação entre elementos captados e elementos residuais (COURTINE, [1982] 2006a, p. 20).

Porém, na década de 1980, as reflexões que sustentavam a AD começam a ampliar-se, fazendo com que a disciplina se abra para novas discursividades. É a partir de então que o discurso político deixa de ser único objeto de estudo. Nessa perspectiva, o discurso político é visto sob novas formas e a materialidade do discurso na mídia começa a ser analisada.

Em 1983, Michel Pêcheux (em *Discurso: Estrutura ou Acontecimento*, traduzido em 1990) analisa as mudanças geradas pela midiatização da política a partir do enunciado “On a gagné!” (Ganhamos!), pano de fundo do acontecimento político de 10 de maio de 1981, na França: a eleição de François Mitterrand.

O autor traça um panorama do acontecimento francês, destacando a intervenção da mídia na verbalização do enunciado imbricado à imagem televisiva, e o compara a um evento esportivo também levado ao ar pela TV.

O jogo metafórico com o futebol⁹ é o resultado da estratégia midiática em inserir os resultados eleitorais no mesmo universo estabilizado que é mostrado na TV – a imagem dos parisienses reunidos na Praça da Bastilha enunciando “On a gagné!” remete à cena da torcida no campo de futebol gritando a vitória do seu time. Essa estratégia é minuciosamente arquitetada nos trabalhos anteriores ao acontecimento político que “visam prefigurar discursivamente o acontecimento” através de listas com porcentagens de votos dos candidatos, números relativos à campanha, dados por especialistas políticos, como verdadeiros comentaristas futebolísticos, analisando a vitória de uma equipe sobre a outra pelo maior saldo de pontos.

Porém, a materialidade do enunciado insere-o em um domínio associado implícito com estabilidade lógica variável, já que, no domínio político, ele não é transparente como no domínio esportivo; não tem sujeito, tampouco complemento (Quem ganhou? Ganhou o quê? Como? Por quê?).

O que se vê a partir dessa irrupção discursiva é que o enunciado que se incorpora ao contexto político não pertencia a este campo enunciativo, se comparado às palavras de ordem dos *slogans* dos anos de 1960-1970, em que se ouviam: “é só um começo, continuemos o combate” / “nós queremos, nós teremos satisfação” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 59) – e inscreve, então, novos aspectos na configuração do discurso político.

Essa nova caracterização no discurso político é consequência da evolução do funcionamento da mídia operando em conjunto com a classe política depois dos anos 1970, quando os confrontos eleitorais ganham o *status* de “vedete” pela comunicação de massa, “a psicologização dos conflitos, através da retórica do suspense, da reconciliação e da disputa, vai de par com uma informação das ‘bases’ que passa agora mais rápida pelo canal de TV [...]” (PÊCHEUX, [1983] 1990, p. 60). A partir desse momento, o espetáculo se consolida e impõe a “performance” ao homem político.

A AD, então, começa a se modificar:

⁹ A título de ilustração, é possível perceber em nosso objeto de pesquisa a metáfora do jogo, que insere o discurso político em outros universos estabilizados. Um dos enunciados mais repetidos nos programas do HGPE de 2006 e que inserem a disputa política no universo do jogo do bicho é: “É Lula/Geraldo na cabeça”. No item 3.1.7. ., analisamos um recorte que sugere uma certa inserção do discurso político no interior do universo da competição esportiva.

Enquanto antes a análise do discurso se detinha na descrição dos textos, atualmente ela se volta para as práticas orais; quando ela ainda observava preferencialmente a intertextualidade, os processos “verticais” que atravessam um conjunto de discursos para lhe dar coerência e consistência, passou a focalizar a análise sobre o fio do discurso, sobre a horizontalidade de uma seqüência discursiva enunciada por um sujeito. Ela investigava as centralidades discursivas, agora, pretende apreender as margens do discurso (COURTINE, [1992] 2006a, p. 45).

A história da Análise do Discurso vai se constituindo e seus construtos teóricos vão se modificando nos entremeios da evolução da “ordem do discurso” e da história política e social do Ocidente. Seus métodos de análise vão evoluindo e se transformando de acordo com (e refletindo) a evolução e a transformação do objeto de estudo, que se materializa num complexo multimodal e passa a ser observada a partir desse complexo, conseqüente da invasão das “estratégias discursivas da sociedade de consumo” (COURTINE, 2009, p. 13). Essa história também reflete crenças, segmentações sociais e ideológicas, polêmicas de toda natureza, pois elas incidem sobre as escolhas dos sujeitos, as definições de recortes e objetivos.

No que concerne ao discurso político televisivo atual, imagem e verbo estão profundamente imbricados, devido ao predomínio midiático contemporâneo, que apresenta verbal e não-verbal, fala, corpo, rosto, gesto, ao mesmo tempo e no mesmo lugar, numa sucessão de flashes – exigindo do analista a articulação da língua e da história num entrecruzamento de séries de enunciados verbais aliados a diversas práticas sociais.

Ao contrastar discursos políticos buscando identidades, emergem confrontos discursivos em que as contradições ideológicas unem, mas, ao mesmo tempo, dividem os partidos. As individualizações colocam, então, uma perspectiva diferencial que busca assegurar uma homogeneidade do discurso de um partido, mostrando distinções de cada um, mas apagando a divisão entre os discursos partidários – nos quais se proferem semelhantes enunciados, com semelhantes entonações, gestos e imagens. Assim, o discurso político se configura como unidade dividida, numa heterogeneidade interna, que se representa no interdiscurso, materializando afrontamentos e diferenças de opinião.

Nessa perspectiva, o sujeito do discurso político se perfaz em um jogo complexo de significações:

O sujeito político, aquele que enuncia um discurso, está realmente assujeitado a um todo de muitas condições de produção e recepção de seu enunciado. Ele é o ponto de condensação entre linguagem e ideologia, o lugar onde os sistemas de conhecimento político se articulam na competência lingüística, diferenciando-se um do outro, mesclando-se um ao outro, combinando com um outro ou afrontando-o em uma determinada conjuntura política (COURTINE, [1987] 2006a. p. 64).

O sujeito do discurso se constrói a partir de um conjunto de modos de enunciação que a “ordem do discurso” lhe impõe, restringindo e orientando as possibilidades do enunciado, de modo que apareçam legitimações de discursos do sujeito político “honesto”, “educador”, “militante”, “corajoso”, “que dá o exemplo”, “que cuida de gente” e que se coloca como testemunha do real do mundo, a partir da memória histórica como processo discursivo – repetindo discursos que devem poder ser lembrados, apagando outros que permanecem em vigília, saturando, fazendo funcionar os sentidos. Ao analista cabe questionar os modos de funcionamento (que fazem lembrar e esquecer) e de existência material dessa memória discursiva – “Se o discurso é um lugar de memória, é porque ele traz o vestígio [...] das flutuações e das contingências de uma estratégia; a impressão sedimentada de uma história, de suas continuidades e de suas rupturas” (COURTINE, [1981] 2006a, p. 92).

Seguindo um percurso que busca a semiologia da mensagem política¹⁰, vemos que a evolução e a transformação da Análise do Discurso entrelaçada ao objeto de estudo, faz-nos encontrar uma nova configuração do discurso político: formas fluidas, breves, curtas, instantâneas, inscritas em um jogo enunciativo transmitido pela TV por meio de flashes, falas descontínuas, sobreposições de imagens, em que se apaga o político como sistema e prevalece o individualismo representado pelo homem político. Não há mais a figura do partido por detrás do homem político (exceto por um pequeno logotipo no canto inferior ou superior da tela da televisão); ele aparece como indivíduo, em “close”, e fala em nome dele *a cada um dos eleitores-espectadores*, como se houvesse um diálogo, uma conversa privada, numa prosa

¹⁰ A ser desenvolvido no item 1.2.

simples, de fácil acesso, voltada para a sociedade de massa¹¹. O trabalho do analista, agora, deverá levar em conta todos esses aspectos discursivos que caracterizam a fala pública.

A intenção é menos explicar ou convencer, mas seduzir ou conquistar: formas didáticas da retórica de uma política clássica modelada pela máquina erudita são substituídas por novas formas, assujeitando os conteúdos políticos às exigências de práticas de escrita e leitura adequadas ao aparato áudio-visual de informação (COURTINE, [1987] 2006a, p.84).

Dessa forma, o discurso político foi profundamente repaginado sob os holofotes, com novas formas de discursividades, novas práticas de leitura, com cores, sons, luzes, câmera. Não se pode mais separar discurso político da imagem, assim como não se separa mais o homem político de sua imagem:

a mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal” (COURTINE, [1987] 2006a, p. 85).

Tendo em conta todos esses aspectos fluidos e descontínuos que caracterizam o discurso político contemporâneo, analisaremos os confrontos entre os discursos dos candidatos, tomando como termo de análise o tema “corrupção”.

1.2. Da Semiologia

Saussure, no *Curso de Lingüística Geral* (1969), diante do caráter *social* da linguagem, postulava a necessidade de uma ciência dos signos (a Semiologia), cujos conceitos

¹¹ Como simples ilustração aos aspectos do “close” da fala do indivíduo político, trazemos um recorte do *corpus* deste trabalho que corrobora nosso postulado. No programa do dia 15 de agosto de 2006, Cristovam Buarque, em close, com um logotipo que anuncia o número 12 e traz o nome do partido (PDT), enuncia: “Eu preciso muito de



você, e o Brasil precisa muito de você” (01:06 – 01:08).

principais poderiam ser tomados de empréstimo da Linguística, que, por sua vez, constituía-se apenas como um setor daquela.

A Semiologia, naquele momento, ainda em fase de surgimento, não organizada formalmente, seria conceituada como:

[...] *uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social*; ela constituiria uma parte da Psicologia social e, por conseguinte, da Psicologia geral; chamá-la-emos de *Semiologia* (do grego *seméion*, ‘signo’). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e esta se achará deessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, [1916] 2000, p.24).

Sendo a “vida social” entendida como o “conjunto dos fatos humanos” no qual são incluídos ritos e costumes sociais, esta conceituação pode levar-nos a compreender que tal “ciência dos signos”, já nesta primeira acepção, se estende a vários contextos nos quais se encontram heranças sociais de caráter universal, como, por exemplo, os mitos de uma sociedade.

Foi pensando nos mitos da sociedade francesa de meados do século XX que Barthes empreendeu seus ensaios, organizados posteriormente no livro *Mitologias* ([1957] 1985).

Nessa obra, Barthes inscreve o estudo do mito como um fragmento da semiologia postulada por Saussure, mas ressalta que, até aquele momento da composição de seus ensaios sobre a cultura de massa da década de 1950, a semiologia ainda não havia se constituído como ciência formal. Esse destaque parece conceder a Barthes uma maior abertura em suas reflexões, pelo fato de que não há uma filiação total à metodologia estruturalista saussureana. Para o autor, era importante o estudo sobre a significação, e “postular uma significação, é recorrer à semiologia” (BARTHES, [1957] 1985, p. 133).

No mito, assim como na língua e no psiquismo, encontra-se o *significante*, o *significado* e o *signo* (a relação entre o significante e o significado), mas ele é um “*sistema semiológico segundo*” (BARTHES, [1957] 1985, p. 136) porque se forma a partir de uma série semiológica já existente antes. O signo do primeiro sistema se transforma em significante do mito, e seu significado (ou *conceito*) vai se construir em uma rede de causas e efeitos, motivações e intenções que implantam uma nova história no mito. Mas o conceito

mítico não é rígido, é um conglomerado um tanto quanto *fluido* de um saber social: ele (o conceito) pode “construir-se, alterar-se, desfazer-se, desaparecer completamente. E é precisamente porque são históricos, que a história pode facilmente suprimi-los [os conceitos míticos]” (BARTHES, [1957] 1985, p. 142).

O sentido do mito se dá em uma relação de *deformação* que ele estabelece com o conceito, relação possibilitada porque o significante do mito já tem um sentido linguístico estabelecido anteriormente, e ao confrontar-se com o conceito, este desvia o sentido primeiro e o transforma em gesto, dando um *valor* ao mito. Mas esse sentido *outro* estabelecido entre conceito e significado antecedente é sempre motivado pela função que o mito exerce em uma sociedade.

Já em *Elementos de Semiologia* ([1964] 1997), podemos ver um Barthes mais estruturalista. Em seu livro, ele didatiza os elementos dessa ciência, tomando como ponto de partida as definições firmadas na linguística estrutural de Saussure, de Hjelmslev, de Jakobson e de Benveniste, para, a partir delas, situar a Semiologia e propor alguma ampliação na conceituação anteriormente feita por Saussure e seus seguidores, porque o *signo* vai além dos limites da Linguística, e passa a ser “traduzível *em outros sistemas que não a linguagem articulada* (BARTHES, [1964] 1997, p. 8 – grifos do autor).

Para Barthes ([1964] 1997), a Semiologia tinha, em seu surgimento, duas tarefas: a primeira era a de delinear uma teoria geral da pesquisa semiológica e, a segunda, elaborar semióticas particulares, aplicadas a objetos e a domínios circunscritos, como o vestuário, a alimentação, etc.

Em sua obra, o autor busca definir uma teoria geral da pesquisa semiológica e postula uma relação entre a Semiologia e o conjunto do saber e da escritura, além de atribuir a ela a *responsabilidade humana, histórica, filosófica e política*, devido aos diálogos constantes com o estruturalismo etnológico (por Lévi-Strauss), a análise das formas literárias (pelos formalistas russos e Propp), a psicanálise (por Lacan), a filosofia (por Derrida), o marxismo (por Althusser) e a teoria do texto (por Sollers e Julia Kristeva). Por buscar esse contato com outras ciências, das quais derivam outras disciplinas e outras exigências, a Semiologia foi se aprofundando, mas também diversificando-se, fragmentando-se, contradizendo-se, expondo-se.

Assim, a teoria se define por ter como objeto de estudo *qualquer sistema de signos*, não importando substâncias ou limites: enfim, tudo o que possa significar – objetos, imagens,

gestos, comportamentos –, dado que eles só significam perpassados pela linguagem. Nesta perspectiva, inverte-se o papel teórico da Linguística, já que Barthes salienta que a linguagem humana se constitui como o amplo sistema de signos da vida social e não há outros sistemas de objeto que tenham significados fora da relação com a linguagem: a Linguística se alça ao *todo* teórico, e a Semiologia é concebida como uma parte da teoria Linguística, que estuda as *grandes unidades significantes* do discurso e unifica os estudos em outras áreas do conhecimento (Antropologia, Sociologia, Psicanálise, Estilística). Segundo o autor, os *Elementos* têm como objetivo propor e esclarecer a terminologia *Semiologia* para que se possa conceber, a partir dela, um trabalho analítico.

Como exemplificação de trabalho analítico a partir da concepção de Semiologia, o autor tratará de sistemas de signos como a vestimenta, a alimentação, o mobiliário e o sistema de signos ligados ao automobilismo.

Nesta reflexão, Barthes ([1964] 1997) discute o signo semiológico em relação ao signo linguístico, no que concerne a suas semelhanças e diferenças. Assim como o linguístico, o signo semiológico também é composto por um significante e um significado – como a cor vermelha do semáforo (significante), que imprime determinada conduta no trânsito (significado) –, mas se separa do modelo linguístico de significante/significado no nível das substâncias de expressão, porque extrapola o limite da classificação linguística, constituindo variações não-significantes, mas que pertencem à língua – como as conotações.

Trata-se de objetos de uso que se tornam objetos de significação: é o caso da roupa, cuja função é a proteção, e que acaba adquirindo significações sociais a partir da *moda*, portanto, além de *funcionar*, também *significa*. É o que Barthes denomina *função-signo*: qualquer uso se torna signo do próprio uso, na sociedade, já que ela produz sempre padrões, normas, modelos. A constituição sgnica dos objetos se dá a partir desses modelos, e pode ser *refuncionalizada*, conotada, a partir de um valor antropológico inerente à constituição do significado. Portanto, em Semiologia, os objetos, as imagens, os gestos, são concebidos como significantes e adquirem significados que remetem ao que é dizível por meio deles mesmos, exceto quando os signos da língua se encarregam de um significado semiológico – assim, determinada vestimenta poderia significar *a noite encantadora do primeiro encontro*, o que faz derivar um sentido que não está somente no significante indumentário (a blusa, o cachecol, o chapéu), mas também em um *fragmento de palavra* (a noite encantadora).

Barthes admite o estudo semiológico como *inventário* para o reconhecimento de sistemas de significação e séries paradigmáticas de articulação dos sentidos a que os homens submetem o real, distribuindo os fatos segundo os eixos *sintagmático* e *paradigmático* da Linguística. Ao afirmar que o objetivo da Semiologia é *reconstituir o funcionamento dos sistemas de significação diversos da língua* (1997, p.103), postula que os objetos de estudo devem ser interrogados, unicamente, sob a relação de sentido que detêm, sem que outros determinantes (psicológicos, sociológicos, físicos) interfiram no sistema – noção que culmina com o estabelecimento de que a pesquisa semiológica deve ser feita sincronicamente, a partir de um *corte* na história, para descobrir o tempo *próprio dos sistemas*.

A Semiologia Histórica será proposta por Courtine ([1987] 2006a) para tratar do discurso político contemporâneo, dada a complexidade de sua constituição multimodal na atualidade, advinda das transformações percebidas ainda no início dos anos de 1980 quanto à materialidade sincrética dos enunciados que circulavam na mídia, suporte que, à época, se encontrava em amplo processo de expansão. Para analisar as transformações do discurso político – que passa a ser televisionado e a se constituir de verbo, som, gesto e imagem – o autor, após seu trabalho sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos (COURTINE, 1981), desloca o enfoque teórico tradicional da AD sobre *corpora* predominantemente escritos e se volta em direção às perspectivas históricas e antropológicas, em um primeiro momento, em reflexões sobre as práticas e representações do rosto, e, mais recentemente, sobre as práticas e representações do corpo.

A mensagem política não é mais unicamente lingüística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos capazes de lê-las e sabermos como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise lingüística. A mutação dos modos de comunicação política exige a renovação de uma **semiologia da mensagem política** que permitirá sua apreensão global (COURTINE, [1987] 2006a, p.85; grifos nossos).

A proposta semiológica de Courtine, no entanto, não é consonante com a semiologia estruturalista consolidada desde o fim do século XIX até a década de 1970. Sua pretensão é a de “estender o alcance da visada discursiva” (PIOVEZANI, 2007, p. 139).

O empenho de Courtine para compreender as transformações do discurso político contemporâneo, resultantes do desenvolvimento do aparato audiovisual, sobretudo, do

desenvolvimento da televisão, levou-o a pensar sobre as relações entre o corpo e o discurso presentes na “espetacularização da política” (2003, p. 25) e o conduziu a reflexões sobre as práticas e as representações da expressividade manifestas a partir do século XVI.

As técnicas audiovisuais de comunicação política promoveram toda uma pedagogia do gesto, do rosto, da expressão. Elas fizeram do corpo um objeto-farol, um recurso central da representação política. É como se se passasse de uma política do texto, veículo de idéias, para uma política da aparência, geradora de emoções (COURTINE, 2003, p. 25).

Essas reflexões mostraram que as relações entre a expressão do corpo e a demonstração das virtudes da alma, presentes no discurso político contemporâneo, não são exclusivas nem constitutivas deste discurso político: elas aludem às origens da humanidade, estão presentes em diversas práticas sociais e se (re)significam ao longo da história. Na atualidade, a exposição do corpo sob a lente da câmara televisiva funciona como elemento do espetáculo político que se harmoniza com o “ideal democrático da transparência corporal: as aparências expressas na pele apresentam e revelam as intenções essenciais que habitam corações e mentes dos homens políticos” (PIOVEZANI, 2007, p. 139).

Ao empreender a obra *História do rosto* (1995), em parceria com Claudine Haroche, Courtine parte do paradigma indiciário (GINZBURG, [1986] 2007) para conceber a Semiologia histórica, já que ele se mostra fecundo para este tipo de trabalho por basear-se na busca dos indícios culturais de uma tradição longínqua em que se reúnem saberes populares, técnicas, artes e disciplinas que tratam da interpretação dos signos do corpo. Dessa forma, a Semiologia histórica apresenta-se como uma perspectiva teórica que possibilita compreender as práticas e representações da expressividade do corpo ao longo da história.

Esse movimento teórico proposto ao longo das reflexões de Courtine, que passou da Análise do discurso político escrito para uma Semiologia histórica do discurso político contemporâneo, e desta para uma História cultural das práticas e representações do corpo, foi possível devido à manifestação de novos objetos e às transformações pelas quais passaram os objetos “tradicionais” de estudo, aspectos que fomentaram a aplicação de novas perspectivas de pesquisa, além da ampliação das perspectivas que já faziam parte dos estudos do discurso. Mais especificamente, essa passagem teórica foi motivada pela constatação de que o discurso político havia se transformado: as mídias e as tecnologias de informação atuais passaram a regular o discurso político televisionado, que passou a se materializar em textos sincréticos;

além disso, na formação e circulação desse novo discurso, sobrevinham aspectos históricos, sociais e simbólicos. Num percurso que investiga os sentidos em sua espessura histórica, na longa duração, descobre-se uma série de transformações históricas de diferentes durações, que contribuem para a aferição de mudanças bastante significativas nas práticas de produção e de interpretação do discurso político. Esse percurso de investigação que busca a interpretação do funcionamento conjunto desses aspectos de configuração do discurso político, no qual se incorporam e se fundem várias linguagens, foi chamado de Semiologia histórica.

A Semiologia histórica reúne pressupostos da História cultural, da Antropologia histórica e da Semiologia. Posicionando-nos em conformidade com Piovezani (2007), também cremos que ela contribua para o desenvolvimento dos estudos do discurso e, particularmente, aos estudos do discurso político contemporâneo.

Creemos que, com base em subsídios a serem fornecidos pela Semiologia histórica, a AD poderia tanto restituir e refinar sua concepção de história quanto problematizar e aperfeiçoar a noção de texto, utilizada em muitos de seus trabalhos (PIOVEZANI, 2007, p. 146).

Segundo o autor, a Semiologia histórica pode constituir um avanço em direção a uma reabilitação da espessura histórica nos trabalhos em AD, já que é possível fazer trabalhar a história na interpretação dos discursos, contemplando-a em diferentes temporalidades e graus de análise, porque a história atravessa toda discursividade.

No que concerne à problematização e aperfeiçoamento da noção de texto pela AD, a partir das contribuições da Semiologia histórica, a afirmação de Piovezani (2007), supracitada, tem o intento de rever algumas características dos conceitos existentes sobre a noção de texto e de indicar alguns elementos referentes à sua formulação semiótica e à historicidade de sua circulação, tanto em seu caráter material quanto institucional. Segundo as propostas oriundas da Semiologia histórica, os textos televisivos pelos quais se manifesta o discurso político contemporâneo são sincréticos (formulados em duas ou mais linguagens: verbal, imagética e gestual) e multicanais (materializados pelos canais sonoro e visual).

Gregolin (2009) postula que, para que a AD se redirecione de modo a seguir os pressupostos da semiologia histórica, é bastante produtivo direcionar um novo olhar para o conceito arqueológico de *enunciado* proposto por Foucault ([1986] 2000), pois sua essência é “semiológica” (GREGOLIN, 2009, p. 29). Na *Arqueologia*, apesar de versar sobre o discurso científico, Foucault também propõe que sejam feitas arqueologias que abordem outros

campos, inclusive “a pintura” (GREGOLIN, 2009, p. 29), porque ele considera também os aspectos não-verbais em sua obra.

Valer-se, de forma consistente, destas considerações, não só no tratamento da materialidade do discurso político atual, como também no das diversas materialidades sobre as quais se debruçam as pesquisas em AD, pode contribuir para o desenvolvimento teórico e analítico dos trabalhos neste campo de estudos. Assim, a proposta da Semiologia histórica nos parece bastante pertinente para pensar as novas discursividades em sua espessura histórica, para pensar na constante relação entre a instância simbólica e a histórica, no interior de uma materialidade multimodal.

1.3. Do Quadro Teórico Metodológico de Análise

Ao situar nossa pesquisa no campo da Análise do Discurso de orientação francesa (AD), que concebe o discurso como constituído da relação entre língua e história na construção dos sentidos, pautamo-nos em recorrer aos conceitos da teoria de acordo com a necessidade de análise. Deste modo, delineamos, neste item, alguns dos conceitos que nos foram *solicitados* pelo material de análise a partir da motivação do trabalho com o discurso político no HGPE, a fim de buscar como significam os enunciados dentro do momento histórico em que se inscrevem.

Valemo-nos, como suporte basilar de nosso trabalho, da *teoria do discurso* que a obra de Michel Foucault possibilita traçar dentro das reflexões sobre as transformações históricas dos saberes, poderes e subjetividades, no Ocidente, a partir das práticas discursivas. Para isso, o filósofo propõe um método arqueológico que se constrói pela busca de elementos que, ao serem articulados, expõem um panorama das condições de produção de um saber em uma época dada. Para compreender as condições que possibilitam a emergência de enunciados em determinado momento histórico, o método arqueológico postula a análise dos enunciados efetivamente produzidos, que irrompem como *acontecimento discursivo* – respeitando uma combinação de regras que determinam as condições de possibilidades para a emergência dos enunciados.

Foucault, ao se aproximar das reflexões dos historiadores da Nova História e instalar com eles uma intensa relação crítica, coloca a relação entre práticas discursivas e a produção histórica dos saberes no centro da sua teoria. Os trabalhos do filósofo sempre

problematizaram o modo de se fazer a História tradicional (GREGOLIN, 2004, 2007), priorizando os longos períodos, tomando como verdadeiros os registros oficiais (escritos) e dispondo os acontecimentos em uma sequência temporal, atribuindo-lhes fatores que justificassem seu sentido e apagando as dispersões e descontinuidades, já que havia um enfoque bastante pautado nos grandes acontecimentos e em seus realizadores. A “Nova História”, ou a “história dos *Annales*”, considerava como objeto de estudo, além dos textos escritos, todas as marcas que demonstrassem a presença do homem, para que se pudesse construir um relato que aliasse os acontecimentos com as estruturas socioeconômicas e culturais. Em uma relação dialógica, buscava-se em que medida essas estruturas regulavam os modos de pensar e de viver dos sujeitos históricos na irrupção dos acontecimentos, e ainda, se os acontecimentos provocavam alguma mudança nessas estruturas. Substituindo-se as noções de tempo e passado pelas de mudança e acontecimento, buscava-se então, analisar as transformações da sociedade em uma dada época.

Parece-nos importante ressaltar, aqui, o aspecto de *filiação* aos trabalhos da “Nova História”, a partir do qual Foucault estabelece um diálogo com os historiadores dessa época. Isso não significa, conforme evidencia Gregolin (2007, p. 40), que ele “entenda a História exatamente como os historiadores dos *Annales* (Bloch, Febvre, Braudel) e seus sucessores (Le Goff; de Certeau, Nora etc.)”. A proposta de Foucault é olhar para a História a partir dos acasos, das descontinuidades, da heterogeneidade, reformulando a relação com o passado. A historicidade, o retorno à história, ao passado, será importante para observar o “lugar do *acontecimento*” (GREGOLIN, 2007, p. 41) no discurso, a emergência dos enunciados em determinado momento histórico nas práticas discursivas.

As práticas discursivas, entendidas por Foucault como constituintes e determinantes dos objetos (GREGOLIN, 2004) e trabalhadas no interior do conceito de discurso, são caracterizadas como um conjunto de regras anônimas e históricas que definem as condições de possibilidades enunciativas em determinada época e área social, econômica, geográfica ou linguística – elas agem sobre os enunciados, regulando-os em uma ordem do discurso, como regras que determinam seu aparecimento e sua dispersão.

A arqueologia busca apreender o discurso em sua extensão de acontecimento, considerando o enunciado em sua articulação entre singularidade e repetição. A singularidade do enunciado se inscreve em sua irrupção histórica, sua unicidade como acontecimento “que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” ([1986] 2000, p. 32). Por outro lado,

sua repetição se instaura a partir da consideração de que a emergência de um enunciado pressupõe jogos de relações com outros enunciados, e é necessário descrever os jogos de relações entre eles, numa tensão dialética singularidade/repetição: “de um lado, ele [o enunciado] é um gesto; de outro, liga-se a uma memória, tem uma materialidade; é único mas está aberto à repetição e se liga ao passado e ao futuro” (FOUCAULT, [1986] 2000, p. 32).

A partir dos conceitos de descontinuidade, transformação, ruptura, que nascem com a Nova História, e para entender os acontecimentos discursivos que possibilitam a emergência e cristalização de determinados objetos em nossa cultura, o método arqueológico se vale de um amplo campo de possibilidades, constituído a partir de todos os enunciados efetivos em sua dispersão de acontecimentos e em sua singularidade, dado que ele sempre é “um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente” (FOUCAULT, [1969] 2000, p. 32). Assim, a partir da investigação sobre as condições de possibilidades histórico-sociais de emergência dos enunciados, é possível compreender a irrupção dos acontecimentos discursivos¹².

O enunciado, como proposto por Foucault ([1969] 2000), é uma função elementar do discurso, singular por sua estrutura linguístico-material, produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que o definem e possibilitam seu aparecimento. O método arqueológico procura descrever o exercício dessa função, o campo em que ela se realiza, suas condições e suas regras de controle, numa relação que envolve o sujeito, a História e a materialidade do enunciado.

Em sua singularidade e repetição, os enunciados produzem, ao emergir, dispersão e regularidades. A singularidade de um conjunto de enunciados joga com a dispersão de seus sentidos, numa *regularidade* e numa ordem de sucessivos aparecimentos e funcionamentos. É neste enfoque que Foucault conceitua a *formação discursiva*: a descrição de um sistema de dispersão e regularidade entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas entre um conjunto de enunciados. Essa conceituação pressupõe que se possa definir uma regra geral a que os objetos dos enunciados obedecem e a forma de dispersão que regula aquilo de

¹² Com vistas, somente, a ilustrar nossa afirmação no que concerne a nosso objeto de pesquisa (sem a pretensão de uma análise discursiva sobre a questão), podemos pensar sobre as possibilidades histórico-sociais de emergência do enunciado “Lula sabia” que decorreu do episódio do “mensalão”, em 2005. No transcurso do caso, ampliado pela mídia, o enunciado surge como um questionamento sobre a conduta do então presidente, e, rapidamente, ganha estatuto de prova factual, que insere o indivíduo político no campo do imaginário social do qual emerge o lugar de memória, o sentido cristalizado “todo político é corrupto”.

que falam, além da definição de um regime geral que regula os diferentes modos de enunciação, a distribuição das posições subjetivas e o sistema que os define e ordena. Esse conceito vai ser uma importante referência para a construção da AD, porque ele institui a História como o campo das formações discursivas (GREGOLIN, 2004).

O sujeito do enunciado é historicamente determinado e se efetiva em *posições-sujeito* adotadas pelo indivíduo ao enunciar, ao se tornar sujeito de seu enunciado. Assim, a posição-sujeito não é a mesma de um enunciado a outro e a função enunciativa pode ser exercida por diferentes sujeitos¹³. Se o sujeito é histórico, o enunciado também o é. Para produzir sentido, ele se coliga a uma série de formulações que coexistem com ele num dado espaço histórico. Esse *campo associativo* forma um todo complexo constituído por uma série de outras formulações em que se inscreve o enunciado, às quais ele se refere ou possibilita a aparição em enunciados posteriores.

O discurso, para Foucault, é conceituado como o conjunto de enunciados que pertencem a uma mesma formação discursiva ([1969] 2000, p. 135). E, para determinar se um conjunto de enunciados constitui um discurso, eles devem relacionar-se a um mesmo domínio de objetos, originarem-se de uma mesma modalidade de enunciação para tratar desse domínio comum, individualizarem-se pelas escolhas e estratégias de argumentação que mobiliza, e definirem posições às quais pode ocupar o sujeito.

É assim que a análise do discurso pode se debruçar na descrição de articulações entre a materialidade dos enunciados, os discursos nos quais se agrupam, as formações discursivas em que eles se inscrevem, as práticas através das quais eles circulam, o arquivo em que eles se registram.

Partindo da concepção de Foucault de que o discurso se constitui no seio de um universo de outros discursos e abre um caminho através desse universo, o conceito de *interdiscurso* nos parece, aqui, essencial.

É por meio das transformações no conceito de formação discursiva (FD) que o interdiscurso toma corpo na teoria do discurso e que a relação entre Foucault e Pêcheux se

¹³ Para efeito de ilustração, em nosso objeto de estudo é possível perceber as posições-sujeito adotadas pelo candidato Lula em seus programas no HGPE. Quando atacado pelo candidato Geraldo Alckmin sobre os casos de corrupção do governo, Lula assume a posição-sujeito de presidente da nação, de autoridade máxima do país, e enuncia a partir dessa posição. Em outros momentos, ele assume a posição-sujeito de candidato ao cargo público de presidente, igualando-se aos demais presidenciais.

estreita na construção da AD, no que concerne ao desenvolvimento da idéia, cada vez mais intensa, da heterogeneidade da FD. Ao pensar numa relação dialética entre regularidades e instabilidades dos sentidos, Pêcheux abre perspectivas para reflexões acerca da articulação entre FD, história e memória. A definição desse conceito, em 1971, por Claudine Haroche, Paul Henry e Michel Pêcheux¹⁴, delimita zonas de regularidades discursivas e estabelece relações entre as Formações Ideológicas (FIs) – um complexo conjunto de representações nem individuais nem universais, que se referem mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito entre si – e a materialidade destas nas FDs, relacionando o sentido a um exterior marcado por uma ideologia dominante.

Foucault ([1969] 2000, p. 43) define o mesmo conceito, tomando a relação com a história – considerando um dado momento histórico –, da seguinte maneira:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma *formação discursiva*

Pêcheux, em *Semântica e Discurso* (1975), reformula, então, o conceito de FD, e a ele acrescenta a *materialidade do interdiscurso*, por reconhecer que o processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classe que está fundada pela contradição. Dessa maneira, Pêcheux considera que toda FD dissimula sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações ideológicas, concepção que instaura a idéia de instabilidade e heterogeneidade das FDs.

O *interdiscurso*, a partir dessa reflexão, é o que fala “sempre, antes, fora, ou independentemente em outro lugar”, e é sob sua dependência que se instauram os sentidos no interior das FDs. Na formulação de Courtine (1981), o interdiscurso funciona como o lugar em que se estabelecem – para um sujeito que enuncia uma sequência discursiva dominada por determinada FD – os objetos de que tal enunciador se apropria em seu discurso, além das articulações entre esses objetos no *intradiscurso*, formulação da sequência discursiva que ele enuncia. Ao fazer dialogar as reflexões de Pêcheux e Foucault, Courtine (1981) sugere que se

¹⁴No artigo “A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso.” Traduzido para o português em Baronas (org.) (2007). Vide bibliografia.

pense as FDs como fronteiras que se movem e são impelidas pela *memória discursiva*, que traz enunciados à lembrança ou os joga ao esquecimento, provoca sua repetição ou seu silenciamento.

É a partir da consideração sobre estes postulados da AD de orientação francesa que desenvolveremos nosso trabalho com o discurso político do HGPE de 2006. Não obstante, nosso *corpus* de análise nos levou a olhar para outros trabalhos sobre a linguagem que não se filiam diretamente à AD, mas que podem contribuir para a ampliação de nossas reflexões no campo discursivo.

Seguindo os postulados da Semiologia histórica, tentaremos olhar para o método do *paradigma indiciário*, de Ginzburg (2007), buscando determinados dados marginais, residuais, triviais, que podem nos revelar singularidades dentro das regularidades da configuração contemporânea do discurso político.

A noção de *ethos* se fará presente em nosso trabalho na medida em que se lida com a apresentação do sujeito em seu discurso, que induz a uma imagem de si designada a levar a cabo, com sucesso, a iniciativa oratória, ou, na acepção de Barthes, citado por Amossy (2005), os traços de caráter que o orador mostra ao auditório para causar boa impressão. A partir de um comportamento voluntário ou não – dado que essa apresentação é submetida a uma regulamentação sociocultural e supera a intencionalidade do sujeito que fala –, essa impressão de si contribui para influenciar de modo desejado, ou não, os espectadores/eleitores.

Na mesma obra, Eggs (2005) traz os campos semânticos paradoxais que se ligam ao termo *ethos*, desde a época de Aristóteles. Um deles – *epiēkeia* – de sentido moral, que engloba valores como *honestidade*, *benevolência*; e o outro – *héxis* – ligado a termos como *hábitos*, *costumes* e *caráter*. Essas duas faces se constituem necessárias, como define o autor, *a qualquer atividade argumentativa* (EGGS, 2005, p. 30). No discurso político, a imagem – na relação com a força da palavra – busca causar impacto e promover a adesão, ao mesmo tempo em que se constrói junto com o *status* do locutor e sua legitimação pela fala: o que faz com que a credibilidade seja um *efeito* de seu discurso. Esta reflexão nos parece importante, já que, para falar de corrupção, o indivíduo político constrói um *ethos* que busca a legitimação de seu dizer.

Por fim, considerando que a representação de si no discurso também se faz a partir de uma imagem física do orador, e considerando que essa imagem produz efeitos de sentido na

co-existência com o verbo, não podemos ignorar as reflexões de Barthes (1984) sobre a fotografia. Para que demonstrássemos alguns dos funcionamentos da imagem no discurso televisado analisado, foi-nos necessário congelá-la, torná-la fixa. E é a partir dessa projeção de fixidez, necessária para que possamos ilustrar a articulação da imagem de nossos recortes ao tipo de suporte desta dissertação, que observaremos, em alguma medida, o *fazer-se imagem* do *Spectrum* (o referente) diante da objetiva da câmera – sem esquecer que, do ponto de vista semiológico, o modo como a imagem em movimento e a imagem fixa produzem sentidos é diferente. O que nos interessa, e que se pode transpor, em alguma medida, para a observação dos recortes congelados que ilustram o texto, é que há uma relação interessante entre as reflexões da fotografia e o *ethos* que imprime o sujeito do discurso, numa relação entre o que o indivíduo pretende engendrar em sua fala e o que o(s) espectador/eleitor(es) presume(m) que ele engendre: Barthes (1984, p. 27) assinala que

diante da objetiva, [o eu fotografado] sou ao mesmo tempo: aquele que eu me julgo, aquele que eu gostaria que me julgassem, aquele que o fotógrafo me julga e aquele de que ele se serve para exhibir sua arte.

Na concepção do quadro fotográfico, Barthes distingue dois elementos – o *Studium* e o *Punctum* – que, funcionando conjuntamente na materialidade da imagem, fundam seu interesse particular pelas fotos.

O *Studium* é o *campo* da fotografia, a paisagem, o estilo, a arte do fotógrafo, que desperta um interesse geral do *Spectator* (aquele que olha a foto finalizada). É a partir do *Studium* que o *Spectator* recebe as imagens como testemunhos políticos, como quadros históricos, numa inscrição cultural que o faz participar das figuras, dos rostos, dos gestos, dos cenários, das ações. É o encontro harmonioso entre os olhos e as intenções do fotógrafo; é a compreensão da imagem a partir de um acordo entre produtor e consumidor, que pode, no máximo, fazer brotar julgamentos de aprovação ou desaprovação, num movimento de reconciliação entre a Fotografia e a sociedade por meio de funções que fornecem, de imediato, os detalhes constitutivos do material: informar, representar, surpreender, fazer significar, dar vontade.

O *Punctum* vem quebrar o *Studium*. Ele parte da cena e transpassa o *Spectator*. É o detalhe que “salta aos olhos”, o que punge; é o *indício*, é o acaso (não está colocado intencionalmente pelo fotógrafo), são as marcas, os pontos sensíveis da fotografia exposta ao

olhar *que pensa* e o faz acrescentar algo mais à foto – mas que já pertence a ela –, e se expande por toda sua extensão.

É no imbricamento entre as noções de discurso, enunciado, imagem e sentido que empreendemos, a partir deste ponto, as análises do discurso político dentro de um quadro multimodal de circulação discursiva.

1.4. O objeto de pesquisa

1.4.1. Arquivo e corpus

A noção de arquivo, muito importante para a AD como modo de acompanhar as práticas discursivas da sociedade (SARGENTINI, 2006), norteia a construção de nosso *corpus* discursivo – consequentemente, baliza o desenvolvimento desta dissertação – a partir das reflexões de Foucault ([1969] 2000). O nível discursivo, caracterizado por um sistema de discursividade, rege o funcionamento (produção, enunciabilidade, subsistência e modificação) dos enunciados – certos enunciados aparecem devido a determinadas razões que promovem seu surgimento, devido a um jogo de relações no qual se define a possibilidade, ou não, da emergência de enunciados (SARGENTINI, 2009). Pautar-se na noção de arquivo leva o pesquisador a analisar o conjunto de enunciados efetivamente produzidos a partir de um acontecimento, e que obedecem a esse “sistema geral da formação e transformação dos enunciados” (FOUCAULT, [1969] 2000, p. 150) que organiza a subsistência (manutenção) e a modificação (transformação) dos enunciados.

O arquivo

é o que diferencia os discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria. [...] o arquivo define [...] [o nível] de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação (FOUCAULT, [1969] 2000, p. 150).

Tal concepção metodológica exclui a possibilidade de descrição exaustiva e a idéia de completude/encerramento do *corpus* – ele não é dado *a priori*, mas se constrói de maneira dinâmica, contínua, de acordo com o desenvolvimento da análise, e se *fecha* apenas provisoriamente (tem um efeito de encerramento), junto com o fechamento do trabalho analítico. Este procedimento permite, na dispersão, a descrição dos regimes de

enunciabilidade “tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento” (ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95), já que este enfoque considera dois aspectos: as determinações históricas que incidem sobre os processos discursivos e as implicações da análise do pesquisador na exploração do objeto de estudo (ORLANDI, 1990; 1999 *apud* ZOPPI-FONTANA, 2005, p. 95). “O arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa [...]” (FOUCAULT, [1969] 2000, p.150). Assim – e, também, a partir do surgimento do conceito de interdiscurso incorporado à noção de arquivo, que vai permitir a construção e a apreensão dos pré-construídos e suas articulações –, o desenvolvimento da AD permite novas maneiras de compreender o *corpus*, por um viés que abarca o heterogêneo, o instável, o descontínuo.

Ao descartar a ilusão de proporcionar uma *prótese de leitura* a partir da análise de discurso (PÊCHEUX, 1981), o arquivo “permite uma leitura que traz à tona dispositivos e configurações significantes” (SARGENTINI, 2006, p. 41), já que, no que concerne a sua organização, ele dá ao analista condições mais amplas para que se possa refletir sobre o aspecto social inserido no discurso e sobre a construção histórica dos textos.

A organização do *corpus*, nesse sentido, requer do pesquisador um olhar bastante cuidadoso para a constituição dos limites do arquivo, a fim de evitar que a análise discursiva se mostre impossível. É preciso considerar que, de um extremo, não se pode arquivar *tudo* – o que traria a concepção de um “saber absoluto” e impossibilitaria a perspectiva de criação histórica dos discursos – e, de outro, não se deve fechar minimamente um *corpus* discursivo que se apresenta insuficiente ao aparecimento de vestígios – o que direcionaria a uma leitura dogmática do arquivo.

A revelação jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo. O direito das palavras [...] autoriza [...] o título de arqueologia. [...] A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo (Foucault,[1986] 2000, p. 151).

Frente à desobrigação de tudo dizer, a noção de arquivo postula regras para a resolução de um *problema* surgido em um dado período. Para tanto, é preciso que o material de estudo seja recolhido de acordo com os dados do problema, que o foco esteja direcionado a

elementos determinantes que possam dar conta do problema e que se considere o estabelecimento de relações pertinentes para orientar uma solução.

É na esteira dessas reflexões que se constitui o *corpus* desta pesquisa, considerando que o arquivo do discurso político contemporâneo se concentra em uma diversidade de lugares e circulações derivadas do processo de midiaticização discursiva, o que faz com que consideremos o entrecruzamento de práticas verbais e não-verbais e construamos um arquivo no qual a materialidade do arquivo é ampliada pela incorporação de novos modos de formulação e circulação dos discursos (SARGENTINI, 2009).

1.4.2. O acontecimento

O acontecimento discursivo se dá no entrecruzamento de enunciados postos em circulação por meio de vários suportes, em um dado momento, sobre um determinado tema: “O acontecimento não é o fato como contado por um poder, nem por um historiador e nem se confunde com a notícia; ele se dá nesse entrecruzamento” (SARGENTINI, 2006, p. 41). A partir da circulação dos discursos, materializam-se trajetos de sentidos que só são apreensíveis na atualidade a partir da interpretação da história do passado – história serial – a partir da análise de séries –, cujo tema são acontecimentos e conjuntos de acontecimentos, e que permite o aparecimento e a multiplicação de distintos estratos de acontecimentos, uns visíveis, outros não – já que os visíveis encobrem, na contemporaneidade, a percepção “exatamente da mesma forma” (ou ainda, de forma alguma) de outros acontecimentos que se constituem sob “a espuma da história”, mas que “não deixam de constituir rupturas decisivas” (FOUCAULT, [1972] 2005, p.291).

Essa história serial desvela a sobreposição e inter-relação de discontinuidades múltiplas na história e aponta, em seu interior, diferentes tipos de duração que carregam certo(s) tipo(s) de acontecimento(s): os ciclos denominados *curtos*, possíveis de serem isolados; ciclos mais importantes que abrangem entre 25 e 50 anos; grandes períodos, entre 80 e 120 anos; e ainda, grandes fenômenos que seguem operando através dos séculos. Considerar essas diferentes durações e os diferentes tipos de acontecimentos na descontinuidade da história permite pensar “a transformação das sociedades” (FOUCAULT, [1972] 2005, p.295).

O acontecimento discursivo que motiva esta pesquisa se insere na concepção de *ciclo curto*, já que tomamos, como ponto de partida, a construção discursiva do tema da corrupção

no HGPE do ano de 2006, considerando a irrupção, em 2005, dos discursos midiáticos cujo tema foi o chamado “mensalão” e, posteriormente, o escândalo do “dossiê”. Dado que os temas surgiram há menos de 5 anos e é, basicamente, sobre estes temas que se concebe o discurso contra a corrupção na campanha presidencial do período citado, parece-nos justificável classificá-los sob a noção de acontecimento de ciclo *curto*.

Este acontecimento, por sua vez, se inter-relaciona com outro ciclo de duração de acontecimentos no que concerne às reflexões teóricas de que o discurso político assume, na atualidade, formas fluidas e breves, devido a mudanças significativas nos processos de produção e circulação dos discursos – como a sua veiculação pela televisão –, que começaram a ser constatadas por Courtine há cerca de 20 anos.

Por fim, nossa abordagem histórica sobre o tema da corrupção, presente no capítulo seguinte, demonstra uma inter-relação bastante pertinente entre o tema da corrupção de 2006 com o tema da corrupção tratado desde o surgimento da noção de política, que atravessa os séculos, desde a Antiguidade, e vai produzindo novos sentidos ao longo do tempo, de acordo com as reflexões de diversos filósofos e no decorrer da constituição de governo do nosso país, desde a colonização.

É neste vasto plano dos acontecimentos que pretendemos apreender, na espessura histórica, a constituição dos discursos contra a corrupção, na construção da história do presente.

1.4.3. Justificativa do *corpus*

Para compor o arquivo deste trabalho, selecionamos, em um primeiro momento, as exibições do HGPE, do ano de 2006, no período pré-eleitoral à presidência da República, compreendido entre 15 de agosto e 29 de setembro (primeiro turno) e entre 12 e 27 de outubro (segundo turno), apresentado em rede nacional, por todas as emissoras de televisão aberta. Naquele momento, nossa motivação para o trabalho consistia em averiguar como o discurso sobre a corrupção seria (re)atualizado durante a campanha dos candidatos, tendo em vista que os acontecimentos históricos sobre os casos de corrupção do governo petista apareciam, na mídia, como uma “condenação” à segunda candidatura do então presidente Lula – o que não se confirmou, dado que Lula conquistou seu segundo mandato na presidência.

A seleção do material se fez em diversas etapas. A coleta dos discursos do HGPE foi feita por meio de gravações em VHS, diariamente durante o período supracitado. Posteriormente, as gravações foram digitalizadas e editadas, num processo que *recortava* o programa de cada candidato – o que tornava mais fácil o tratamento dos arquivos de imagem. É importante ressaltar que, durante a digitalização dos programas, descartamos aqueles dos candidatos de menor expressão, como Luciano Bivar e João Maria Eymael, e elegemos os programas dos quatro candidatos mais expressivos na disputa, a saber, Luis Inácio Lula da Silva, Geraldo Alckmin, Cristovam Buarque e Heloísa Helena. Como a digitalização resultou imagens com baixa definição, recorreremos ao site www.youtube.com e gravamos vários programas, disponibilizados nos dias posteriores à exibição na televisão (programas cuja definição de imagem era maior do que a que obtivemos no processo de digitalização). Para evitar que nos deparássemos com edições dos programas que modificassem seu conteúdo original (já que o referido *site* disponibiliza vídeos de qualquer natureza postados pelos próprios usuários), comparamos o conteúdo de cada arquivo de imagem disponibilizado na *internet* com os arquivos de imagem de nossa primeira coleta, em VHS. Todo esse material foi compilado e mantido no Laboratório do Discurso, da UFSCar, onde está disponível para trabalhos posteriores.

O programa da candidata Heloísa Helena foi transcrito integralmente, devido ao curto tempo de exibição (1 minuto); com relação aos demais programas, optamos por transcrever somente os fragmentos que abordavam o tema da corrupção. Nessa etapa, pudemos perceber, segundo as indicações de Courtine (2006a) e o trabalho de Piovezani (2007) que o sincretismo verbo/imagem/som tornava muito mais grandioso o espetáculo discursivo, e a estratégia de exposição da imagem do rosto dos candidatos era explorada insistentemente. De alguma forma, ao construir a identidade do candidato como *homem de virtudes*, o tema da corrupção intensifica a já farta tentativa de produzir efeitos de verdade do que é dito e da autenticidade do dizer, que, por sua vez, respondem ao estigma de mentiroso do indivíduo político, o que requereu uma análise dessa forma de apresentação e representação pessoal do sujeito na política.

Nosso arquivo se compõe, além dos recortes do HGPE, de imagens e seqüências verbais que pertencem a outras mídias: *internet* e/ou revistas, que serão devidamente mencionados ao longo dos exercícios de análise.

Os programas do HGPE são compostos de imagens fixas (tanto de recortes fotográficos quanto de congelamento de imagens móveis que dão o *efeito* de fotografia) e móveis, de efeitos de animação (ou *efeitos especiais*, como denominado comumente), de trilhas sonoras e intervenções orais – dentre elas, as intervenções dos próprios candidatos, de locutores, de apresentadores e de hipotéticos eleitores. Durante o período de exibição dos programas, vê-se que determinadas imagens¹⁵ reaparecem constantemente, em diferentes momentos, sustentando distintas intervenções orais e diferentes sons e, diversas vezes, recortadas ou exibidas ao contrário (por meio de uma técnica de edição chamada *espelhamento*, que resulta em uma imagem invertida). A repetição das imagens, os recortes e as técnicas de edição empregadas para reexibi-las, contribuem para fortalecer o *todo* que se quer anunciar: os candidatos estão muito bem preparados para governar o país, porque, *antes de tudo, a corrupção não lhes alcança*.

Para analisar a homologia verbo-imagem na composição dos programas e empregá-la no corpo desta pesquisa, cujo suporte não comporta a veiculação de imagens em movimento, foi-nos necessário congelar as imagens das sequências escolhidas para a análise – a fim de que nosso trabalho de análise pudesse ser ilustrado e facilitasse a observação do leitor, já que os sentidos se transformam de acordo com o modo como analisamos a imagem: fixa ou em movimento.

Esperamos, assim, perscrutando as imagens, os sons e o verbo no texto sincrético do HGPE, além do gesto de leitura que mobiliza a memória discursiva na circulação de enunciados que cristalizaram sentidos construídos sócio-historicamente no país, trabalhar em torno das perspectivas analíticas que nos apontem caminhos em direção a uma semiologia da mensagem política.

¹⁵ As quais serão apresentadas no capítulo 3.

Capítulo 2

“... o príncipe que quer conservar seu domínio é forçado às vezes a praticar o mal, pois quando o partido cujo apoio lhe seja necessário para manter sua posição é corrupto [...], precisa amoldar-se a ele e satisfazê-lo...”

Maquiavel

Por uma visada histórica do termo corrupção

Nosso interesse por trabalhar com o tema da corrupção no discurso político se relaciona fortemente com a cristalização do imaginário social que coloca a política brasileira – e seus atores – como condição para uma conduta corruptível, numa associação intrínseca e “irremediável”, no sentido de que “todo político é corrupto”.

Pensar nesse imaginário social nos levou a buscar, na história, elementos que sustentassem a relação da corrupção com a política brasileira; e, ao empreender essa busca, encontramos questões históricas relativas às condições de organização política brasileira que sustentam os efeitos de sentido que se veem, hoje, no discurso político televisivo, ou seja, promovem condições de possibilidade do dizível nos programas do HGPE.

Além disso, ao olhar para a história política do Brasil, fomos levados a olhar, de alguma maneira, para uma história mais longínqua, que seguia relacionada à questão da corrupção no campo político. Foi assim que obtivemos, como resultado dessa busca pelo tema da corrupção, um grande percurso histórico que nos levou até o surgimento da política, idealizado e problematizado pelos filósofos gregos. Esse percurso nos indicou que o imaginário social que associa o tema da corrupção com o campo político pode não estar constituído unicamente pela formação histórica da política brasileira, mas pode trazer também vestígios de uma longa duração.

Convidamos, então, o leitor, a percorrer esse mesmo caminho, desde as reflexões filosóficas sobre a constituição da política até a contemporaneidade, para compreender a extensão do tema da corrupção no campo político.

2.1. A corrupção constitui a sociedade

Tomando como base o pensamento grego da Antiguidade que define a política – a vida compartilhada por muitos (um grupo constitutivamente heterogêneo) que devem se agregar e se associar dentro de uma *polis* a fim de garantir a sobrevivência de cada um, segundo práticas organizadas a partir de regimes de governo –, pode-se verificar que a noção de corrupção nasce juntamente com o agrupamento de indivíduos dentro de um sistema normativo de organização. Dentro dessa reflexão sobre a política, a corrupção também *constitui* o todo sistêmico e *se constitui* nele, *levando-o à morte* se não contida a tempo.

Se a noção de sistema político remonta ao século 4 a.C., e com ela, a noção de corrupção se alinha, podemos voltar nosso olhar para essa constituição histórica do conceito numa perspectiva semiológica que consiga explicitar a cristalização de sentidos, no imaginário social atual, no que tange à corrupção na política, tal qual aparece no discurso político e no discurso *sobre* os indivíduos políticos – imaginário do qual deriva o estigma de indivíduo político corrupto, de partidos políticos corruptos, de governo corrupto, de política igual a corrupção.

No interior da *polis*, segundo o pensamento grego, os homens se vêem naturalmente impelidos a constituir uma vida em comum de forma plena, superior a qualquer outro modo de vida, e estão orientados por um princípio supremo, regulador das ações humanas. Para Platão, esse princípio supremo é um Bem soberano, inalterável e transcendente que as relações que constituem a *polis* reúnem e organizam. Para Aristóteles, o mesmo princípio é o desejo ético de felicidade, a vida melhor possível dentro do padrão da excelência (CARDOSO, 2008).

Porém, no comando da associação política, essa inclinação natural à vida em comum sofre rupturas, e o sistema passa a se compor de governantes e governados. É preciso, então, considerar os meios “possíveis” de governo para que a cidade funcione como uma comunidade genuinamente social. A partir dessa consideração, buscam-se, nas diferentes formas de governo, os desempenhos e méritos daquele que se poderá considerar o “melhor regime” – na impossibilidade de encontrar um único regime livre de defeitos e pleno em virtudes, e com a observação e ponderação entre prós e contra, os estudos clássicos teorizarão, posteriormente, os três regimes possíveis de governabilidade: a monarquia, a aristocracia e a

democracia. Desse modo, é no quadro dessas investigações constitucionais que se coloca a questão da duração e da corrupção das associações políticas (CARDOSO, 2008).

Platão, na *República*, produz um quadro genealógico sobre a atuação dos princípios desagregadores das comunidades humanas a partir de diferentes regimes de governo, segundo os tipos de caráter dominantes em cada um deles. Segundo o filósofo (CARDOSO, 2008), o modelo ideal de regime seria aquele governado pelo próprio filósofo, a *kallipolis*, ou a *polis* justa. Nessa ordem decrescente, a do regime ideal para o mais degradado, o governo seguinte é o *timocrático*, o governo dos soldados, que se degradaria por não ter a direção do filósofo – o que desviaria os soldados do caminho da defesa da cidade para o da busca de honras privadas e interesses particulares. Motivado por tais interesses, o regime *timocrático* se transformaria no governo seguinte da escala de degradação: o regime *oligárquico*, o governo dos ricos, que buscam obsessivamente o prazer, a acumulação de riquezas e bens. Essa configuração de comando da cidade vai promover a passagem da “cultura da acumulação e da riqueza para a hegemonia perdulária do prazer – que desdenha a posse e dissipa bens” (CARDOSO, 2008, p. 29) e vai fomentar uma espécie de *equalização* das condições, ou seja, o ócio dos pobres por falta de trabalho e o ócio dos ricos pela abundância. O nivelamento de condições dá origem ao regime *democrático*, no qual existe repulsa e ressentimento da maioria pobre pelos ricos e/ou por qualquer autoridade. Assim, nasce o sistema ilimitadamente permissivo, desenfreado aos impulsos do prazer e ao desejo massificado de se levar a vida como bem entender.

A partir dessa concepção de Platão, a democracia é um dos regimes corruptos por excelência, no seu nascedouro, porque o poder pode ser exercido por todos. Considerando que a maioria se compõe do povo, o “governo de muitos” faz recair sobre o povo um peso bastante considerado nos processos de corrupção; é essa hegemonia popular que vai levar a *cidade* – a comunidade como um todo – ao apodrecimento, ao perecimento, destruindo o sistema.

Ainda segundo Platão (CARDOSO, 2008), só a *tirania* supera a democracia em termos de sistema corrupto, por tratar-se da concentração transparente, em um único homem, da cidade corrompida.

É somente com *As Leis* que Platão proporá o combate aos *excessos* de autoridade, liberdade e ambição dos regimes, e sugerirá a adoção de um regime misto, no qual os desejos

individuais se equilibrem reciprocamente, limitando os excessos e tornando possível a resistência da cidade à inevitabilidade da corrupção.

Por seu turno, e em uma perspectiva diversa da de Platão, Aristóteles abandona a concepção de regime definido pelos desejos (que os leva diretamente à decomposição do todo político) e os define como produções de deliberações humanas, portanto, instáveis. Se os regimes são produtos de decisões humanas, existe a possibilidade de que haja reproduções parciais ou apreensões errôneas das questões da justiça, assim como das determinações mais favoráveis à concretização e permanência da associação política. Assim, em princípio, os partidários de qualquer regime governamental visam ao bem da cidade, mas entram em disputa e controvérsias sobre os modos da realização desse bem porque a divergência faz parte do universo dos assuntos humanos – e é o que desestabiliza os regimes de governo das cidades. Se uma das partes desse governo radicaliza suas pretensões, tende a intensificar a insatisfação de outras partes e a promover rupturas, e seriam essas rupturas que degradariam o sistema.

A corrupção conserva sua existência, porém, é levada para um segundo plano, no qual todas as coisas temporais estão sujeitas à corrupção, pela determinação e pelo acaso, e é por essa razão que é possível ao homem dar às coisas alguma razão, equilíbrio e unidade, criando um mundo capaz de dar-lhe, ainda que nunca de forma plena, uma vida que siga os padrões humanos da excelência e que permita o prazer da vida em comunidade.

No século XVI, Maquiavel (ADVERSE, 2008) vai abordar o tema da corrupção como o fim inevitável para tudo o que existe, independente de sua natureza. Ela é entendida como a escolha do bem privado em detrimento do bem comum; e mais frequentemente ainda, o desrespeito às leis e o desprezo pelas instituições, cujo efeito é nefasto para qualquer Estado. É associada às ações dos homens que edificam o corpo político, mas, acima de tudo, é um fator interno à própria organização da república.

Maquiavel pondera que para um Estado corrompido não há regeneração, e o melhor a fazer é trabalhar preventivamente. Para isso, é preciso que haja uma constante vigilância popular (pois ao povo cabe defender a liberdade) para frear as ambições insaciáveis dos grandes, cujo desejo de dominação já é naturalmente corrupto.

Por extensão, a corrupção do povo (“matéria” do Estado), considerada a perda da virtude cívica, encontra sua origem na corrupção de seus governantes, uma vez que estes, ao desrespeitarem com frequência as leis, induzem aquele ao mesmo comportamento. O desejo

de prosperidade também corrompe o povo, alterando seus costumes em direção ao mal e dificultando sua reabilitação.

Uma solução para essa situação estaria em um grande homem de virtude cívica, que *refundasse* o Estado e fosse capaz de “reintroduzir boas ordens e fazer com que o povo as obedeça” (ADVERSE, 2008, p. 41). Admitindo que uma cidade corrompida não engendra nenhum homem bom, e que se isso se tornasse possível, haveria grande resistência; e admitindo, ainda, que a reforma extrema deveria recorrer ao poderio das armas – tarefa genuinamente própria de um homem mau – esse personagem virtuoso não existiria. Assim, os “homens bons”, ao fazerem algo de relevante para o bem de todos, teriam de aprender a “entrar no mau”.

A melhor conduta preventiva, então, para a república, seria manter as leis e ordenações, a justiça e a religiosidade, os bons costumes e a virtude cívica entre os cidadãos, por meio de instituições de defesa do direito do povo, de execuções dos traidores da pátria, além da religião, que conservaria a civilidade dos homens e os manteria obedientes às leis (sob a pena do castigo Divino).

Espinosa, no século XVII, associa a corrupção do Estado à violência do soberano do governo – ao vigiar os corpos (força policial) e controlar os pensamentos (ideologia); ela provém da má qualidade das instituições políticas, inábeis em garantir a segurança dos cidadãos ao permitir que alguns indivíduos se atribuam o direito e o poder para apoderar-se das leis e colocá-las a serviço de seus próprios interesses, o que desencadearia revoluções populares. Segundo o filósofo, a corrupção está atribuída às más condições do exercício do poder (CHAUÍ, 2008).

Como os homens são naturalmente atravessados pelas paixões, a discórdia também é natural, e todos vivem sob o medo da destruição recíproca. O equilíbrio entre as forças externas, do coletivo, e as forças internas, do individual/singular, está em constante oscilação e permite pensar tanto os meios da conservação de um corpo político como as causas de sua mudança e as de sua corrupção. Se o Estado se institui para governar segundo o interesse comum, sob a letra da lei, não há corrupção. Se, no entanto, a corrupção existe, ela é imanente ao corpo político, e os seus efeitos já estavam contidos desde a instituição do Estado.

Ainda no século XVII, Hobbes constrói todo um pensamento *contra* a corrupção. Na política, ela se dá pela difusão de falsas doutrinas, que induzem os sujeitos a desobedecer aos governantes, e está associada à decadência do Estado – a corrupção do corpo político poderia

ser impedida através do controle das opiniões. Porém, não há associação com o descaminho de dinheiro público (RIBEIRO, 2008), pois Hobbes considera a monarquia como o melhor dos regimes, e nele, não há possibilidade de desvio de verbas, já que o dinheiro e os bens são todos do monarca, e a distinção entre pessoa pública e privada é bastante reduzida neste regime. Nos outros regimes, a distinção entre pessoa pública e privada seria maior, mas mesmo assim, o que corromperia o corpo político nessas condições, seria o uso descontrolado da palavra – a demagogia.

Rousseau e Hume, no século XVIII, problematizam a corrupção dentro do cenário em que se problematiza o processo de *socialização* do homem ao longo do tempo – ainda que não concebem a ideia de que esse processo estabeleceria uma progressão ou um aperfeiçoamento da sociedade. Rousseau defende a tese de que o homem é um ser decaído por natureza, que carrega em toda a sua existência terrena uma mácula de origem, que explica suas fraquezas, suas perversões e, por conseguinte, sua tendência permanente à corrupção (ARAUJO, 2008). Mas essa natureza decaída, própria do homem, paradoxalmente se constitui e é fruto da própria sociedade. Para Hume, a corrupção é um fenômeno que faz sentido, exclusivamente, com o nascimento de instituições de governo, visto que nelas se constituem pessoas públicas e bem público, e é a partir dessa constituição que se pode distinguir pessoas privadas e bem privado – com essa distinção, cria-se a possibilidade da transgressão das fronteiras entre o “nosso” e o “meu”. Apesar disso, Hume vê (ARAUJO, 2008), na socialização, toda uma gama de vantagens para o enriquecimento social, ao passo que a corrupção passa a ser um dos custos – não necessariamente o pior, apenas constitutivo de uma gama de desvantagens – da superação da barbárie em prol da civilização.

Rousseau, por outro lado, conclui que o homem, ao socializar-se, substituiu as condições mais duras e primitivas da existência humana pelas “aparentes doçuras da vida civilizada” (ARAUJO, 2008, p. 70), mas perdeu a liberdade natural – seu bem mais precioso, segundo o filósofo (ARAUJO, 2008) –, sem garantias de recuperá-la. Assim, a corrupção é definida como um modo de vida que envolve toda uma coletividade, já que os indivíduos transferem o controle de sua própria vida a outrem – “‘proprietários, governantes’ etc” (ARAUJO, 2008, p.70) –, processo identificado por Hume como o fundamento da socialização, também determinado como “compra e venda da liberdade” (ARAUJO, 2008, p. 70). Assim, se a corrupção está arraigada pelo próprio modelo de vida social, essa concepção exige que, para enfrentar esse mal, não há outro modo a não ser a reforma social.

No século XIX, o historiador Tocqueville trata da corrupção em suas maiores obras¹⁶, e atribui ao termo dois sentidos básicos (JASMIN, 2008): **i**) corrupção, no sentido mais amplo, dos princípios de qualquer estrutura política, social ou mental e, conseqüentemente, seu declínio (qualquer princípio adulterado em uma estrutura a levaria diretamente à decadência); **ii**) no sentido mais restrito, transações ilícitas administradas a alguém ou por alguém cuja posição lhe dê o poder de beneficiar um objeto privado. A partir desta concepção, Tocqueville expõe o tema das condições mais ou menos favoráveis para o crescimento da corrupção entre as sociedades aristocráticas e democráticas, pelo viés da sociologia histórica comparativa. Ela perpassa os dois regimes, porém, de distintas formas.

Primeiramente, nas sociedades aristocráticas, os governantes comandam a comunidade pelo desejo ou pelo amor ao poder, exclusivamente, já que as maiores riquezas lhes pertencem, e isso faz com que o apelo à corrupção por dinheiro seja baixo. Por outro lado, nas democracias, como os mais ricos se dedicam à economia e à gestão dos negócios particulares que lhes conferem a administração da própria fortuna, a posição governista é deixada para quem se dispõe a gerir uma comunidade igualitária. Assim, é maior a probabilidade de que os “dispostos” provenham de camadas menos opulentas e vejam, na carreira política, uma possível via de enriquecimento, o que promove uma maior inclinação à corrupção dos governantes.

Em segundo lugar, na aristocracia, os ricos que almejam o poder precisam de apoio de eleitores igualmente grandes, de maneira que os cargos de governo são disputados entre aqueles que os buscam alcançar *em troca* deste apoio dos pares. Na democracia, como todos têm o direito ao voto, a barganha entre o candidato e o eleitor é mais difícil de ser realizada pela via do dinheiro; porém, é mais viável que haja compradores, já que se teria que comprar muita gente. Assim, Tocqueville conclui que, nas aristocracias, a democracia se exerce para chegar ao poder (atacando a moralidade dos eleitores e corrompendo alguns outros), enquanto que nas democracias ela é mais frequente entre os que já estão na posição de domínio (atacando os cofres do tesouro público e corrompendo-se a si mesmos).

¹⁶ A democracia na América (1835-1840) e O Antigo Regime e a Revolução (1856) (*apud* JASMIN, 2008, p.73).

Finalmente, os riscos inerentes ao tipo de corrupção entre os dois regimes são diferentes. A aristocracia é estruturalmente hierárquica, separando nobres de plebeus, distanciando-os uns dos outros, de modo que seja natural a falta de comunicação entre eles e propicie o isolamento mútuo – dessa forma, a corrupção aristocrática se fecha no próprio círculo governamental e é menos arriscada. Já na democracia, a corrupção dá o exemplo: ataca os cofres públicos e contagia as multidões, facilitando a imitação da conduta dos governantes por identificar nela “a ação de um igual que enriquece às custas do erário público” (JASMIN, 2008, p. 78). Assim, as consequências mais perigosas da corrosão dos costumes públicos são promovidas pela corrupção nas sociedades democráticas, pois acaba-se por confundi-la com o roubo.

A reflexão de Max Weber, já no século XX, sobre a corrupção, se pauta na concepção de “patrimonialismo” (SOUZA, 2008), concepção dominante de como o Brasil contemporâneo entende-se a si próprio e a seus problemas políticos. O conceito de patrimonialismo abrange a ideia de uma incapacidade de reconhecer distinções entre bens públicos e privados, e é dessa incapacidade que o tema da corrupção é percebido como uma característica hereditária e central das relações sociais no Brasil. A centralidade do tema, segundo Souza (2008), se deve ao “esquecimento sistemático de nossos conflitos sociais mais importantes” cuja consequência é o “empobrecimento do debate acadêmico e político brasileiro atual” (SOUZA, 2008, p. 82).

Desse patrimonialismo deriva um “personalismo”, teorizado por Sérgio Buarque de Holanda (SOUZA, 2008), no qual passa a existir um descontrole emocional que faz com que a percepção do coletivo seja substituída pela visão quase exclusiva do interesse próprio. Assim, o tema da corrupção passa a ser tratado como uma consequência patológica da nossa “herança maldita” (SOUZA, 2008, p. 83).

2.2. A corrupção na constituição histórica da política brasileira

Entender como o tema da corrupção aparece ao longo da história da formação política brasileira ajuda a compreender em alguma medida nossa herança cultural do descrédito pelo discurso político e as origens do imaginário social sobre o indivíduo político nacional.

Figueiredo (2008) postula que, devido à carência historiográfica atual de alguns estudos da área da ciência política que justificam, com exemplos, o surgimento da corrupção

na administração colonial do Brasil como uma das heranças perversas da colonização, além da incidência da corrupção durante a formação do país e a recorrência contemporânea de incidentes que remetem ao termo, cristalizou-se a idéia de que ela realmente é hereditária da tradição portuguesa, e que nossos colonizadores trouxeram com eles o mal que assola nosso país.

Porém, é preciso compreender as condições de organização do Estado naquele período e entender que os juízos éticos e morais que se manifestam no cenário contemporâneo não existiam dentro daquele contexto.

O Estado moderno se encontrava em fase de centralização. Ainda não se havia concebido um sistema jurídico organizado, tampouco um plano distribucional de funções e carreiras dentro do governo, além de não haver sido estabelecida a divisão entre público e privado. Assim, eram evidentes as confusões, contradições e a lentidão dos recursos legais, a sobreposição de funções administrativas e acumulação de cargos pelos mesmos funcionários, o desnivelamento das remunerações – tudo reflexo do processo de organização do Estado moderno.

Como soberano da administração, o rei era o *proprietário* dos cargos públicos na colônia e, por isso, poderia vendê-los, arrendá-los ou cedê-los, conforme lhe conviesse, e atribuir-lhes a condição temporária ou vitalícia. Nesse contexto, o rei ordena oficiais para o cumprimento dos trabalhos que visariam ao bem comum, como a justiça, a fazenda, a defesa e a religião, sem obedecer a qualquer lógica burocrática. O oficial que servia ao rei esperava compensações de ordem diversas que lhe conferissem alguma ascensão social, preferencialmente se fossem representadas por dinheiro, combinadas a honras e privilégios (FIGUEIREDO, 2008), já que, implicitamente, havia a possibilidade de complementação dos ganhos devido à má remuneração que esses servidores recebiam da realeza. Se a coroa não consentisse que os oficiais obtivessem algum lucro à parte, como consequência, ela não encontraria candidatos aos cargos que oferecia (BOXER, 1981, *apud* FIGUEIREDO, 2008).

A conduta mais frequente observada na época, era a participação autorizada – até 1720, e *legitimada* pela justificação dos baixos salários – de autoridades em atividades comerciais, dividindo os lucros com os cofres da realeza.

Para auxiliar a construção do patrimônio familiar, era recomendável e considerado *natural* que houvesse participação das oportunidades da economia colonial, que se recebessem ganhos extras na qualidade de funcionário do rei. Em troca desses ganhos,

guardas facilitavam a libertação de alguns criminosos, juízes amenizavam sentenças, fiscais tomavam posse de parte das mercadorias que deveriam ser tributadas, sacerdotes cobravam mais pelos serviços, militares recebiam dinheiro para “deixar para trás” determinados recrutas de guerra, num movimento contínuo e circular, como uma *roda da fortuna*, que continha apenas os *excessos* nas condutas lucrativas que transgrediam os costumes e as determinações do reino, como contrabando e fabricação de moeda falsa.

Esse tipo de atividade só começa a ser contestado (mas ainda assim, não se utilizava o termo “corrupção”) com o aparecimento de denúncias de roubos e violência por parte dos funcionários de todos os setores do governo. Estas denúncias foram consequência de inimizades e de disputas entre os grupos de oficiais pelo domínio de poderes na colônia e das atividades *excessivas* cobiçadas pelo lucro. Além disso, começava-se a discutir a questão dos direitos dos súditos, feridos pela conduta abusiva dos funcionários reais. O padre Antonio Vieira é quem se sobressai nas formulações denunciativas, condenando a ambição sem limites e os abusos de poder que quebravam as regras do bom governo, harmônico e virtuoso de uma comunidade cristã – é ele quem define o que ocorria no Brasil da época: desajustes intensos e frequentes estimulados pelo caráter da colonização.

No Brasil Império, especialmente no Primeiro Reinado, tampouco se falava ainda em corrupção. Ora, se o conceito de corrupção se vincula à ideia de igualdade de direitos, o caráter soberano do imperador invalidava qualquer menção a igualdade, pois seu poder anulava todos os demais. Além disso, havia uma espécie de *sacralização* do monarca, que lhe conferia um caráter de divinização. O fato de não se falar em corrupção não significa que não havia condutas suspeitas no interior do governo da época. Segundo Schwarcz (2008), o termo *corrupção* tem um sentido distinto, apesar de muitas vezes paralelo.

No Segundo Reinado, depois da Guerra do Paraguai, o Império começa a mostrar sinais de declínio depois do auge, devido ao fortalecimento das questões abolicionistas, à fundação do Partido Republicano e à oposição declarada do exército à ocupação de *caçador de escravos fugidos* (SCHWARCZ, 2008, p. 228) – estes seriam os primeiros indícios de uma oposição direta ao regime, amplificados posteriormente.

A partir de 1880, numa época em que se mostravam fragilidades no governo, começavam a chover acusações que colocariam em xeque a idoneidade do sistema e cujo aspecto de *escândalo* seria amplificado pela participação da imprensa na veiculação dos

casos. Segundo Schwarcz (2008), é nesse momento em que se caracteriza o regime, pela primeira vez, como *corrupto*, vinculado à ação de “corromper” e “subornar”.

Se já existiam condutas anteriores que causavam descontentamento na sociedade da época, é a partir da entrada da imprensa que os casos deixarão o âmbito privado e alcançarão a dimensão pública, na condição de *escândalos*, o que vai promover um questionamento do poder do monarca (consequentemente, a sua *dessacralização*) e abrir caminho para a penetração da imprensa na vida privada do rei. É interessante salientar o efeito “muralha” do Reinado enquanto era um regime forte, indestrutível e imune a questionamentos sobre sua idoneidade; as rachaduras do sistema expuseram sua fragilidade e tudo o que já havia sido deixado sob o tapete real.

Dada a inviabilidade de um estudo mais aprofundado sobre os incidentes vinculados à noção de corrupção na época – em razão das características de um trabalho de mestrado –, deter-nos-emos em ilustrar um episódio que pode ter sido talvez o maior escândalo político do fim do Império, conhecido como “o roubo das joias da coroa”.

Na madrugada de 18 de março de 1882, foram retiradas de um armário, localizado dentro da residência pessoal da família imperial, todas as joias da Imperatriz Teresa Cristina e de sua filha, a Princesa Isabel.

Supostamente vítima de um terrível incidente, o Império passou a ser acusado, por parte da oposição, de negligente e omissos em suas questões privadas, dado que elas se haviam tornado públicas. Além disso, a comparação do episódio com a administração imperial tornava o caso cada vez mais frutífero – a negligência deslizaria facilmente do campo particular para o campo administrativo e atestaria a inabilidade do imperador em gerir o governo.

A sequência dos fatos daria conta de que a Imperatriz havia usado as joias no baile de comemoração a seus 60 anos. Após o evento, ela e o Imperador colocaram as joias numa caixa, sob a responsabilidade de Francisco de Paula Lobo (membro do serviço particular do Paço), e foram a Petrópolis. De acordo com os autos (*apud* SCHWARCZ, 2008), Francisco não teria encontrado as chaves do cofre com José Virgílio Tavares – outro empregado – e acabou deixando a caixa dentro do armário do qual desapareceram as jóias.

Apesar de o crime ser de foro íntimo, as joias da Coroa são objeto público. Assim, foi convocada a polícia da corte e o ministro da Justiça para solucionarem o caso. Seguindo os indícios, a polícia encontrou algumas cordas deixadas no muro do Palácio. O

desenvolvimento da investigação mostrou que se tratava de provas artificiais, e que o furto se havia originado dentro da Corte. Os suspeitos, dois funcionários e um ex-empregado, foram detidos.

Dias depois, através de uma carta anônima, soube-se do paradeiro das joias: elas estariam em uma caixa de biscoitos enterrada nos fundos da casa do ex-empregado, onde foram encontrados também vários outros ornamentos pertencentes à Imperatriz. Soube-se, posteriormente, que o suspeito havia sido afastado oficialmente do Paço, mas ainda contava com a proteção do rei. Ele vivia a poucos metros do local onde foram encontradas as joias e, além disso, mesmo não desenvolvendo mais funções como empregado real, mantinha consigo as chaves do Palácio.

Para encerrar o caso, os três envolvidos no crime haviam sido soltos rapidamente e com a permissão prévia do imperador, enquanto os policiais que atuaram no caso foram condecorados com ordens honoríficas.

Essa convivência e a falta de medidas punitivas, dentro de todo o enredo do ocorrido, foi o que desgastou a monarquia, não necessariamente o crime em si. E dessa forma, o caso adquiriu tamanha abrangência que se tornou um acontecimento, do qual derivaram inúmeras críticas e acusações ao governo Imperial.

A condecoração dos oficiais, por exemplo, foi vista pela imprensa como uma forma de “silenciar” os policiais e *amansá-los* com títulos de honra da nobreza. Segundo Schwarcz (2008, p. 232) “os termos eram outros, mas se referiam à noção de corrupção política ou favoritismo”. E a libertação do ex-empregado provocou extrema indignação jornalística. Em *A Gazeta de Notícias* publicava-se que “no Brasil não havia ilegalidade (...) era uma folia organizada” (SCHWARCZ, 2008, p. 232) e, além disso, aproveitando-se a metáfora da localização das joias – encontradas no meio de um lamaçal – passava-se a dizer que “a justiça do Império havia sido ‘enterrada’ e tudo não passava de um ‘mar de lama¹⁷’” (SCHWARCZ, 2008, p. 232):

¹⁷ Expressão que faz parte de uma memória (conforme se verá, posteriormente), cristalizou-se na história política do país e hoje possui entrada no Wikipédia, uma enciclopédia digital de ampla circulação na *internet*, sob os seguintes dizeres: “termo largamente utilizado na política brasileira, sinônimo de corrupção, ou

“A polícia diz ter retirado os brilhantes da lama, mas lá deixou ficar a justiça! Infelizmente o véo de mysterio não é bastante espesso, para que através d'elle não se veja um poder que a opinião pública julga, justa ou injustamente, envolvido nesse triste negócio” (AGOSTINI, 1882, *apud* SCHWARCZ, 2008, p. 234).

Nesse contexto, a corrupção surge, ainda que sob outros nomes, como forma de acusação ao sistema; e nessa acusação, o sistema não pode existir debaixo da corrupção.

No período republicano, compreendido entre as décadas de 1950 e 1960, o tema da corrupção no sentido de má administração de recursos públicos circulou amplamente no debate político da imprensa e das disputas parlamentares (MOTTA, 2008), agravando-se com a crise do segundo Governo de Getúlio Vargas, morto em 1954, supostamente devido à pressão das denúncias de práticas corruptas dentro de seu grupo político. Essas denúncias constituíram o principal mote da oposição, pelo qual se acusava pessoalmente a Getúlio Vargas e a seus assistentes de enriquecerem-se com verbas públicas. Vargas ocupava um lugar de destaque entre as críticas, por ter conseguido um financiamento pelo Banco do Brasil para a montagem do jornal *Última Hora*, único editorial de apoio ao governo, criado para esse fim, em meio à hostilidade da grande imprensa.

Nesse momento histórico, reemerge a expressão “mar de lama” por parte da imprensa, e, de acordo com Motta (2008, p. 244), ela voltaria em contextos semelhantes futuramente, “sobretudo durante a gestão do presidente João Goulart” – o que contribui para a cristalização dos efeitos de sentido negativos do tema da corrupção.

A atuação de Juscelino Kubitschek – sucessor e *continuador* do varguismo (MOTTA, 2008) – em seu governo desenvolvimentista, com a realização de grandes obras, principalmente com a construção de Brasília, promoveu o surgimento de argumentos de denúncia de corrupção, por parte da oposição, que mencionavam o próprio presidente.

A campanha eleitoral de Jânio Quadros em 1960 teve como temática o compromisso com o *extermínio* da corrupção e como símbolo de campanha *a vassoura*: o discurso pré-eleitoral daquele momento se propunha fundamentalmente a *varrer* a corrupção do Governo,

da existência de enormes redes de corrupção em um governo” (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Mar_de_lama, acesso em 21/05/2009).

colada na era Vargas e continuada pela atuação de JK. A vitória de Jânio foi atribuída, em grande parte, ao sucesso do mote contra a corrupção.

Com a renúncia prematura de Jânio e a ascensão de João Goulart, retorna o argumento da ligação corrupção/varguismo, ampliado com a aliança PTB-PSD. O discurso da oposição condenava a tolerância do presidente com a corrupção, qualidade intrínseca de seu grupo político, segundo este discurso.

Alguns *escândalos* também foram divulgados pela imprensa. O maior deles, já durante a crise política que precedeu o golpe militar, foi o das acusações envolvendo a diretoria da Petrobras. A repercussão do caso fez o Congresso Nacional instalar uma CPI para investigar as denúncias e Goulart demitiu o presidente da Petrobras. As denúncias sugeriam a existência de desvios de recursos da estatal: uma parte financiava atividades de grupos de esquerda; a outra era encaminhada a contas particulares de alguns diretores da Petrobras¹⁸.

O *combate* à corrupção também foi o principal termo utilizado quando da mobilização contra o governo Goulart, que culminou no golpe de 1964 – apesar de que, segundo Motta (2008), este tema só tomou corpo *após* o sucesso do golpe, como *justificativa* da ação militar e motivação para a *operação limpeza* (o expurgo da corrupção e do comunismo no país – ainda segundo Motta (2008), nesse momento, associava-se a corrupção ao comunismo). Instalada a ditadura, impôs-se a censura e forçou o tema da corrupção a esconder-se sob o discurso jornalístico e a silenciar seus sentidos durante vários anos. Porém, alguns dribles na censura puderam fazer chegar aos jornais alguns grandes escândalos de *ladroagem*, pois a corrupção “estava inscrita em sua estrutura de poder e no princípio de funcionamento de seu governo” (STARLING, 2008). Depois do envolvimento de algumas figuras de destaque do governo militar em casos ilícitos, as campanhas anticorrupção foram levadas ao descrédito (MOTTA, 2008).

Após a redemocratização, o fim da censura permitiu que a imprensa ampliasse a cobertura dos casos políticos e a divulgação da corrupção no Estado, ao mesmo tempo em que também expandia a cobertura das campanhas políticas eleitorais.

¹⁸ Houve, nesse momento, divulgação de um conjunto de propagandas da Petrobras que objetivavam melhorar a imagem da instituição e “colar” a ela a noção de patriotismo. Para maiores detalhes, ver Brandão (1998).

A campanha de Fernando Collor de Melo, em 1989, teve ampla circulação nos suportes midiáticos. O candidato tinha como *promessa* de campanha *acabar com os marajás*, já que ele havia sido alcunhado pela própria imprensa como o *caçador de marajás* por haver combatido alguns funcionários públicos que recebiam salários desproporcionais durante o governo de Alagoas, em 1986. A campanha deu novo fôlego ao tema do combate à corrupção e contribuiu para sua vitória nas eleições presidenciais. Pouco mais de um ano depois de sua posse, os casos de corrupção começavam a circular na mídia, envolvendo além do próprio presidente e sua família, seu tesoureiro, PC Farias, e o irmão de Collor. As denúncias de uso privado do dinheiro público a partir de um “esquema PC”, que distribuía o dinheiro em “contas fantasma”, levaram à abertura de uma CPI que concluiu seu relatório confirmando as denúncias, e a um pedido de *impeachment*, assinado pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa e da OAB e aprovado pela Câmara dos Deputados. A renúncia ao cargo não impediu o julgamento que o sentenciou inapto ao governo por oito anos.

O governo de Fernando Henrique Cardoso também passou por denúncias de casos de corrupção, como a do esquema de *caixa-dois* de campanhas – dinheiro que não aparecia na prestação de contas ao TSE – e a da criação da Controladoria-Geral da União para impedir a instalação de uma CPI da corrupção e *abafar* supostas denúncias. A Câmara Federal dos Deputados, sob a liderança de João Paulo Cunha, do PT, elaborou, em julho de 2002, um documento intitulado “O Brasil não esquecerá – 45 escândalos que marcaram o governo FHC”¹⁹, justificado pela necessidade de se fazer um balanço ético para a avaliação da sociedade. Nesse documento, criticava-se a mídia “favorável” ao presidente, diante de dois mandatos que demoliram o país por ações e omissões, que seria fruto de um planejamento bastante meticuloso.

2.3. O tema da corrupção: do coletivo ao individual

Segundo Bignotto (2008, p. 103), “o tema da corrupção faz parte da filosofia política antiga da mesma maneira que o debate sobre o melhor regime, sobre a felicidade ou sobre a condição do bom cidadão”.

¹⁹ Disponível em <http://www.consciencia.net/corruptao/documentos/fhc-45escandalos.html>, acesso em 27/05/2009.

Foi-nos possível perceber – neste percurso histórico sobre a teorização do tema da corrupção – que, desde o início das reflexões da filosofia política, a ação humana faz parte do processo de degenerescência do sistema. Porém, o tema da corrupção sempre era tratado e conceituado *a partir* do regime político, apesar de que o próprio regime era fruto da ação humana – a diferença repousava sobre o foco de estudos: o sistema.

Dessa forma, todos os regimes políticos se degeneram e morrem, pois a corrupção afeta a todos os sistemas em algum grau, da mesma maneira que o tempo corrompe a matéria. A ideia de regime misto nasce, tanto em Platão como em Aristóteles, justamente da necessidade de resistência de uma forma política à passagem do tempo, buscando escapar da destruição das cidades da melhor maneira possível. O instrumento mais importante para a sobrevivência de um regime político estava fundamentado em um conjunto denso de leis que fossem capazes de prover o *equilíbrio* do sistema. Esse equilíbrio, se não regulamentado pela lei, era afetado vertiginosamente por disputas em torno de bens e direitos e por sentimentos relativos à igualdade ou desigualdade (sentimentos humanos) e alterava a estrutura do corpo político. A concepção de *equilíbrio* pelo sistema legislativo consistia na *contenção* da discórdia entre os cidadãos. Ainda assim, apesar de que a corrupção afetasse os *sentimentos* dos cidadãos, ela era entendida como a destruição das “leis essenciais da cidade” (BIGNOTTO, 2008, p. 104).

Conservando muitos dos princípios dos antigos, mas adaptando-os a sua época, Maquiavel apontou que a corrupção destitui a liberdade política e destrói seus efeitos positivos no cerne das cidades, pois é própria da evolução histórica da vida das cidades e suas crescentes desigualdades.

A partir da reflexão teórica de Rousseau, esboça-se um processo de transformação do foco de estudos sobre a corrupção, dado que ele partia do princípio de que a história humana é, em si, uma corrupção do estado de natureza e que implica a perda da bondade, irrecoverável dentro da sociedade política. Se o corpo político é constituído por princípios de uma vontade geral e soberana, a atuação dos cidadãos, destituídos *da virtude*, provoca um afastamento desses princípios e a destruição da vontade soberana, corrompendo o corpo político. Dito de outra forma, a *virtude* orientaria as ações dos cidadãos dentro de uma república, e ao desaparecer (por não estar presente nas ações de todos os cidadãos) leva consigo todo um conjunto de valores considerado fundamental.

É possível encontrar, na história da humanidade, a alusão à imagem do homem sempre como algo decadente ou em decadência (SANTOS, 2008), desde a sua criação, como atesta a metáfora da Bíblia que narra a expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Porém, é no decorrer do século XIX que o tratamento da corrupção a partir do regime político vai perdendo força para dar lugar à noção de corrupção no âmbito individual – o dos atores políticos –, influenciado pelo pensamento liberal dos dois séculos anteriores.

O liberalismo tem como princípio geral – e nesta acepção, muitíssimo generalizado – a ideia de que uma comunidade *justa* deve proporcionar condições para que cada um de seus integrantes possa agir de acordo com suas próprias convicções sobre o valor essencial das coisas na vida. De acordo com esse princípio, a autoridade política não pode *determinar* qual(quais) será(serão) o(s) objetivo(s) que as pessoas deverão se comprometer a realizar em suas vidas (VITA, 2008). Ou seja, o poder político não pode basear-se na pressuposição de que exista uma única doutrina verdadeira sobre o princípio que constitui a boa vida ao homem, com a qual todos os indivíduos devam se conformar. É a ideia da *liberdade individual* que norteia a filosofia liberal – o poder de cada um para determinar quais convicções de valor moral deverão conduzir as próprias escolhas.

Esse princípio filosófico se havia formulado a partir da concepção de que a associação da virtude à política pertenceria exclusivamente à Antiguidade, e que, na sociedade moderna, não há mais lugar para essa associação, já que os homens agem sempre de acordo com os próprios interesses.

Essa mudança de foco nos estudos políticos promoverá novas teorizações sobre a questão da corrupção na atualidade, visando o indivíduo em primeira instância, e partindo do indivíduo para o sistema como um todo.

Philip Pettit (BIGNOTO, 2008), teórico político do século XX, fundamenta seu pensamento a partir da concepção de que nem todas as pessoas que ocupam o poder são corruptas – apesar de que todas elas são *corruptíveis* – sob a pena de que considerá-las corruptas faria supor que as instituições republicanas são incapazes de lidar com a virtude dos cidadãos. Se as pessoas não são todas corruptas, é preciso dar destaque à preservação do caráter virtuoso de alguns atores políticos e ao combate ao vício de outros, e isso é possível por meio de sanções positivas e negativas que afetam as oportunidades oferecidas aos agentes públicos e que são ratificadas por meio de uma instituição.

Também do século XX, o filósofo Charles Taylor (BIGNOTO, 2008) associa a corrupção diretamente à “incapacidade institucional de permitir a participação dos indivíduos na vida pública” (BIGNOTO, 2008, p. 108). A corrupção afeta os indivíduos, mas se manifesta essencialmente na quebra dos vínculos destes com a sociedade, na perda do sentido de identidade coletiva – se não há sentimento de pertencimento a um todo, os indivíduos não agem em favor dos objetivos aceitos como de toda a sociedade, o que ameaça a sobrevivência das sociedades democráticas.

E dessa ótica de reflexão contemporânea na ciência política concebe-se a corrupção, na atualidade, como um desvio de comportamento individual, além da perda de referenciais que levam os homens a agir em defesa do interesse público. Além disso, dado que vivemos uma época que, segundo Bignotto (2008, p.109) “tende a pensar a política apenas como um jogo de equilíbrio entre as vontades particulares”, a corrupção também é vista como um processo que pode ser analisado a partir da destruição dos interesses públicos não apenas por atores individuais, mas também por partidos políticos e atores econômicos.

2.4. O tema da corrupção no HGPE 2006

A partir de 2005, as denúncias de escândalos de corrupção se tornaram bastante regulares. A participação da mídia, cada vez mais intensa, espetacularizou de tal forma os casos do “mensalão” e do “dossiê”, que acabou por banalizá-los: eles não surpreendiam mais a opinião pública.

Porém, diante da candidatura ao segundo mandato do então presidente Lula, o tema recobrou forças: a oposição tentou mostrar ao país que a corrupção *instaurada* no governo Lula precisava ser combatida com sua saída do poder e uma renovação política de bases morais e moralizantes, que o governo Lula era *traidor*, porque havia feito o que sempre dizia combater, e que Lula era conivente com os atos ilícitos, pois sabia de toda a *ladroagem*; o candidato do governo, por sua vez, justificava o aparecimento da corrupção como algo que se devia à expansão do partido, à impossibilidade de haver exclusivamente homens bons no poder. Além disso, havia dados relativos às punições de quem havia *errado* durante o primeiro mandato, *assim que o presidente tomara conhecimento da situação*.

Nesse movimento histórico do tema da corrupção, pôde-se constatar que se trata de um tema tão remoto quanto a própria política, que está presente tanto na história do pensamento

filosófico quanto na história da formação política do país, e que com o tempo, foi tomando corpo e ampliando-se pela própria circulação nos discursos políticos e midiáticos. Ao longo do tempo, ele deixa de ser tomado pelo coletivo e passa a ser visto como sintoma individual. O discurso político no HGPE de 2006 intensifica esse tratamento *individual* implicado ao tema.

Seja como estratégia de ataque ou de defesa, o que se destaca é o fato de que o tema da corrupção esteve presente durante toda a campanha presidencial e (re)configurou o discurso do HGPE. Ele perpassa toda a construção multimodal do discurso contemporâneo televisivo e promove a constituição de uma identidade *singular* do indivíduo político, que busca afastar de si o estigma de mentiroso, de corrupto, e aproximá-lo do(s) *outro(s)*. Essa tentativa de *descolamento* dessa marca cristalizada na memória social é observada a partir das estratégias de discursivização do tema, que é visto de maneira mais direta na manifestação oral do presidenciável e/ou do narrador do programa que enuncia a corrupção do outro, e de maneira mais indireta e suavizada na composição espetacularizada do HGPE que parece tratar de outros temas, mas promove efeitos de sentido que ressaltam o enfoque insistente sobre o tema da corrupção.

Observando que o tema da corrupção perpassa a configuração do discurso do HGPE, o leitor verá, no próximo capítulo, o funcionamento de dois mecanismos discursivos, dentro dos programas dos candidatos à presidência de 2006, com relação ao tema da corrupção. Esses mecanismos foram denominados “recursos indiretos” e “recursos diretos” do discurso contra a corrupção. Estes se referem ao uso efetivo, nos programas, do termo corrupção e de seus correlatos na construção do discurso sobre o tema, enquanto que os primeiros se referem ao discurso que não traz em sua formulação o termo corrupção, mas produz efeitos de sentido que fazem emergir o referido tema ao espectador/eleitor. É nesse movimento de mostrar-se e ocultar-se que se constituem as análises do capítulo que segue, explorando regularidades e especificidades dos programas do HGPE.

Capítulo 3

“... o melhor olhar é o que revela um espírito tranquilo
e uma amabilidade cheia de respeito.”

Erasmus

A configuração contemporânea do discurso político: a busca por uma identidade livre da corrupção.

“Fluidez”, segundo Bauman (2001), é o que caracteriza nossa era contemporânea, já que valores, concepções e comportamentos sofrem constantes mutações num pequeno espaço de tempo – o fluido, o líquido, “não mantém sua forma com facilidade” (BAUMAN, 2001, p.08). A mobilidade traz consigo a ideia de leveza, desprendimento, flutuação.

Essa “modernidade líquida”, da qual somos parte, nos banha com uma verdadeira “enxurrada” – notícias *minuto a minuto*, tendências novas de cores, tecidos, cabelos... a cada estação, amores passageiros (que, não raras vezes, sequer se sustentam por *um verão*), objetos e pessoas “descartáveis”, lançamentos de automóveis com o modelo do ano seguinte, sem que se tenha chegado à segunda metade do ano corrente – e nos faz viver dependentes de uma frenética compulsão ao consumo, que nos dá a ilusão de um sentimento de liberdade e nos impõe uma busca pelo “mais” e “melhor”²⁰, pela constante “modernização em nome da produtividade ou da competitividade” (BAUMAN, 2001, p.96).

Os tempos modernos encontraram os sólidos pré-modernos em estado avançado de desintegração; e um dos motivos mais fortes por trás da urgência em derretê-los era o desejo de, por uma vez, descobrir ou inventar sólidos de solidez *duradoura*, solidez em que se pudesse confiar e que tornaria o mundo previsível e, portanto, administrável (BAUMAN, 2001, p.10 – grifo do autor).

²⁰ Esse “mais” e “melhor” significa, hoje, a busca pelo quão mais leve e portátil pode ser, quão mais tecnologia possua, quão mais possa se associar ao “progresso”.

Na busca irrefreável pela quebra dos grilhões e algemas que prendiam o indivíduo, as relações sociais também ruíram, e o que nos restou foi o *dinheiro* (que, ainda assim, “na mão, é vendaval”²¹). Assim, os novos moldes alternativos, criados após o “derretimento” de antigos “sólidos”, realocaram os *libertos* em nichos apropriados a determinados perfis, nos quais havia regras e modos de conduta corretos a serem seguidos. O indivíduo, que havia conquistado a *liberdade*, volta a estar preso, porém, nesse novo tempo, voluntariamente. A “liquefação dos padrões de dependência e interação” promove a “autoconstrução individual”, constantemente mutante, até o “fim da vida do indivíduo” (BAUMAN, 2001, p. 14).

Movimento veloz, mobilidade rápida e leve, a *arte da fuga* – é o moderno instrumento de poder e dominação que instaura, de acordo com os postulados de Bauman, a *Era do pós-Panóptico* (ou Sinóptico) – sistema sucessor do Panóptico constatado por Foucault ([1975] 2004) –, em que o poder se exerce independentemente da distância, devido à facilidade da locomoção, e quando a diferença entre perto e longe já é tênue.

Dentro desse conjunto veloz que perfaz o movimento e o momento característico da sociedade, Courtine ([1986] 2006a) postula reflexões sobre a metamorfose do discurso político, que acompanha esse fluxo e passa a se constituir, na atualidade, de expressões e fórmulas breves, instantâneas, que, em grande parte, se devem ao desenvolvimento tecnológico da informação audiovisual, mais precisamente – e no que mais interessa para nossa investigação –, da televisão.

A conjuntura política, sem dúvida, se modificou consideravelmente: ela é dominada há alguns anos pelos temas do recuo ou do refluxo político. Esses signos são múltiplos: despolitização do corpo social, “desideologização” de certos partidos políticos em nome da “modernização”, mas também declínio do militância e da sindicalização concretas e realistas (COURTINE, [1986] 2006a, p.31).

Considerando esse movimento, essa mudança da configuração social na modernidade, buscamos, neste capítulo, analisar o discurso político televisivo, a partir do HGPE, que se apresenta sob formas que imbricam o verbal ao não-verbal, de maneira que a expressão linguística e corporal não mais se separam; assim, ao tomar por objeto de análise esse novo modelo de transmissão da informação política, deve-se considerar os aspectos imagéticos em

²¹ Excerto da canção *Pecado Capital*, de composição e interpretação de Paulinho da Viola, 1975.

consonância com as verbalizações na formação do discurso – que constitui uma *homologia discursiva*.

Nessa homologia discursiva, destacaremos regularidades e especificidades dos programas do HGPE, a fim de observar como se produzem os efeitos de sentido relacionados ao tema da corrupção, tanto a partir de recursos diretos – a verbalização do termo corrupção e de seus correlatos – como de recursos indiretos – sequências enunciativas sincréticas que não operam com a verbalização do termo, mas têm efeitos de sentido que buscam afastar/desviar o estigma de corrupto associado ao indivíduo político.

A formulação do discurso político contemporâneo televisivo, que se apresenta como decorrência da configuração social na modernidade (a *modernidade líquida* de que fala Bauman (2005)) possibilita que o discurso político ocorra de maneira que se possa perceber a incidência de formas diferentes que abordem o mesmo tema, considerando que a imagem participa de forma intensa na produção dos efeitos de sentido. Neste trabalho, pudemos observar a ocorrência de dois mecanismos discursivos que operam de maneira adversa, mas produzem efeitos pelos quais se pode verificar o tema da corrupção. A denominação dos mecanismos discursivos em *recursos diretos* e *recursos indiretos* opera do ponto de vista da materialização do enunciado sincrético, quando o primeiro faz uso efetivo do termo *corrupção* e de seus correlatos, geralmente na manifestação oral do candidato e/ou do narrador do programa que enuncia a corrupção do outro, e o segundo, quando não trazem em sua formulação o termo corrupção nem seus correlatos, mas promovem efeitos de sentido que ressaltam o enfoque insistente sobre o tema.

Por uma questão de organização do trabalho, apresentaremos, inicialmente, os recursos indiretos e, posteriormente, os diretos.

3.1. Recursos indiretos contra a corrupção – Regularidades na propaganda política.

O discurso político no HGPE se formula dentro de um conjunto amplo de gêneros que abrange programas de governo, pronunciamentos, debates e *jingles*. Além disso, o próprio gênero “propaganda eleitoral televisiva” se constitui do imbricamento de vários outros

gêneros próprios do suporte televisivo – programas de auditório, telenovelas, programas de entrevistas, documentários, pesquisas de opinião, telejornais.

Em um formato dialogado/monologado, o discurso político do HGPE presume uma fala direta ao espectador, como em um diálogo, e mostra uma imagem próxima do rosto que pretende “dar a ver” a personalidade do homem político e suas intenções (simulando um contato pessoal, *cara a cara*), mas produz uma política sem contato e sem diálogo. Essa imagem em *close* exige, do indivíduo político, técnicas de controle do corpo que não o deixem falar “mais” ou “diferente” do que se quer externalizar na busca dos “efeitos que produzem um falar eficaz” (FERREIRA, 2006, p.168).

A imagem no discurso político veiculado pela televisão, mesmo funcionando em conjunto com os demais elementos sonoros e visuais, é o que *fala* primeiro no discurso, pois o olho a capta instantaneamente. Esse aspecto parece homogeneizar a formatação e circulação dos discursos contemporâneos, numa espécie de “despolitização” em que se avalia o desempenho do candidato a partir do código televisivo, inserindo a mensagem política em uma lógica comercial, numa “corrida” por conquistar “consumidores” desse novo *show*: “espetacularização” que não mais se constrói por homens políticos, mas por todo um aparato técnico e tecnológico – além de consultorial (pelos agentes de marketing) – que encapsulam a forma de circulação desse modelo discursivo, visando a torná-lo mais suave.

Tendo em vista que o objetivo de nosso trabalho é tratar do tema “corrupção” dentro da campanha política televisiva do ano de 2006, faz-se necessário analisar a nova configuração espetacularizada do discurso político (que se baseia em uma memória de curta duração, se vale de formulações concisas que apresentam uma regularidade, de modalidades enunciativas personalizadas e do estabelecimento de um ritmo dinâmico – o que caracteriza o “estado líquido” do discurso) e o trabalho estratégico com a imagem na construção da identidade do homem político no período pré-eleitoral.

Essa identidade se constitui de um modo a partir do qual se podem observar regularidades (exploradas em maior ou menor grau) que abarcam, mais expressivamente, cinco aspectos: 1) uma tendência à ênfase na imagem do indivíduo sobre a do partido (apagamento/ dissociação da imagem do partido político em favor de uma *singularização* do indivíduo político); 2) a exploração da plasticidade do rosto (beleza e suavidade expressiva que atraem o olhar do espectador/eleitor, seguindo os moldes de *aparição na tevê*); 3) a prova de pertencimento ao povo (ser de origem simples e/ou se fazer presente *junto* à população); 4)

a demonstração de competência administrativa (é preciso mostrar/provar o que se fez, em administrações anteriores, para legitimar o comprometimento com o que se fará durante a administração futura); 5) a exposição pública da solidez/harmonia da família (família sólida = governo sólido).

O aspecto de *singularização* do indivíduo político apresentará um gesto de leitura sobre todos os presidenciáveis, além de apontar uma tendência observada também no HGPE do ano de 2008 para prefeito. A exploração da plasticidade do rosto será analisada a partir do programa do candidato Lula. Com relação aos demais aspectos, nossas análises recairão sobre o programa do candidato Geraldo Alckmin, dado que ele os aborda em maior grau.

Esses aspectos se direcionam à construção de sentidos que associem o homem político a um indivíduo completo, pleno de virtudes, e pretendem estabelecer uma conexão entre a aparência e a verdade – já que a imagem (aparência), especialmente, em movimento, por conseguir falar mais rápido e melhor que o verbo, evoca uma percepção de transparência, de realidade em curso e de autenticidade. Por conseguinte, busca instituir um vínculo com os valores de honestidade e sinceridade (devido à constante busca pela “política da legitimidade” que objetiva a produção de efeito de verdade sobre o discurso). Assim, essa configuração multimodal do discurso político faz com que a imagem (principalmente a do rosto), associada ao verbo, contribua para que o discurso produza efeitos de sentido que afastem a associação da corrupção ao homem político.

Tanto nas inserções dos dois principais candidatos à presidência, a saber, Lula e Alckmin, quanto nas pequenas inserções dos dois candidatos com menor quantidade de votos nas eleições, observamos um cuidado extremo com as expressões faciais e com os olhares, já que o foco da câmera está quase sempre no rosto: expressões serenas, olhares ternos, sorrisos cativantes. Não mais aparecem expressões franzidas ou semblantes sombrios, fechados, carregados, como aquelas que remetiam a posições esquerdistas associadas a um partido político. Nesse close, traduz-se (ou se pretende traduzir) a identidade do indivíduo associada a sua expressão facial, a partir de “o quê” se quer externalizar sobre si mesmo – neste caso, a associação a uma identidade plena de virtudes, visando ao afastamento do estigma de corrupto – consolidando a instauração do sujeito no discurso e na produção de sentidos (COURTINE & HAROCHE, 1995). Essa imagem opera a memória social, que se vai construindo a partir de repetições, lembranças, esquecimentos, apagamentos (PÊCHEUX, 1999; DAVALLON, 1999; COURTINE, 1999).



figura 1



figura 2



figura 3



figura 4

Para balizar nossas análises sobre a plasticidade do rosto como ferramenta de construção da identidade do sujeito político na televisão, trazemos as reflexões de Courtine & Haroche (1995) na obra *História do Rosto*, que exploram historicamente, do período da Renascença ao início do século XIX, os modos como o corpo se significa a partir – particularmente, nesta obra – da(s) expressão(ões) da face. Esta obra apresenta-nos um percurso de “emergência da expressão” até o “silenciamento do corpo” – princípio de racionalidade do homem contemporâneo advindo de uma história do controle da expressão que se baseava em um comportamento social, emocional e psicológico construído no distanciamento do excesso, seja por meio de exigências religiosas, seja por normas sociais, políticas ou éticas que se verificaram desde a Renascença.

Os autores buscam essa história da expressão do rosto em tratados de fisiognomonia (antiga técnica de observação dos corpos), manuais de retórica e obras sobre a arte da conversação e da cortesia, e analisam as implicações dessa expressividade sobre as relações sociais, considerando o axioma “pelo rosto, o indivíduo se exprime” como elo importante para explicar a “personalidade moderna” na relação entre o sujeito, a linguagem e o rosto. A partir do século XVI, a expressão do rosto e de suas marcas passa a ser analisada como signo de

manifestação individual dos sentimentos e paixões, “o indivíduo é, desde então, indissociável da expressão singular de seu rosto, tradução corporal de seu ‘eu’ mais íntimo” (COURTINE & HAROCHE, 1995, p. 10) e contribui para o julgamento do sujeito social, com vistas à possibilidade de atingir/descobrir o verdadeiro indivíduo. Assim, é preciso conter as expressões, pois o corpo “fala demais” (FERREIRA, 2006) e pode invalidar o que o verbo diz. “Exprimir-se, calar-se; descobrir-se, mascarar-se: esses paradoxos do rosto são os do indivíduo [...]” (COURTINE & HAROCHE, 1995, p. 10).

A partir dessas reflexões, analisamos a construção da identidade do sujeito político, buscando evidenciar os cinco aspectos de regularidades do HGPE, que mencionamos na página 69. Para tanto, buscamos destacar algumas regularidades e especificidades que permitem entrever um discurso contra a corrupção, mas de forma indireta, na qual o termo *corrupção* e seus correlatos não figura no enunciado.

Para analisar as regularidades e especificidades do discurso político no HGPE, operamos um recorte do objeto que se divide em duas denominações: figuras e sequências. Ao primeiro estilo de recorte denominado “figura”, trazemos unicamente as imagens que compõem os programas, para ilustrar nossas inferências (pois em alguns momentos, a mesma imagem faz parte de enunciados cuja oralidade é diferente) e comparar aspectos de análise a fim de demonstrar regularidades e especificidades imagéticas no que concerne aos recursos indiretos do discurso contra a corrupção. Ao estilo de recorte denominado “sequência”, operamos análises sobre o enunciado tomado em seu sincretismo de elementos, levando em consideração a imagem e o verbo.

3.1.1. A construção da identidade: o programa de Geraldo Alckmin



sequência 1

(00:52 – 00:58) *Jingle*: Agora é Geraldo, presidente!

(00:59 – 01:02) *Locutor*: Geraldo, 45. (Programa 15/08/2006 e seguintes)

Na sequência 1, podemos verificar o candidato de pé, e os traços faciais nos permitem constatar a expressão de um sorriso. A imagem em movimento mostra o candidato entrando no enquadramento da tela pelo lado direito, quando a câmera consegue mostrar suas pernas em movimento, indicando uma caminhada. O indivíduo gira o corpo para seu lado esquerdo, posicionando-se de frente para a câmera e inicia um caminhar frontal, em direção ao foco da imagem, ampliando a visualização do rosto. Neste caminhar, o candidato começa a movimentar os lábios e formar um sorriso, sendo que o momento em que congelamos a imagem ilustra seu último segundo com esta expressão, antes de que a imagem desapareça.

Esta é a sequência mais repetida do programa do candidato Geraldo Alckmin. Ela aparece em todos os programas, no início e/ou no final da apresentação, e geralmente acompanha os dizeres do locutor que profere o nome do candidato “Geraldo Alckmin” ou “Geraldo, Presidente, 45” e os dizeres do *jingle*: “é Geraldo, presidente”. Em todos os casos, a homologia discursiva produz o efeito de atestação da verdade dita pelo verbo: trata-se da

nomeação do candidato junto com a imagem que o representa, o referente (imagem) é nomeado (verbo).

É possível perceber que o candidato Geraldo Alckmin esboça um sorriso desajeitado (sequência 1), aparentemente forçado, fechado, o que produz um efeito de obscurecimento – já que não é um sorriso aberto, não mostra os dentes, como o faz a maioria das imagens de sorrisos que foram constituídas histórico-culturalmente na memória social visual.

A estratégia de exposição do candidato que explora o sorriso pode promover efeitos de sentido que, em lugar de associá-lo à honestidade, à sinceridade, afastando-o da corrupção, denunciem uma suposta inverdade ou dissimulação, justamente porque há um maior controle do gesto de sorrir do que o observado na representação do sorriso dos demais candidatos. Courtine & Haroche (1995) postulam que o controle da expressão facial funciona ao mesmo tempo como uma exigência da sociedade civil e proteção do indivíduo que se expressa. Neste caso, o gesto de sorrir deve ser controlado de tal forma, que não seja demasiadamente aberto a ponto de revelar uma disfunção emocional, nem tão fechado a ponto de dificultar a potencial empatia dos eleitores para com o candidato.

Podemos perceber que existe um controle bastante grande da expressão facial na sequência ilustrada acima, e esse controle acaba por resultar uma imagem bastante expressiva para favorecer o surgimento, entre seus adversários, da sugestiva alcunha de “picolé de chuchu”, título também aproveitado, jocosamente, pela mídia: “*apelido que ganhou dos seus adversários, por ser uma figura quase totalmente insossa, incolor e inodora.*”²². Parece que, aqui, esse controle excessivo da expressão facial, paradoxalmente, acaba por elucidar a impossibilidade do controle total sobre a própria expressão, já que termina por produzir o chiste do *chuchu*. Essa impossibilidade do controle total sobre a expressão facial pode produzir efeitos de sentido que não alcancem o objetivo último – afastar a corrupção de si.

Mas a identidade política de Geraldo Alckmin é formada por mais elementos. A próxima estratégia de exposição se faz a partir de sua formação acadêmica em Medicina.

As imagens biográficas do homem político em questão atestam sua formação em dois momentos: no primeiro, quando surge na tela a foto do homem jovem – possivelmente ainda

²² ROZOWYKWIAT, Tereza. *Picolé de chuchu*. Colunas, JC Online, 13/01/2006. In: http://jc.uol.com.br/2006/01/13/not_104374.php, acesso em 20/02/2008.

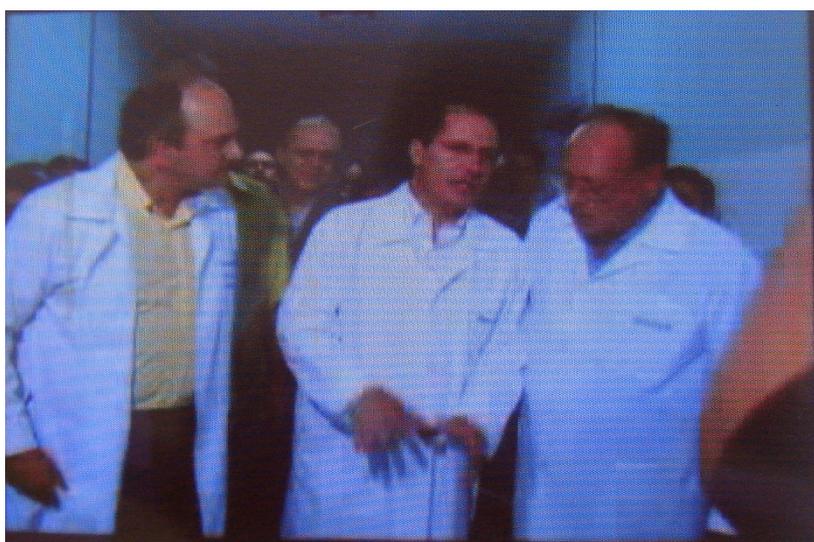
em fase de graduação ou residência – em vestes brancas e estetoscópio, em meio à narração dos vários momentos importantes de sua vida particular e política, concomitantemente ao aparecimento de imagens que comprovariam a passagem desses momentos, e que se movem para trás, como em uma esteira (sequência 2):



sequência 2

(03:48 – 03:57) *Locutor:* ... vereador aos 19 anos, prefeito aos 23, **médico**, deputado do código do consumidor, vice de Mário Covas, seis anos como governador... (programa 20/10/2006)

No segundo momento, apresenta-se uma imagem recente do candidato, também em vestes brancas, acompanhado de dois supostos médicos, já que também aparecem em vestes brancas, enquanto a narração discorre sobre termos como *saúde, médicos, hospitais, atendimento, gente:*



sequência 3

(01:06 – 01:17) *Locutor:* ... **na saúde, o Geraldo médico é o Geraldo realizador:** aqui estão 19, dezenove novos hospitais erguidos com trabalho e seriedade... (*programa 19/09/2006*)

Estas imagens se repetem constantemente em programas posteriores, superpostas ou isoladas, articuladas a diversas intervenções orais e *jingles* distintos, vêm legitimar o mote de campanha na televisão (já que o tema da campanha do candidato é “Por um Brasil decente”): *cuidar de gente*. Ora, o médico é o profissional que, oficialmente, cuida de gente; assim, ao atribuir-se/resgatar esse imaginário social do ser médico, a imagem autentica o verbo e *faz significar* – corrobora o discurso e promove efeitos que entrelaçam os sentidos produzidos pela figura do médico e pelo verbo que faz emergir sentidos associados ao administrador, reforçando as duas identidades em um único indivíduo: a do médico humanizado, representante daquele que *examina pessoalmente seus pacientes* (por isso *cuida* das pessoas), e a do *bom* administrador, que realiza benfeitorias sociais para o bem comum (e *faz* hospitais, casas, escolas...). Assim, reforçam-se sentidos positivizados que afastam do indivíduo a associação ao tema da corrupção e o aproximam do sentido de credibilidade que é sustentado pela imagem fetiche atribuída ao médico, de que ele prescreve o que deve ser feito, tem conhecimento sólido para avaliar os acontecimentos passados e, assim, interferir no presente.

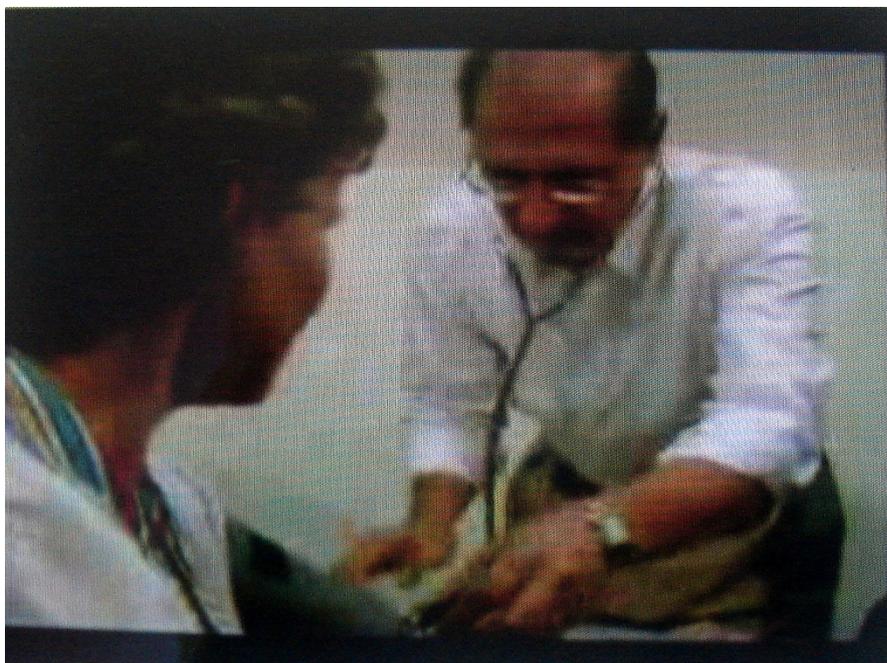


figura 5

Num gesto de leitura que considera o aspecto multimodal do discurso político, buscaremos, agora, trabalhar com a imagem isolada acima, que é bastante recorrente durante todo o período de campanha pré-eleitoral. Ela é inserida e articulada a diversas intervenções orais proferidas pelo locutor – dentre eles: *as pessoas estão em primeiro lugar* (15/08/2006, 06:34-06:37) – além de ser usada em alguns dos *jingles* de campanha. A imagem ora se insere da maneira que se apresenta acima, em menos de um segundo – quase como uma foto – como cenário para a *ilustração* do *jingle*, ora se insere numa tomada de cena que chega a abarcar pouco mais de dois segundos. Essa tomada de cena emprega um movimento de câmera que se inicia focalizando em close o rosto do candidato, com a cabeça inclinada para baixo, de modo que se possa visualizar a forma do estetoscópio (esse close também se pode visualizar na imagem da sequência 4)²³), seguida de uma *abertura* gradativa no quadro da imagem, onde se mostra, aos poucos, a figura da mulher que representa a *paciente*; em seguida, o candidato retira o aparelho do braço da *paciente*, depois, do seu próprio ouvido, e pronuncia: “Nota dez.” (15/08/2006, 06:35-06:37).

Na imagem acima (figura 5), o *punctum* (BARTHES, 1984), o que salta aos olhos ao estabilizar a imagem em movimento, concerne à observação de que o jaleco, veste branca típica do profissional da saúde, saiu de cena: o candidato se representa na tela vestido com calça social marrom e camisa branca. A identidade do médico está apoiada pela ação de aferição da pressão, juntamente com os equipamentos necessários a tal atividade, e a ligação entre o médico e o administrador se dá pela voz do locutor que enfatiza que *as pessoas estão em primeiro lugar*. As vestes do indivíduo produzem efeitos de sentido que convalidam a identidade do *administrador*: a camisa branca, *com as mangas arregaçadas*, legitima a identidade do trabalhador. Verifica-se, então, o entrecruzamento – em uma única tomada de imagem – de duas identidades que se articulam como *complementares* na construção da representação de Geraldo Alckmin: médico e administrador, o que pode promover efeitos de sentido positivos que coloquem no mesmo patamar *humanizado* o cuidado com a coisa

²³ Em outra estratégia de repetição da imagem ilustrada pela figura 5, há uma superposição de duas imagens, de modo que se dê o efeito de uma espécie de “fusão” entre as imagens do médico outrora recém-diplomado e o indivíduo então candidato, marcando a passagem do tempo num mesmo personagem (estratégia que pode ser verificada na sequência 4).

pública e o cuidado humano com a população (e vice-versa). Quando a mesma imagem é inserida na sequência que culmina com a fala do candidato, verifica-se o emprego oral da expressão linguística “Nota dez.” Esta expressão tem um funcionamento discursivo amplo, que desliza do campo da educação e se insere no campo do diagnóstico médico, no campo do discurso administrativo e, ainda, se aproxima do modo popular de expressar positividade. Quando se poderia esperar uma avaliação distinta da que produz o enunciado em questão no universo escolar (como uma devolutiva do professor ao aluno) – algum adjetivo positivo, ou a constatação *em números*, de forma diferente (11 por 7, por exemplo), de que a pressão da *paciente* está normal – o candidato verbaliza uma expressão linguística que amplia o diagnóstico médico. Ao considerar o quadro multimodal e evidenciar o funcionamento de discursos que se fundem – o discurso médico, o administrativo e o popular –, a expressão “Nota dez” corrobora um juízo de valor positivo do qual o próprio discurso administrativo pode lançar mão. Portanto, fortalece a esfera dos campos administrativo e popular que se fundem na imagem, e o conjunto discursivo multimodal que se apresenta pode promover o sentido amplo de que o indivíduo é *competente*.

Essa combinação da competência administrativa associada ao *cuidar de gente* e aproximada ao falar do povo compõe um conjunto discursivo cujo efeito de sentido mantém afastado de si o estigma de corrupto.



sequência 4

(00:11 – 00:13) Jingle: “Um brasileiro / um moço simples / **que batalhou pra se formar doutor...**” (programa 25/10/2006).

Na sequência 4, encontramos um exemplo da fusão das imagens regulares. Conforme mencionado anteriormente, as imagens que trazemos para estas análises são sempre repetidas,

em momentos diferentes, articuladas a diferentes intervenções orais, mas ao mesmo *discurso*, que conserva o sentido do *médico que cuida de gente*. Neste conjunto discursivo, a fusão imagética do *jovem* e do *maduro*, no mesmo personagem, funciona simultaneamente com o verbo do *jingle* que afirma: **batalhou pra se formar doutor**. Essa homologia discursiva continua reforçando a identidade do médico humanizado e, na superposição das imagens, o efeito de sentido produzido funciona como a *essência* do indivíduo, que se mantém ao longo do tempo, ou seja, ele ainda carrega consigo a motivação da juventude, de cuidar das pessoas *pessoalmente*. O verbo que traz o elemento “batalhou” ajuda a compor a representação do mito do *herói*, que nasce pobre e *dá duro* para conseguir uma boa posição social. Além disso, ele era *um brasileiro, um moço simples*, que conhece as mazelas da população menos favorecida (a população “simples”) porque já fez parte dela. Mais uma vez, estamos diante de um conjunto enunciativo que produz efeitos de sentido positivizados que mantêm afastado o tema da corrupção.

3.1.2. A competência administrativa



figura 6



figura 7



figura 8

Em figura 6, figura 7 e figura 8, apoiando-se em números que surgem na tela, verbalizados, ao mesmo tempo, por um locutor e atrelados a imagens aéreas que funcionam como “prova” de construções feitas no governo Alckmin, em São Paulo, quer-se construir a identidade do político *trabalhador, administrador*, que traz resultados para a população. Não é possível, aos olhos do espectador, atestar a veracidade das edificações denominadas “hospitais”, “casas entregues”, “em construção”, já que quase não há referências escritas sobre qual hospital ou casa que se filma, e a câmera adota o ponto de vista aéreo, impossibilitando que o espectador reconheça o referente da imagem.

Normalmente, o ponto de vista que se tem das edificações se faz a partir do solo, a menos que se trate de imagens de monumentos que têm efeito de “cartão postal”, cujas tomadas aéreas são amplamente conhecidas – Torre Eiffel, Cristo Redentor, Muralha da China, entre outros monumentos. Sendo assim, existe um efeito referencial mútuo entre a imagem e a legenda (que também é proferida oralmente pelo locutor): cabe à legenda orientar o sentido que se deve atribuir às imagens, e a estas cabe *provar* o que se verbaliza. Instaura-se uma homologia discursiva entre as três linguagens (verbal oral, verbal escrita e imagética) que produz um efeito de verdade. Nessa relação homológica, as imagens funcionam como “atalho para a informação” porque raptam e domesticam o olhar do leitor para o que seria a *prova irrefutável da verdade*: é preciso acreditar no que se vê.



sequência 5

(03:40 – 03:45) Locutor: Geraldo Alckmin: poucas vezes o Brasil **teve a chance de eleger** um presidente tão preparado... (programa 20/10/2006)

Na sequência 5, apresentamos uma das imagens de uma sequência veiculada durante a intervenção oral do locutor, no programa do dia 20 de outubro, que atesta que o candidato reúne qualidades para tornar-se o presidente do país. No momento da aparição da imagem, o locutor profere a expressão “teve a chance de eleger”.

Trata-se, também, de uma imagem bastante recorrente, bastante regular durante o período do HGPE, que mostra o candidato *participando* de uma obra da linha do metrô de São Paulo. Para fortalecer o efeito de sentido do *bom administrador*, do indivíduo político comprometido com o trabalho e com a boa administração, e que, portanto, está *preparado* para governar o país, veiculam-se diferentes enquadramentos do candidato presente em diversas obras, posicionado no comando de um guindaste, com o *capacete de proteção* e, em algumas tomadas rápidas, apresenta-se com as mangas da camisa social arregaçada, fazendo emergir e reforçando o imaginário de trabalhador braçal, que se cristaliza a partir da representação de um homem ornamentado por acessórios de segurança, e a imagem da camisa dobrada resgata a expressão linguística *arregaçar as mangas*, simbolizando a ação do trabalho. Além disso, o gesto do indivíduo na imagem acima, apesar da pouca nitidez sobre para onde vão as mãos do candidato, sugerem, ainda, outra associação dos sentidos relacionados ao trabalho: as *mãos na massa*. A materialidade que encontramos aqui nos mostra a eficácia de uma imagem contemporânea como operadora da memória social. O acontecimento tem força para que os sentidos relacionados a essa simbolização do trabalho remetam às “mãos estendidas”. O acontecimento se dá em um momento singular do tempo, mas sua essência, no caso, a cena de trabalho, “se encontrará para sempre na própria estrutura do objeto que o representará” (DAVALLON, 1999, p.26).

O bom trabalho, o trabalho sério, que traz melhorias à população, leva a uma interpretação de que a seriedade e a competência para realizar obras com o dinheiro público não dá margem ao uso ilícito deste dinheiro, porque visa a um bem comum e a uma vida digna do grupo na sociedade. Portanto, não há espaço para que se instale a corrupção. E assim, ela permanece afastada da identidade do político.

3.1.3. O pertencimento ao povo



figura 9



figura 10

Na construção da identidade do político, também se lança mão da estratégia de uma identidade que associe o indivíduo político ao povo. De acordo com as reflexões de Barthes (1985), esta seria a simbolização do mito do herói, que é humilde (pobre), pertence ao povo, mas alcança algum grau de nobreza na sociedade e passa a lutar pelos iguais. Eggs (2005), ao referir-se aos estudos da pragmática moderna em torno da noção de *ethos*, considera os vestígios que essa noção apresenta na composição de máximas conversacionais postuladas por Leech (1983) e organizadas sob a nomenclatura de *princípio de polidez*. Os elementos que constituem esse princípio estão pautados em valores como “a generosidade, o tato, a aprovação positiva do outro, a modéstia e a busca por um consenso que exprima sem nenhuma dúvida os aspectos próprios à equidade” (EGGS, 2005, p. 47). Todos esses elementos atestam a necessidade de que o orador *tente ser amável*. Essa amabilidade se expressa no contato *amigável e recíproco* com o povo e produz o efeito *carismático* do indivíduo político. Dascal (2005) aponta a contribuição da noção de *ethos* nos casos em que o comportamento – discursivo ou não – do locutor provoca o aumento ou a diminuição do grau de confiança e honestidade que lhe é atribuído. Nesses casos, uma das maneiras de dar conta desse fenômeno consistiria em extrair proposições da informação sobre o caráter transmitido pelo comportamento – o que poderia funcionar como premissa de uma prova desse caráter. Neste sentido, a imagem do indivíduo político em contato com o povo funciona como tal premissa de prova.

Assim, é preciso então, circundar o candidato de povo, enquadrá-lo sob os holofotes dando as mãos ao povo, abraçando o povo (figura 10 e figura 11). Sucessivas imagens vêm dar esse aspecto carismático ao indivíduo, que acena para o povo e sorri – um sorriso

aparentemente natural. Esse trabalho da imagem (AMOSSY, 2005) busca produzir a impressão exigida por seu projeto de discurso, que pretende indexar-se à representação coletiva dos valores positivos relacionados ao candidato *do povo*, num processo de identificação com ele, num modelo de comportamento social.



sequência 6

(05:18 – 05:27) Locutor: ... mas é olhando todos esses brasileiros que a gente entende qual é a **maior obra** do Geraldo: cuidar das pessoas (programa 27/10/2006).

A imagem que apresentamos na sequência 6, juntamente com a intervenção oral do locutor que diz “a maior obra”, marca uma relação de semelhança com seu referente e opera o efeito de sentido da identificação do indivíduo político com o *povo*, pela representação da referencialidade, da presença física *real* do candidato ao lado de crianças supostamente pertencentes a uma classe mais humilde (ele está efetivamente naquele lugar, acompanhado daquelas crianças; a imagem *não engana*). Ao mesmo tempo, observamos, novamente, a conjunção de dois discursos de identificação do indivíduo político: o do homem humanizado (que, pela expressão “cuidar das pessoas” ainda produz efeitos de sentido ligados à identidade do médico) e o do administrador (que anuncia sua *grande obra*), reforçando os efeitos de sentido ligados à virtude política e à virtude cidadã. Esses efeitos de sentido são reforçados pelo efeito de legitimação de verdade produzido pela imagem das crianças, que (re)atualiza sentidos cristalizados histórica e culturalmente, nas práticas sociais, ligados à pureza, à verdade, à inocência.

Olhando inversamente a construção de sentido operada pela imagem em consonância com o verbo – ou seja, tomando como ponto de partida a formação do pronunciamento verbal

que se coaduna com diferentes imagens, mas produz o mesmo efeito de sentido –, interessou-nos observar um efeito de sentido produzido em maior grau pela oralidade do que pela associação com a imagem. Encontramos, repetidas vezes, no programa de Geraldo Alckmin, ao longo de todo o período eleitoral, uma intervenção oral que, ao ser associada a distintas imagens, produz efeitos de sentido de legitimação de honestidade: “*30 anos de vida pública limpa e honrada*”, verbalizada oralmente ora pelo próprio candidato, ora pelo narrador do programa. Considerando somente a intervenção oral, que instaura efeitos de sentido semelhantes na associação com imagens distintas, podemos observar que o verbo que diz supõe o que *não* se diz, mas que significa em sua ausência: ao afirmar *vida pública limpa e honrada*, a análise pelo mecanismo parafrástico pode significar “*vida digna e incorruptível*” – afastando a corrupção de si –, que se opõe à “*vida indigna e corruptível*” – aproximando-a do adversário político, no caso, Lula. Esse discurso visa a afirmar o candidato como indivíduo político ético, em detrimento de seu principal oponente na “corrida presidencial”, e silenciar/apagar o discurso que associa seu nome/imagem à palavra/tema “corrupção”²⁴.

3.1.4. A plasticização do rosto no programa de Lula

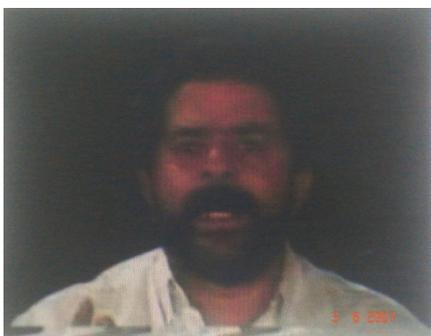


figura 11



figura 12

O candidato que, em 1989, pouco sorria – a associação à esquerda lhe conferia uma imagem de militante, que proferia palavras de ordem e tinha um semblante sempre fechado,

²⁴ O discurso que associa o nome de Alckmin à corrupção (re)emerge posteriormente à eleição, veiculado pela mídia jornalística, quando da comprovação de que o governo Geraldo Alckmin havia direcionado recursos de um banco estatal para favorecer jornais, revistas e programas de rádio e televisão mantidos ou indicados por deputados da base aliada na Assembléia Legislativa.

sugerindo indignação –, deu lugar a uma figura extremamente carismática, que sorri constantemente. O sorriso é esteticamente cuidado, tem uma aparência natural e é “aberto”, mostra os dentes. A imagem do rosto de Lula (figura 12) (re)atualiza e (re)significa o próprio indivíduo político, num processo de opacificação da imagem da primeira disputa eleitoral: *aquele personagem* passou a fazer parte da *memória social* (DAVALLON, 1999) e saiu da cena principal – para a qual retorna, fugazmente, quando é necessário *rememorar* seu pertencimento ao povo.

Esse processo de transformação da aparência se deu, paradoxalmente, por uma ampla exposição midiática em torno da mudança fisionômica do candidato. A exposição massiva da nova imagem de Lula no período pré-eleitoral de 2002 pelos diversos suportes midiáticos fazia uma analogia em tom de crítica entre a mudança de fisionomia e a mudança de posicionamento e de discurso político-partidário²⁵ de pleitos anteriores (o abandono de suas convicções socialistas para a adesão à lógica capitalista), ao mesmo tempo em que fazia circular a docilização do candidato, atraindo o olhar do (e)leitor/espectador e promovendo maior aliança com ele.

O processo de *docilização do corpo* de Lula é um reflexo da própria configuração de aparição na mídia, de *política ambientada pela mídia* (SOUZA, 2009), que também é um sistema de vigilância dos corpos, como postulava Foucault (1997) em *Vigiar e Punir*, sobre o sistema prisional²⁶. É justamente quando se submete aos paradigmas de harmonização do corpo, ao controle e ao processo de docilização necessários aos aparatos midiáticos, que Lula alcança uma maior visibilidade no campo das disputas eleitorais. Dito de outra forma, Lula passa a ser, em sua fisionomia, um “igual” no conjunto “políticos”, pois submete-se a um modelo de conduta dentro de um sistema de dominação do corpo.

Essa nova configuração do rosto, dócil e suavizado, ao se tornar mais atraente ao olhar do espectador/eleitor, corrobora efeitos de sentido positivos que afastam a corrupção associada ao indivíduo político. Esse novo rosto *diz melhor* que se pode confiar no candidato.

²⁵ Para compreender melhor esse processo de docilização do rosto de Lula, ver Souza (2009). Vide bibliografia.

²⁶ Novamente, fazemos referência ao trabalho de Souza (2009), sem pretender discutir a fundo a reflexão de Foucault na obra citada, visto que a autora desenvolveu sua análise tendo como fundamento tal obra.

Esse mesmo rosto nos *diz* atualmente, porque, historicamente, desde a Antiguidade, ele *já dizia*, conforme nos dizem Courtine & Haroche (1995).

Segundo os autores, a fisiognomonia, entre os séculos XVI e XVIII buscava compreender a linguagem dos rostos *dos homens*, a figura que se materializa na expressão do rosto, dentro de uma relação do interior com o exterior do indivíduo. Assim, progressivamente se compõe um imaginário *clássico* do corpo dentro de um campo de estudos, num trajeto que, aos poucos, abandona o pertencimento às artes divinatórias (como a quiromancia) e se constrói como ciência natural. Nesse processo de autonomia e racionalização, o indivíduo, ao mesmo tempo, se socializa e se individualiza. Como um dos pensadores dessa denominada *ciência natural*, ao final do século XVI, G. B. della Porta (*apud* COURTINE & HAROCHE, 1995) busca, em sua obra, descobrir *os segredos da natureza humana* a partir de uma *semiologia da relação entre o homem exterior e o homem interior*. Essa semiologia da superfície do corpo se constituía a partir de indícios de uma série de semelhanças extraídas de comparações com a figura dos animais – assim, a um indivíduo cuja expressão facial se assemelhasse à de um lobo lhe seriam associadas características do animal.

No século XVII, o movimento do rosto – portanto, a expressão da face não mais estática – passa a fazer parte dos estudos analíticos da fisiognomonia, na busca pelo *homem interior*. E, no fim do século XVIII, com o desenvolvimento das cidades e a explosão das massas, passou-se a buscar a identidade em meio à multidão, que se estratifica em classes sociais; assim, surge a concepção de que os traços físicos dos indivíduos eram predeterminados pelas condições sociais e culturais dos corpos; a fisiognomonia, então, será responsável por formar os cidadãos de elite, *fabricando* um indivíduo virtuoso e inserido em um ideal de transparência de caráter:

A multidão de fisionomias, ao anunciarem-se as sociedades de massas, torna de facto mais difícil a percepção das identidades. Começa-se então a ficar sensível, pela primeira vez com muita clareza, ao feito que as condições sociais podem produzir no rosto. Diderot perscruta, ao acaso nas ruas, as fisionomias das diferentes classes da sociedade: o artesão, o nobre, o plebeu, o eclesiástico ou ainda o magistrado possuem traços e expressões que lhes são próprios [...] (COURTINE & HAROCHE, 1995, p. 116).

Essa sensibilidade de que falam Courtine e Haroche (1995) sobre como as condições sociais afetam a expressão do rosto deixa vestígios que alcançam a contemporaneidade. A imagem de Lula em 1989 era associada à classe trabalhadora; ao longo do tempo, vai

sofrendo transformações que são discursivizadas pela mídia a partir da comparação a determinada classe social. É possível, a título de ilustração, encontrar enunciados produzidos pela mídia impressa que corroboram essa comparação. Trazemos um fragmento da revista *Veja*²⁷, que nos permite visualizar a associação da imagem de Lula a uma classe social:

“O visual retocado. A imagem de Lula está cada vez menos metalúrgica. Desde o final da campanha em 1989, quando esteve bem próximo da Presidência da República, Lula tem tratado de desbastar a cabeleira e a barba, para ficar com uma aparência menos agressiva”.

Se, em 1994, no discurso da imprensa, encontramos um afastamento da associação da imagem de Lula à classe dos metalúrgicos, justificado por sua estratégia de aparição política – num movimento que parecia indicar que essa mudança já estava em processo em busca de uma associação possivelmente *contrária* a essa classe –, em 2002, encontramos outro fragmento da revista *Veja*²⁸ que, ao falar da mudança na aparência da primeira-dama, sugere uma aproximação de Lula ao comportamento estético da elite:

Com as unhas pintadas de vermelho vivo, em lugar do antigo “rosinha dona-de-casa”, e roupas mais alinhadas, Marisa faz par à altura com o marido repaginado. Continua avessa a declarações públicas, mas a imagem fala por si: quem pode continuar a ter medo de **petista que faz plástica e frequenta o Studio W?**

Lula foi *abandonando* a fisionomia da classe *operária* para tomar formas mais “amenas”, suaves, próprias da (ou associadas à) elite, mas antes de tudo, pela adequação aos novos moldes de campanha midiaticizada. Para isso, fez uso dos mais variados artifícios. Este processo de “estetização” e docilização se deu a partir de uma série de procedimentos estéticos e cirúrgicos, desde o alinhamento do corte do cabelo e da barba, o tratamento dos dentes, até sessões de *peeling* facial e aplicação de toxina botulínica na testa e nos olhos, além de uma cirurgia, em 2002, para alinhar a arcada dentária (VEJA, 2006). Compondo o quadro do espetáculo, o cenário é adequadamente iluminado. Artigos jornalísticos enfatizam esse aspecto como forma de falar com transparência ao seu leitor:

²⁷ Revista VEJA, 31 de agosto 1994. Editora Abril. Ed. 1355. Ano 27, n° 35.

²⁸ TUDO pelo segundo turno. *Veja*. São Paulo: Abril. N° 1770, p. 34-36, 25 set 2002 (*apud* GOMES, 2007).

Teve início, na terça-feira passada, o horário eleitoral gratuito na TV. Além de proporcionar aos eleitores a chance de conhecer com mais profundidade as propostas de cada um dos presidenciais, o programa expõe de maneira intensa a imagem dos candidatos. Sob o foco dos refletores e marcação implacável das câmeras, cada ruga, cada ondulação do cabelo, cada traço corporal se combinam para formar uma espécie de assinatura visual dos candidatos. Como eles e seus gurus do marketing sabem, é vital projetar uma imagem de vigor físico, acuidade mental, firmeza e, se possível, também lançar olhar inteligente para os milhões de telespectadores. Nesse esforço vale tudo: maquiagem, iluminação adequada, enquadramento favorável, roupas de cores sóbrias. Neste ano uma novidade foi incorporada ao arsenal de construção da imagem dos candidatos, o Botox, tradicional aliado das mulheres em seu repto pelo prolongamento da juventude.

O exemplo vem de cima. O presidente Lula aderiu ao partido do Botox. Ele vem se mostrando na televisão com uma face mais lisa, mais firme e mais jovem graças a sucessivas aplicações de Botox – a toxina que puxa, estica e remoja, item obrigatório nos pacotes de beleza oferecidos pelas clínicas dermatológicas...²⁹

Não se pode negar que outros candidatos também passam ou passaram por esse processo para a exibição frente às câmeras (Sílvio Berlusconi, primeiro ministro italiano, aderiu à plástica, à dieta (figura 13) e a um implante capilar (figura 14)), já que o próprio formato televisivo requer cuidados com a imagem pessoal – o que justifica as instalações de núcleos de *maquiagem* nos *sets* das emissoras, por onde passam todos os que serão *exibidos na tela*.



figura 13
fonte: <http://www.bbc.co.uk>



figura 14
fonte:
blogs.reuters.com/italia/files/2008/04/berlusconibeforeafter.jpg

²⁹ LINHARES, Juliana. *No partido do botox cabe todo mundo*. Veja on-line, ed. 1970, 23/08/2006, disponível em http://veja.abril.com.br/230806/p_052.html; acesso realizado em 21/02/2008.

Na edição no 557, de 19 de janeiro de 2009, a revista Época traz uma reportagem na qual mostra a transformação na aparência de Dilma Rousseff (figura 15), cotada a próxima candidata à presidência, além de uma *retrospectiva* de outros candidatos brasileiros que também aderiram a mudanças na fisionomia para a campanha eleitoral (figura 16).



figura 15

Fonte: revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI21555-15223-2,00-CARA+DE.html



figura 16

Fonte: revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI21555-15223-2,00-CARA+DE.html

É interessante verificar que Barthes ([1957] 1985), na década de 50, em *Mitologias*, já postulava reflexões sobre a *fotogenia eleitoral*, por considerar analiticamente interessante o efeito da fotografia de campanha. Para ele, a imagem do candidato representava o elo pessoal entre candidato e eleitor, pois, naquela imagem, havia a expressão de um cotidiano, a representação de um natural, humano, mesmo que houvesse a pose, encobrendo a esfera da política em favor da esfera da “maneira de ser”.

É óbvio que aquilo que a maior parte dos nossos candidatos propõe através de sua efígie é uma posição social, o conforto especular das normas familiares, jurídicas, religiosas, a propriedade infusa de certos bens burgueses, tais como, por exemplo, a missa de domingo, a xenofobia, o bife com batatas fritas, e o cômico das situações de infidelidade conjugal, ou seja, aquilo a que se chama uma ideologia. Naturalmente, o uso da fotografia eleitoral supõe uma cumplicidade: a foto é espelho, ela oferece o familiar, o conhecido, propõe ao eleitor a sua própria efígie, clarificada, magnificada, imponentemente elevada à condição de tipo (BARTHES, [1957] 1985, p. 103).

Faz-se necessário ressaltar que, conforme postula Rubim (2000, *apud* SOUZA, 2009) a dimensão estética que alcançou o discurso político com o passar dos anos foi inevitável, já que os mecanismos de aparição pública se desenvolveram e a circulação da imagem pessoal foi ampliada pelos suportes midiáticos. Assim, buscamos salientar que o cuidado com o rosto é uma regularidade do discurso político contemporâneo, o que justifica nosso gesto de leitura. O exercício de análise sobre o rosto de Lula se faz aqui presente devido a que foi uma transformação mais visível e a partir da qual passaram a circular discursos sobre essa temática (os retoques cirúrgicos dos candidatos) nos suportes midiáticos.

Dito isto, voltamos às considerações sobre o rosto harmonizado. Essa estratégia de plasticidade do rosto o torna mais atraente ao olhar do espectador/eleitor, e produz efeitos de sentido positivos ligados a ele – como exemplo, a imagem suavizada de Dilma Rouseff também foi um “projeto político”³⁰ na tentativa de mostrar uma *personalidade* mais

³⁰ Enunciado presente na reportagem *Cara de 2010*. Revista Época. São Paulo: Editora Globo, nº 557, p. 28-31, 19 de janeiro de 2009.

suavizada, já que a possível candidata ficou conhecida como *a dama de ferro* por seu estilo áspero no Planalto.

Como pode ser visto nas imagens destacadas anteriormente, esse procedimento de produção do rosto harmonizado busca suavizar as marcas do rosto, mas de maneira que não se produza um *novo* indivíduo. A plasticização da imagem busca produzir uma aparência jovial, atraente, mas que não se *mostre* exatamente como uma intervenção; ao contrário, que possa resultar em uma aparência *natural*, sob pena de produzir efeitos de sentido ligados ao mascaramento, obscurecimento ou ocultação, dissimulação das intenções de governabilidade política.

Ao se mostrar *natural e atraente*, a imagem do rosto aporta efeitos de sentido positivos que denotam as *qualidades e virtudes* do indivíduo, o que contribui para manter afastado dele a associação com o tema da corrupção.

A busca por uma aparência *melhor*, mais atraente, não se restringe ao campo político, apenas *se estende* até ele. Esse ideal de corpo harmonizado é próprio das práticas sociais contemporâneas, na intenção de reverter ou intervir sobre a ação do tempo no corpo através de procedimentos cosméticos (cremes antiidade, ácido retinoico) e cirúrgicos (cirurgias plásticas e aplicações de colágeno e botox).

Antes da *Era da estética* representada nas práticas sociais contemporâneas, as marcas do tempo eram vistas como sinais de experiência, maturidade, sabedoria, vida longa. Os sinais da ação do tempo não se podiam apagar, e demonstravam também o processo de *bom* ou *mal* envelhecimento: ter ou não uma vida de hábitos saudáveis retardaria ou aceleraria o aparecimento das marcas da velhice.

Segundo Courtine & Haroche (1995), a expressividade do rosto a partir das marcas do tempo se mostrava, já no século XVII, como técnica de interpretação: a *metoposcopia*. Essa técnica concebia o corpo do indivíduo como uma *superfície* por meio da qual *se declaravam condutas e personalidade*, de maneira que o corpo *refletisse as qualidades morais da alma* do indivíduo. Esta concepção de interpretação do caráter funcionava como uma *semiologia da marca* do corpo humano, por considerar que um traço “gravado” na pele poderia testemunhar sobre o interior do indivíduo. Nesta perspectiva, as marcas do tempo não se podiam apagar, e as rugas significavam a *assinatura pessoal contida na expressão* (COURTINE & HAROCHE, 1995).

A etimologia do que se chama o caráter do homem que vem do termo grego que significa o sinal gravado, traçado ou escrito – ilustra bem o que a metoposcopia retém da figura humana. E que tais sinais sejam gravados confere-lhes uma outra propriedade: são permanentes e irreversíveis, acompanham todo o indivíduo da nascença à morte. A marca distingue-se dos acontecimentos passageiros que podem afectar a fisionomia – a metamorfose da emoção, o efémero da expressão ou até a marca accidental da cicatriz – pelo facto de mergulhar a figura num tempo imóvel e irreversível: nas linhas da fronte, o destino e o caráter estão impressos à esquerda, ao meio e depois à direita, marcando respectivamente a primeira, a segunda e a última idade do homem (COURTINE & HAROCHE, 1995, p. 49).

Se, no século XVII era importante *classificar* os corpos segundo a indefectível atuação do tempo que produzia marcas no rosto, vemos que, ao atravessar os séculos, a consideração sobre as marcas do corpo se manteve na produção de sentidos. Hoje, após os avanços na tecnologia clínica, as práticas sociais contemporâneas consideram importante a ausência de sinais faciais que denotam o envelhecimento. Na atualidade, a toxina botulínica – assim como o ácido retinóico utilizado no procedimento de *peeling* – é uma das formas de *apagar* as marcas da pele que “denunciariam” o *mau indivíduo*, o homem desonesto, velho (o que representaria falta de vigor físico para estar à frente de um cargo com tamanha importância), rude, misterioso. É preciso suavizar o rosto, dar um semblante jovial ao candidato, articulado à iluminação e à maquiagem, para “mostrar” o novo homem ao espectador/eleitor: um homem que ainda tem o vigor físico que lhe trouxe a primeira eleição, que não traz marcas de abatimento ou de cansaço mesmo depois de quatro anos de trabalho e dos episódios que marcaram negativamente sua trajetória governamental – aparentemente, a oposição esperava uma imagem mais abatida de Lula.

Além da suavização das *marcas do tempo*, outras características contribuem para o efeito *carismático* do homem político Lula. Nota-se que a figura masculina aparece com uma barba grisalha.

Barthes, em *Mitologias* (1985, p. 39), já reconhecia, em seus ensaios, o “circuito mitológico no que diz respeito à barba”, arrolando algumas representações do “símbolo” da barba que refletiam as práticas sócio-culturais da época. Uma destas representações considerava a barba como “atributo de um homem livre, desligado das convenções cotidianas do nosso mundo e a quem repugna perder tempo a barbear-se”. De acordo com o autor, este tipo de “desprezo” do indivíduo para com a convenção cotidiana de barbear-se fazia surgir na sociedade o senso de “caridade”.

Além disso, Barthes destacava a representação mítica da barba eclesiástica, símbolo missionário de apostolado e pobreza:

um padre que use barba é assim ligeiramente abstraído do clero secular; os padres glabros são considerados mais seculares, os de barba, mais evangélicos: o horrível Frolo não tinha barba, o bom padre de Foucauld tinha; com barba pertence-se um pouco menos ao bispo, à hierarquia, à Igreja política; tem-se um ar mais livre, um pouco franco-atirador, isto é, mais primitivo, beneficiando do prestígio dos primeiros eremitas, dispondo da rude franqueza dos fundadores do monarquismo, depositários do espírito contra a letra: usar barba é explorar com o mesmo ânimo o subúrbio, a Britânia, ou a Niassalândia (BARTHES, 1985, p. 39).

Ao longo da nossa história cultural, a simbologia da barba foi ganhando contornos mais amplos e sentidos diversos. Uma barba que tende mais para o branco, (re)atualiza discursos que trazem consigo conotações positivas, dentre elas, a imagem de um avô querido ou a imagem do *bom velhinho*, esperado pelas crianças (símbolo de sinceridade e inocência) na noite de Natal.

Estas conotações positivas se devem à produção de sentidos a partir do retorno de figuras e representações que compõem o imaginário social, construído, em grande parte, pela própria mídia. Esse imaginário social se expressa a partir de símbolos e mitos (como o do Papai Noel, por exemplo, ou da criança como símbolo de verdade, esperança, pureza) inseridos em comunidades de sentido, em que os indivíduos internalizam referências simbólicas e reconhecem os sentidos. Assim, cada sociedade constrói seus símbolos coletivos que alimentam o imaginário social e fazem parte do interdiscurso (GREGOLIN, 2003).

A barba desalinhada em um rosto *fechado* e sério pode produzir sentidos que, no imaginário social, estão associados à idéia de perigo, aversão, insanidade, mendicância (figura 17, figura 18, figura 19 e figura 20):



figura 17



figura 18

fonte: www.globalpov.com

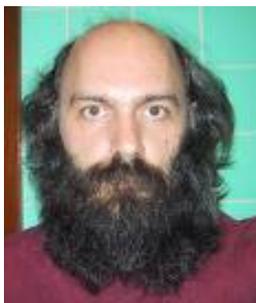


figura 19

fonte: www.cogumelosmagicos.com

fonte: www.rleite.files.wordpress.com



figura 20

fonte: www.cyrsdh.com.br

Historicamente associada a revolucionários e ao comunismo, a configuração da barba também produz sentidos que podem estar ligados à idéia de intimidação, ameaça (figura 21 e figura 22):



figura 21

fonte: www.oquotidianodamiseria.com.br



figura 22

fonte: www.futurelawnornament.blogspot.com

Por outro lado, uma barba alinhada em uma face *aberta*, que mostra um sorriso ou uma expressão suavizada, produz sentidos associados a valores positivos – *agrada aos olhos*, e pode sugerir a idéia de intelectualidade, amabilidade, bondade (figura 23, figura 24 e figura 25):



figura 23

fonte: www2.ufscar.br/administração/reitoria.php

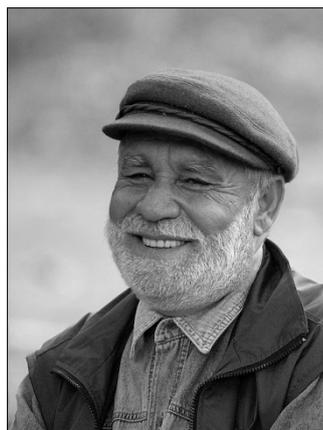


figura 24

fonte: www.bp0.blogger.com



figura 25

fonte: www.wikimedia.com

Voltando o nosso olhar para a constituição histórica da expressão do rosto humano, vemos, segundo Courtine & Haroche (1995), que a fisiognomonia objetivava a observação da fisionomia dos indivíduos buscando uma relação entre corpo e alma – para revelar o *coração* do sujeito social e descobrir o verdadeiro homem por trás de seu rosto –, e pretendia contribuir para a *escolha das companhias pela aparência* (COURTINE & HAROCHE, 1995, p. 40). Esta característica nos ajuda a compreender que, com o passar do tempo, se o critério de seleção ao convívio social não mais se pauta, exclusivamente, na aparência, a importância do cuidado com a expressão se mantém, de forma que podemos reconhecer que as (re)atualizações imagéticas da face do homem público produzem efeitos de sentido que favorecem a aceitação do candidato pelo espectador/eleitor, a partir de sua aparência – percebeu-se semelhante reação de aceitação pela aparência do candidato Fernando Collor de Mello, nas eleições de 1989 (figura 26): um homem jovem e sorridente que conseguiu o apoio

da maioria eleitora do país. Pode-se perceber, também, nas imagens de Nicolas Sarkozy (figura 27), atual presidente francês, semelhante cuidado com a aparência: o sorriso e a jovialidade.

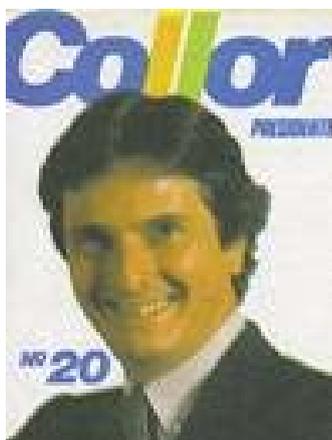


figura 26
fonte: www.desnoticias.org



figura 27
fonte: www.i-actu.com

Ao focalizarmos o novo formato do *programa* político eleitoral no HGPE, é possível postular que a estratégia de sedução se legitima na valorização da imagem corporal do candidato – que assume inúmeras identidades para mostrar um *caráter honesto* e, como fim último, para afastar o estigma de corrupto de si. Segundo Eggs (2005, p. 29), mostrar este caráter honesto faz o discurso parecer mais *digno de crédito aos olhos de seu auditório*. A credibilidade leva à confiança, e a confiança está bastante enraizada na construção mítica do *não ser enganado*: quem é digno de confiança não engana, não trai, não *se corrompe*.

3.1.5. A confiança expressa pelo rosto e pelo nome

O HGPE é o lugar privilegiado e estratégico para a comunicação com os eleitores, numa situação específica: a de candidato a um cargo político – em nosso enfoque de trabalho, à presidência. No imaginário social, ao longo da história, foi conferido aos atores políticos o caráter de mentirosos e corruptos, como nos foi possível observar no capítulo 2. Na busca por afastar o sujeito político do estigma da corrupção, o HGPE apresenta outra regularidade na representação do candidato, a partir de duas estratégias que serão objeto de um gesto de leitura neste subitem: a ampliação da imagem do rosto do candidato (o close sobre o rosto de aspecto plasticizado – belo e harmonioso) e a inscrição de seu primeiro nome, ao longo dos

programas, por meio de diversas formas: ora materializado visualmente na tela, ora pronunciado oralmente pelo locutor e/ou pelos participantes do programa quando se referem ao candidato, ora cantado no *jingle* e materializado visualmente na parte inferior da tela (como legenda).

Tais estratégias, apresentadas tanto isoladamente como associadas uma à outra, constituem um discurso que busca insistentemente – possivelmente mais que outros – persuadir o tele-espectador/eleitor da condição de verdade associada a ele, e funcionam como contestação das representações depreciativas atribuídas à figura do homem político, que se cristalizam no imaginário social como *lugares de memória* e promovem o irrompimento de enunciados como “todo político é ladrão/corrupto”, “todo político fala, mas não faz”, “todo político é mentiroso” etc, que circulam em diversos domínios da sociedade, inclusive, na mídia. Esses *lugares de memória* decorrem tanto do funcionamento do próprio universo político e do contexto histórico nacional quanto da mesma mídia que transmite o discurso político.

Ao buscar na história, como o fizemos no capítulo 2, o caráter intrínseco do tema da corrupção inscrito no discurso político, é possível analisar a configuração dos programas do HGPE no sentido de construir uma identidade do indivíduo político que o afaste do estigma de corrupto.

Em consonância com Piovezani Filho (2007), consideramos em nossa análise o aspecto de *privatização-publicização* da política contemporânea, em que a legitimação do político titular ou candidato a titular de um cargo político “pode manifestar-se como um “eu” que se fundamenta na autenticidade” pessoal, e que leva o indivíduo político a *fabricar* e *expor* esse “eu” produzido. Esse processo de *privatização-publicização* desloca os valores que originam a legitimidade: onde antes prevaleciam os atributos relativos à função pública do indivíduo político, alçam-se as qualidades pessoais, as virtudes individuais à categoria de valores fundamentais dos sujeitos políticos.

A produção desse “eu” político se realiza, entre outros aspectos, na apresentação de um rosto harmônico e belo, sorrindo, em close, no qual se traduz (ou se pretende traduzir) a identidade do indivíduo associada a sua expressão facial, a partir de “o quê” se quer externalizar sobre si mesmo, consolidando a instauração do sujeito no discurso e na produção de sentidos (COURTINE, 1995). A imagem do candidato opera a memória social, que se vai

construindo a partir de repetições, lembranças, esquecimentos, apagamentos (PÊCHEUX, 1999; DAVALLON, 1999; COURTINE, 1999).

O *espetáculo político* representado sob o foco da televisão, sustentado por todo o aparato tecnológico que acompanha o suporte de circulação dos discursos promove um jogo de aparências e essências que não lhe é exclusivo: pertence às origens humanas e se vai alterando de acordo com seu funcionamento em diferentes conjunturas histórico-culturais. É o jogo de aparências que busca revelar o essencial do homem político, configurado num espetáculo que se harmoniza com o ideal democrático da transparência corporal (PIOVEZANI FILHO, 2007); jogo que infere que o corpo pode *dizer* o que o indivíduo não profere pelo verbo, e pode *falar melhor* sobre a emoção, além de afirmar a *verdade* e a *mentira*. Como exemplo, observe as imagens abaixo (figura 28, figura 29, figura 30, figura 31) extraídas dos programas do HGPE de 2006.



figura 28



figura 29



figura 30



figura 31

A individualização analisada a partir da expressão, no que concerne aos séculos XVI e XVIII, evoca a representação do “eu” simulada pelo cotidiano burguês, ampliando-se na construção dos valores e comportamentos que estruturam o *domínio de si* do homem moderno (COURTINE & HAROCHE, 1995).

Considerando as questões sobre a manifestação do “eu” íntimo do sujeito político e a descoberta do verdadeiro indivíduo a partir das expressões faciais, a estratégia do close no rosto do candidato potencializa o efeito da expressividade do rosto e configura um dos

aspectos que sugerem a representação dos valores individuais, das virtudes pessoais que se revelam essenciais na configuração contemporânea da política *privatizada-publicizada*, produzindo efeitos de verdade, de legitimidade do político como pessoa virtuosa, humana.

A imagem, principalmente em movimento, é o meio mais eficaz de referenciação, pois promove uma ilusão de verdade mais sedimentada, uma impressão de transparência e autenticidade que leva à consideração de que ela reproduz *integralmente* a realidade – toma-se o que representa o objeto pelo próprio objeto; assim, a imagem do candidato é recebida na tela como se fosse *o próprio candidato*. Essa ilusão é menos sedimentada na imagem fotográfica, por exemplo, que permite mais facilmente e com recursos menos onerosos a utilização de técnicas de edição e de efeitos visuais (como as técnicas de *photoshop*) e seu reconhecimento por parte daquele que olha a imagem estática. Ao posar/sorrir para a câmera de tevê, numa imagem em movimento que perscruta o gesto completo do sorriso, desde seu esboço até seu ápice – o que simula um *presente (real/realidade) em curso* e produz mais eficazmente o efeito de verdade/efeito de referencialidade –, o sujeito sorri para o próprio espectador/eleitor.

Considerando-se a amplitude do rosto que, muitas vezes, ultrapassa os limites da tela e simula uma aproximação quase que pessoal entre os atores políticos e seus eleitores, o efeito de sentido que se pode conseguir é o de que, ao instaurar-se a intimidade, pode-se instaurar uma espécie de “relação de amizade” e, por extensão, de confiança. A especificidade do suporte televisão favorece uma significação e uma possibilidade efetiva de percepção desse efeito de aproximação.

Esse aspecto de personalização da política se perfaz por um viés peculiar: despiu-se o político e vestiu-se o indivíduo. O candidato e sua imagem parecem não mais se atrelar à imagem do partido político – vínculo que, anteriormente, parecia conferir ao candidato sua identidade no campo político. As expressões faciais por meio das quais se constrói esse *falar verdadeiro* também podem dissimular a verdade, já que, ao longo dos séculos, foi preciso desenvolver a arte do controle do corpo/das expressões.

Os limites do enquadramento da câmera e a dinâmica da aparição na tevê forçam o indivíduo a refletir sobre a expressão a ser externalizada – considerando o trabalho de edição e roteirização dos programas políticos televisivos, que permite a expressividade controlada porque ela pode ser ensaiada –, de maneira que o resultado do *todo* seja coeso e contribua para a conquista da adesão do eleitor; ou ainda, que o funcionamento da imagem com o verbo

se realize de maneira homológica e permita que o rosto corrobore o que o verbo afirmou/afirma/afirmará.

Nesse suporte e nessa constituição discursiva, atua uma imagem de destinatário ideal manifestada na formulação e na circulação desse discurso. Instauram-se, ao mesmo tempo, duas representações: a representação do indivíduo político nacional, junto com a representação do espectador/eleitor, pela simulação de um pacto de confiança a partir do caráter de intimidade sustentado pelo close. Esse caráter de intimidade pressupõe um contrato de comunicação em que se produzem as duas representações ao mesmo tempo: um não se constitui sem o outro.

Além da estratégia do close como instrumento de representação do indivíduo político, encontramos o que nos parece apontar uma tendência, a partir da campanha presidencial de 2006: o uso do primeiro nome (prenome)/ apelido do candidato nos programas políticos.

Buscamos analisar o aspecto que nos chamou atenção durante a referida campanha e que foi percebido em vários programas de candidaturas a prefeito no ano de 2008, o que pode confirmar nossa percepção dessa tendência. É importante salientar que consideramos o aspecto multimodal do discurso e, portanto, podemos encontrar o primeiro nome tanto materializado visualmente na tela como proferido oralmente pelo locutor, nos *jingles* e por outros participantes envolvidos nos programas. Procederemos com as descrições pertinentes em cada caso.

Nos programas de Geraldo Alckmin e Heloísa Helena, é bastante comum a materialização do enunciado verbal, na tela, com o nome completo dos candidatos (ainda que “Heloísa Helena” seja um nome composto, é o nome com o qual a candidata se tornou conhecida no campo político, e produz praticamente o mesmo efeito de nome e sobrenome) contrastando com a menção oral a ele apenas pelo primeiro nome – essa relação homológica não será analisada neste trabalho, por considerarmos que ela pode ser melhor explorada em trabalhos futuros. Nos programas de Lula e Cristovam Buarque, não observamos a mesma configuração: eles são sempre denominados pelo apelido (acrescido oficialmente ao nome) e primeiro nome, respectivamente.

Nota-se uma espécie de desprendimento da veiculação do sobrenome do homem político da campanha pré-eleitoral e uma supervalorização do primeiro nome, ou, mais intimamente, do apelido – no caso de Lula, essa alcunha foi inserida em seu nome completo. Podemos observar que o único candidato que ainda conservava a articulação da imagem ao

nome completo era Geraldo Alckmin, mas passou a ser, unicamente, Geraldo – dado o pertencimento ao quadro de disputa presidencial, incluindo-se ao grupo Heloísa, Cristovam, Lula.

No caso do candidato Geraldo Alckmin, o enunciado verbo-visual que se materializa na tela utiliza o nome completo do candidato ao mesmo tempo em que a intervenção oral do locutor do programa enuncia, unicamente, o nome Geraldo. Os *jingles* também trazem o áudio (música) e o visual (legenda) do primeiro nome do candidato, e os participantes que aparecem ao longo dos programas o denominam também pelo primeiro nome.

No programa da candidata Heloísa Helena, visualiza-se seu nome composto na tela e a intervenção oral do locutor do programa reafirma o nome composto, porém o *jingle* que é transmitido concomitantemente à intervenção oral do locutor traz somente o nome Heloísa. Além disso, e ainda concomitantemente, há um coro de crianças que bradam, várias vezes, o nome *Heloísa*.

Nos programas dos candidatos Lula e Cristovam Buarque, não há nenhuma menção ao sobrenome ou ao nome composto (Luis Inácio, por exemplo). Durante todo o período de circulação dos programas dos dois candidatos, todas as menções a eles são efetuadas pelo uso do apelido/prenome (figura 32, figura 33, figura 34, figura 35).



figura 32



figura 33



figura 34



figura 35

Para verificar a ocorrência dessa regularidade como uma possível tendência da representação identitária do indivíduo político nos programas eleitorais, trazemos, a título de elucidação, exemplos de programas eleitorais das campanhas municipais de 2008 que também se valem da mesma estratégia (figura 36, figura 37, figura 38, figura 39).



figura 36
Fonte: HGPE 2008
Porto Alegre – RS



figura 37
Fonte: HGPE 2008
Porto Alegre – RS



figura 38
Fonte: HGPE 2008
Apucarana – PR



figura 39
Fonte: HGPE 2008
Queimados - RJ

Vários programas eleitorais municipais utilizaram esse artifício na campanha do ano de 2008. É interessante salientar alguns casos: o de Manuela D'Ávila e o de Maria do Rosário, ambas candidatas à prefeitura de Porto Alegre - RS; e o de João Carlos, candidato à prefeitura de Apucarana - PR. Manuela D'Ávila, já (re)conhecida por seu nome completo como deputada estadual, aparece em seu programa eleitoral como Manuela, nos *jingles*, na abertura/encerramento do programa, nas intervenções orais do locutor/participantes; aqui, parece buscar-se a intimidade com Manuela porque trata-se de uma candidata *filha* de Porto Alegre, íntima, também, da própria cidade.

Por um viés mais estreito, Maria do Rosário aparece no programa unicamente como Maria, e João Carlos aparece, unicamente, como João. Tais nomes que, de tão comum, beiram o anonimato, promovem efeitos de sentido que os tornam bastante significativos e promovem um maior efeito de aliança.

Como suporte de análise destas estratégias, buscamos as noções de representação do leitor concebidas por Ferreira (2006). A autora identifica a intensificação da interpelação do leitor a partir do uso de seu nome completo impresso no interior da revista Veja, efeito ampliado pela utilização do primeiro nome. Acreditamos que nosso objeto de estudo se inscreve como correlato das representações do leitor, pois nossa abordagem se refere à representação do próprio candidato que se apresenta/é apresentado a partir de seu primeiro

nome, e constrói uma intimidade com o espectador a partir deste modo de enunciar-se, num processo de subjetivação.

Segundo Ferreira (2006), a utilização do primeiro nome indica um efeito de *singularização*, de intimidade superdimensionada; simboliza a maneira mais informal e pessoal de se dirigir ao interlocutor, portanto, tem efeito mais intenso sobre ele. Seguindo esse conceito, concebemos que a utilização do apelido indica a intensificação de intimidade. Na história cultural, segundo a autora, o nome próprio identifica os indivíduos, fundamenta sua personalidade. Ele funciona como mediador dos espaços pessoal e social, e seu uso no Brasil instaura o tratamento interpessoal mais comum. No funcionamento do HGPE, o uso do primeiro nome/apelido imbricado ao close do rosto resulta como uma exposição da essência pessoal, da identidade social do indivíduo político nacional contemporâneo.

Assim, essa utilização pretende dar a ver um lado mais pessoal do candidato, mais *próximo* do eleitor, legitimando a nova prática discursiva do homem público: dirigir-se ao público “*diretamente a cada um, sob a forma de uma conversação privada*” para fazer com que “*cada vez mais a crença política dependa estreitamente da percepção psicológica da autenticidade do orador, do espetáculo de sua sinceridade, da encenação de seus sentimentos*” (COURTINE, 2006, p. 133).

Se o efeito de intimidade é ampliado a partir do primeiro nome, o apelido – veiculado por Lula desde o início de sua apresentação como figura política – funciona como uma progressão ao processo de subjetivação, pois é utilizado, nas práticas discursivas interpessoais, pelos entes de mais afeto.

Não estamos afirmando, contudo, que se trata de uma regra e que todos os candidatos se apresentam, no HGPE, unicamente pelo primeiro nome. Seria uma hipótese difícil de sustentar, devido ao fato de que várias personalidades políticas estabeleceram um nome e um sobrenome a partir do qual instituíram o reconhecimento público. Como exemplo dessas exceções, podemos mencionar os nomes de José Serra, que sempre se manteve devido a implicações que recairiam sobre o anonimato do nome José – cuja contraparte, extremamente significativa, a despeito do anonimato, encontramos no programa de João, citado acima –; Ciro Gomes, que também se mantém sob a pena de também ser des-identificado como figura política, dado que Ciro também é um nome bastante comum; Tarso Genro e Antonio Palocci, pelas mesmas razões; Aécio Neves e Luciana Genro, cujos sobrenomes remetem a outras figuras políticas (Tancredo Neves e Tarso Genro) de amplo reconhecimento.

Entretanto, interessa-nos verificar que a utilização do prenome ou do apelido, que se verifica como regularidade no discurso político televisivo, busca promover efeitos de sentido positivos na busca por combater o estigma de mentiroso e de corrupto do indivíduo político, provocando uma sensação de intimidade e confiança equivalentes àquela suscitada pela relação íntima com o amigo, do qual não se pode desconfiar, pois se conhece o seu interior. Por extensão, remete à memória mítica da expressão *não confiar em estranhos*: se o indivíduo se apresenta como íntimo, ele não nos é estranho – portanto, trata-se de alguém em que se pode confiar.

A confluência das duas estratégias de representação identitária do indivíduo político no HGPE – o close e o uso do prenome – faz parte, também, do percurso das estratégias visual e verbal na televisão: a estratégia visual mostra o *olho no olho*, o *cara a cara*, (os apresentadores olham de frente para a câmera, como se olhassem para o tele-espectador); a estratégia verbal utiliza o pronome “você” (como nas chamadas dos programas: “você vai ver, hoje, no programa X”, “você não pode perder”, “espero você”), ou utiliza o primeiro nome/apelido como representação de algumas das figuras televisivas (Faustão, Gugu, Angélica, Xuxa, Eliana etc.) – o que evidencia a perfeita adequação do discurso político ao modelo de circulação no suporte televisivo.

A própria dinâmica da transmissão televisiva intervém nas relações sociais e, para tanto, busca estabelecer a confiança por meio de mecanismos que simulam a aproximação do tele-espectador (é comum ouvir o agradecimento dos apresentadores por “entrar” todos os dias na “casa” do tele-espectador). Ao promover essa simulação de proximidade, ela estabelece e regula práticas sociais – estabelece e mantém essa relação de confiança “pessoal” – como se ela (instituição midiática) se transformasse na própria *pessoa* que enuncia; no que concerne a nosso objeto de estudo, ao produzir os efeitos de simulação da intimidade, se transformasse no próprio ator político a partir do caráter pessoal conferido a esse discurso multimodal, que ao se enunciar pelo primeiro nome estabelece efeitos de interação e obscurecem os efeitos relacionados aos sentidos de hierarquia.

Assim como a mídia publicitária impressa se direciona ao leitor a partir da imagem instaurada sobre ele, de sua representação como leitor, a mídia televisiva, durante o HGPE, também constitui uma representação do espectador/eleitor e produz o discurso a partir de técnicas que supram a expectativa do pressuposto eleitor. Essa pressuposição promove, concomitantemente, a representação identitária do indivíduo político nacional.

O modo de interpelação direta do interlocutor, ainda que na instauração de uma proximidade longínqua que estabelece a tela da TV, tenta manipular a assistência do eleitor, orientando-o a determinada conduta. Do mesmo modo, o olhar para a câmera – que rompe com o diálogo e com a naturalidade da conversação – deve ser controlado e orientado de forma a obscurecer o caráter monológico do discurso.

A legitimação do cargo político na esfera do “eu” busca medidas tanto para fundamentar as qualidades que o exercício da função requer, quanto para produzir-se como indivíduo social; assim, um dos valores de um homem eleito para um cargo público, agora, é a *simplicidade*, e o nome ou o apelido pode funcionar como efeito de *identificação com e procedência de povo*.

A utilização do prenome do indivíduo político no programa eleitoral televisivo é uma forma de interpelação do espectador/eleitor que funciona como indício de um *protocolo de leitura* (FERREIRA, 2006) que atua como um orientador de interpretação correta da mensagem política, ao mesmo tempo em que instaura tanto um espectador/eleitor ideal como o próprio sujeito político ideal.

O artifício também funciona como um restabelecimento das relações de confiança da modernidade baseada no caráter pessoal. De acordo com Giddens ([1990] 2002), as relações de confiança da contemporaneidade, no mundo globalizado, tornaram-se mais distantes, deixaram de estabelecer-se a partir da fidedignidade pessoal para se constituírem a partir de sistemas especializados. A palavra de confiança foi substituída pelo contrato da instituição financeira. Assim, perde-se a reciprocidade e a intimidade que as relações de confiança pessoais instituíam na sociedade de outrora. No caso do nosso objeto de estudo, o uso do primeiro nome do indivíduo político tenta restabelecer, no trato pessoal com o espectador/eleitor, os valores daquela antiga confiança que se perdeu. Ao estabelecer esse “contrato de confiança”, descola-se do ator político a pecha de mentiroso e corrupto.

Segundo Courtine (*apud* MILANEZ, 2006), toda imagem se perpetua numa cultura visual a partir da qual se constitui uma memória social das imagens – nomeada *intericonicidade*. Além delas, existem as imagens produzidas pelo sujeito, sugeridas pela percepção de uma imagem externa, e que também constituem uma memória. A intericonicidade, em uma relação aproximativa com o interdiscurso, está ligada tanto ao gesto de (re)estabelecer uma memória imagética como ao de modificá-la, (re)atualizá-la, reestruturá-la.

Tais imagens, inseridas no campo discursivo, ao serem *formuladas* e postas em circulação, correspondem a um *domínio de memória* de onde se extraem outras formulações com as quais a primeira formará uma série, um conjunto de regularidades (COURTINE, 1989). No caso de nosso objeto de estudo, as regularidades na ampliação do rosto sorridente na tela da televisão instauram esse domínio de memória de onde se constitui o efeito de sentido da intimidade, da amizade. Essa memória pertence à *existência histórica* desse enunciado imagético inserido nas práticas discursivas das relações sociais, como origem de outras imagens que o (re)atualizam, que o representam, que o transformam. É na formação do enunciado da intimidade e da amizade que se forma o saber institucionalizado socialmente, saber que postula que só é de confiança aquele que nos é íntimo, e a formulação do close aliada ao primeiro nome/apelido do indivíduo político promovem um *efeito de memória*. Segundo Courtine (1989, p. 103), aquele enunciado existe “no tempo longo de uma memória”, enquanto que essas formulações se inscrevem no “tempo curso da atualidade de uma enunciação”; nesse movimento entre interdiscurso e intradiscurso (enunciado e formulação), o close faz retornar numa atualidade essa “conjuntura discursiva” própria do domínio de memória de um saber. A materialidade dessa memória discursiva se constitui na articulação de uma imagem a um nome (escrito na tela, falado pelo locutor ou cantado no *jingle*) que circula por meio do suporte televisão durante o período pré-eleitoral, e que possibilita a articulação do já dito e do dizer, do enunciado e da formulação.

A imagem do rosto do candidato (re)atualiza a memória social das imagens que constrói valores universais, crenças que, supostamente, são partilhadas por uma maioria, como a associação da intimidade com a confiança: se alguém me é próximo e é alguém a quem eu chamo pelo primeiro nome, este alguém me é íntimo, é de minha confiança. A confiança se relaciona com a verdade. Essa relação entre os sentidos reforça o afastamento do imaginário social de indivíduo político corrupto. Como prova dessa confiança que se pretende verdadeira, o rosto produz um sorriso plasticizado, mas que cativa. A simulação da intimidade tem como fim a busca pelo fortalecimento e pela legitimidade do verbo que será proferido pelo indivíduo político.

Além disso, essa associação das estratégias constrói um *ethos* que ativa o imaginário coletivo dos sentimentos e emoções contidos no que se espera ser a imagem ideal do chefe de Estado: alguém que está próximo ao eleitor, por extensão, ao povo, e que saberá atuar no poder porque *conhece* o povo. Um *ethos* que se constrói na homologia entre a imagem do

sorriso e o verbo que diz o nome do candidato – não somente entre a imagem e a expressão oral do indivíduo político –, e que, funcionando juntas, imagem e verbo, “falam” dele e por ele, forjando uma identidade social nacional do indivíduo político, na qual os aspectos de figura pública e homem privado não mais se configuram como oposição, pois eles se movimentam e se invadem mutuamente. O candidato político continua sendo uma figura pública, mas deixa entrever o seu íntimo.

O *espetáculo*, a teatralização do discurso político, nesse suporte, busca suscitar a emoção, a sedução, o encantamento. E, nessa conjunção de elementos que configuram o HGPE, a imagem é, talvez, o elemento que constitui a linguagem mais eficaz.

Considerando que a mídia funciona como um pólo de produção e difusão de valores culturais, e considerando a amplitude da transmissão televisiva que transcende o HGPE, é possível reconhecer, na mídia, um espaço privilegiado onde se produzem, propõem-se e se colocam em circulação modelos de subjetividades sociais – a partir da concepção de sujeito postulada por Foucault, ou seja, um processo de subjetivação que fabrica um modelo social de sujeito.

Para o filósofo, a noção de sujeito é concebida como uma posição, um lugar vazio, um papel único que pode ser assumido por diferentes indivíduos, ou ainda, vários lugares que podem ser assumidos por um único indivíduo (FOUCAULT, [1969] 2000). A partir dessa abordagem, a estratégia de utilização do primeiro nome funciona como papel único a ser exercido pelos vários atores políticos participantes da cena político-eleitoral e reforça esse modelo social de indivíduo político íntimo ao espectador/eleitor, pela focalização/simulação da individualidade sobre o candidato, o que orienta a leitura para um efeito de credibilidade pela condição de atributo do nome próprio, juntamente com o close da câmera no rosto, em um sorriso – conjunto que funciona, por meio dessa homologia discursiva, como um contrato que legitima, antecipadamente, o verbo do ator político.

O emprego do nome do sujeito político funciona como recurso instaurador do contrato de confiança com o espectador/eleitor – que será também nominalizado, oportunamente, pelo pronome “você”. Esse contrato estabelecido concomitantemente pelo uso do pronome “você” e pelo uso do primeiro nome do indivíduo político, como recurso para atrair a atenção do eleitor, visa a efeitos mais intensos de particularização, de proximidade e de intimidade, mascarando uma distancia evidentemente real e hierárquica entre o presidente da república (ou o prefeito) e o eleitor a quem se dirigirá o ator político por meio da intervenção oral. Esse

mascamamento, atrelado ao efeito de *referencialidade* instaurada na imagem em movimento transmitida pela televisão (como se a lente que mostra o rosto do candidato fosse o *olho* do próprio eleitor), que olha o espectador de frente e instaura uma relação interpessoal *eu/você* (JOLY [1994] 2003, *apud* FERREIRA, 2006), reforça o modo de interpelação discursiva de caráter pessoal, buscando instaurar a identificação do eleitor e sua adesão ao candidato, afastando-se do *lugar de memória* do indivíduo mentiroso/ladrão/corrupto. Daí podemos pensar na importância – na contemporaneidade – da simulação da personalização nas relações de confiança que se constroem, inclusive, pela dinâmica da transmissão televisiva.

Nessa corrida por fazer funcionar o discurso político em uma configuração histórico-social regida pela desconfiança, o espetáculo televisivo lança mão da imbricação de recursos técnicos e corporais que pretende suprir uma nova necessidade: a reformulação de um discurso cujo formato antigo caiu em descrédito. Segundo Courtine:

Rejeita-se o monologismo de discursos e critica-se o apagamento de sujeitos em órgãos de organizações políticas. Mostra-se uma máscara verbal no lugar dos traços do homem político, apagados sob o anonimato de uma causa ou separados no corpo de um partido sem face (COURTINE, 2006, p.84).

Essas estratégias suscitam emoções do interlocutor que estão associadas a representações sociais e contribuem para atrair o espectador/eleitor. A sedução se constrói com recursos carregados de afeto e tocam o espectador, criando um imaginário de confiança que propiciam o elo social, a adesão ao candidato pelo voto.

3.1.6. A exposição da solidez e da harmonia da família/do casamento

A imagem da família ao lado do candidato vem reforçar as qualidades da vida privada do homem político, já que – devido à personalização da política – é preciso explicitar os traços positivos de sua personalidade individual e de seu carisma pessoal: um homem de bem, um pai de família, que traz à tela a esposa e/ou o(s) filho(s) para legitimar sua aptidão ao governo do país a partir de seus costumes particulares, fazendo surgir um lugar onde se coloca a questão da verdade e da mentira, e que define, muitas vezes, quem governa uma nação, no *quadro no qual o espetáculo político contemporâneo ganha sentido* (COURTINE, [1994] 2006a).

Quando a mensagem política não é mais concebida como expressão de uma vontade divina, nem carregada de sentido por uma ordem política e social transcendente, então, é na dimensão humana e psicológica das intenções e dos sentimentos que se forja uma nova legitimidade (COURTINE, [1994] 2006a, p.133).

Observamos que, com exceção da candidata Heloísa Helena – que se considerava “solteira”³¹ após ser casada duas vezes (nota-se que houve uma mudança de nomenclatura de estado civil *divorciado* que geralmente se dá, ou pelo menos se dava, a indivíduos que já haviam contraído matrimônio alguma vez) –, os programas dos outros três candidatos trazem à cena, em maior ou menor grau, a imagem da família.

Porém, apesar de não fazer a exposição de *sua* família, o programa de Heloísa Helena *faz alusão* à simbolização da família ao enunciar verbalmente sua condição de *mãe* – que produz sentidos positivos como afetividade, compreensão, humanização; é esta a estratégia de figura carismática para a candidata, já que no imaginário coletivo e nas aparições de sua imagem na mídia jornalística, a mulher de que se trata estaria sempre esbravejando contra o governo e discutindo com os demais políticos (identidade que se fortalece com sua expulsão do partido dos trabalhadores no ano de 2005).



figura 40

Em sua primeira aparição no programa do HGPE, seu discurso pretende cristalizar a imagem da *mãe* brasileira: “... *E sou apenas igual às mães brasileiras...*”. Esse discurso

³¹ De acordo com entrevista à Folha Online, em 12/08/2006, disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/candidatos-presidente-heloisa_helena.shtml, acesso em 23/02/2008.

desaparece na sequência de programas, mas a imagem que continua sendo explorada (figura 40) pretende, sozinha, dar conta do efeito carismático de “boa mãe”.

Cristovam Buarque e sua mulher, a senadora Gladys Buarque, aparecem abraçados e sorridentes durante imagens de passeatas (figura 41) – simbolizam a união do casal em prol do mesmo objetivo.



figura 41

No programa de Lula, a primeira-dama, Marisa, posa ao lado do candidato como *figurante*. A ela não é delegada nenhuma fala, e, com exceção dos cliques em que o candidato aparece de pé, de mãos dadas com ela e sorrindo, ela não sorri nas outras aparições, que se dão sempre em um suposto banco de praça (figura 42).



figura 42

O programa que mais explora a imagem da família é o do candidato Geraldo Alckmin. As imagens do candidato ao lado da esposa, Maria Lúcia (sequência 7) e dos três filhos, na relação de homologia com as intervenções orais dos membros da família, do próprio

candidato e do locutor, *dizem mais* que os outros programas, dado que eles aludem à família, majoritariamente, pela imagem. No último programa do segundo turno, a família figura por quase um minuto e 20 segundos, em um jogo de imagens em câmera lenta (de sorrisos do casal, das mãos dadas entre os dois), narrações do locutor e declarações dos filhos e da esposa:



sequência 7

(00:31 – 01:49) Locutor: Casado com Maria Lucia Alckmin, Geraldo tem três filhos e uma neta. Dona Lu é a companheira de 27 anos de vida.

Maria Lúcia: É um pai maravilhoso, um marido exemplar, é um amigo, eu acho que é um avô também muito querido.

Locutor: Em casa, Geraldo encontra força e incentivo para seguir na vida pública.

Thomaz: Nossa família é muito unida, já deu pra perceber isso, que a gente vai junto nos debates, a gente vai junto em todo lugar.

Sophia: Meu pai é uma pessoa muito forte, muito determinada e corajosa...

Geraldo Netto: Eu até me pergunto hoje, eu tenho 25 anos, como, com 19 anos ele foi capaz de ser vereador, presidente da câmara, quer dizer, ele amadureceu muito novo.

Locutor: Geraldo ensinou aos filhos os valores que aprendeu com o pai: honestidade, verdade, trabalho.

Alckmin: Seja na vida pública, seja na vida particular, precisa ter princípios, precisa ter valores que norteiam essa caminhada.

Locutor: Valores que hoje, mais do que nunca, o Brasil exige do futuro presidente.

Alckmin: As pessoas são mais felizes quanto mais se dedicam a ajudar os seus semelhantes. A política precisa ser vista dessa forma: como um serviço. você trabalhar pra melhorar a vida de quem precisa.

Locutor: Geraldo Alckmin, um homem de bem para o bem do Brasil (programa 27/10/2006).

Tendo em vista os resultados das pesquisas de opinião, que continuavam a apontar a vitória do candidato Lula – o que se confirmou posteriormente –, e a aparente *inabilidade* do oponente em construir o perfil ideal do governante da nação, no que concernia a sua personalidade, é possível alegar que o programa *adere* à configuração de exposição familiar (já que desde o princípio da campanha os outros candidatos faziam uso dessa estratégia) como último recurso, mas o faz com tamanha amplitude que pode indicar a elevação dos membros da família a porta-vozes do candidato como estratégia para conferir-lhe as características do imaginário de homem político.

O efeito que se quer produzir, em todos os casos acima, parece ser sempre o mesmo: conferir, em sua biografia política, a imagem de que há, na base do bom caráter do candidato, uma família sólida e feliz. Essa solidez e felicidade *deslizam* da condição familiar para a da administração política, legitimando o discurso. Courtine ([1994] 2006a) observa que, nos EUA, o espetáculo da personalização da esfera pública engendrado pela mídia faz reduzir toda a vida pública do político aos seus atos individuais. No Brasil, observamos que existe uma tendência a explorar a vida privada do sujeito político, perseguindo *falhas de conduta moral* que possam denunciá-lo como mau indivíduo e promover efeitos de sentido que o desabilitem da capacidade de governar. Por essa ótica, o fato de ser fiel à esposa pode conferir-lhe certa legitimidade para governar o país (e, por analogia, ser fiel a ele), e o fato de cometer um deslize “doméstico”, pode comprometer-lhe a disputa política³². Trata-se de um processo de busca pela transparência que acaba por confundir-se com o escancaramento. É um aprofundado exame psicológico do caráter presidencial, que exige uma transparência privada do homem público, em busca da definição do perfil ideal daquele que decidirá o destino da nação.

Uma das razões da multiplicação dessas condenações morais, ainda segundo o autor, se dá justamente pelo desenvolvimento do aparelho informativo, da notícia “minuto a

³² A título de ilustração, em meados de maio de 2004, uma reportagem do jornal *The New York Times* dizia que o consumo de bebida alcoólica pelo então presidente Lula, em seu primeiro mandato, estaria tornando-se “preocupação nacional”. O fato deflagrou uma pequena *crise* no governo, que culminou com a expulsão do jornalista americano responsável pela reportagem (fonte: Revista Veja online, 19 de maio de 2004, disponível no site http://veja.abril.com.br/190504/p_036.html - acesso em 23/06/2009). A partir desse acontecimento, emergiram enunciados que associavam o hábito do presidente a uma inépcia para governar.

minuto”, dos fotógrafos e repórteres que perseguem agressivamente toda a vida de qualquer figura pública, esperando descobrir, – sem respeitar a algumas normas éticas, “em primeira mão” –, algum desvio de conduta ou defeito de personalidade.

Esse discurso jornalístico pretendeu forjar-se, ao longo do tempo, como o responsável pela apresentação da *verdade*, pelo *dizer a verdade* (a *verdade* dos fatos, a *vida como ela é*, a *verdade* da informação) e foi se transformando, por seu próprio processo de constituição discursiva³³, em um discurso autorizado, legítimo da confiança do espectador/(e)leitor. Ao mesmo tempo, foi produzindo um discurso legitimado pelo julgamento da moral cristã ocidental³⁴, que determina os sentidos para o Bem e o Mal nas condutas sociais e produz uma noção de consenso.

Frente a um discurso autorizado a dizer a *verdade* e ávido por *mostrar* ao cidadão a conduta moral do indivíduo político, surge outro espetáculo: o da sinceridade do orador, da encenação de seus sentimentos, de sua autenticidade, já que a televisão aumentou a visibilidade do corpo do homem público e se tornou imprescindível para que o espetáculo maior, o espetáculo político contemporâneo, ganhe sentido.

Barthes ([1957] 1985) já postulava que a imagem do indivíduo político acompanhado de sua família fazia parte inerente da *fotogenia eleitoral*, funcionando como o elemento que corroborava o julgamento moral da sociedade sobre o mito da instituição familiar.

Nesse mito, estão presentes os valores que respondem aos preceitos religiosos do catolicismo que proclama a união matrimonial pela verdade do amor puro do casal; para que essa união seja consumada, é preciso que haja testemunhas, é preciso que outras pessoas presenciem o feito. Na esfera da transmissão televisiva, o olhar do espectador em âmbito nacional sobre a união matrimonial do indivíduo político é uma forma de ressignificar essa prática social sob o crivo da moral cristã.

Essa moral cristã influi diretamente na moral social, que vê com bons (e com muitos) olhos o desempenho das obrigações familiares no seio da vida social, operando um julgamento sobre o bom ou o mal sujeito.

³³ Os trabalhos de Mariani (1996) e Navarro-Barbosa (2003, 2004) abordam com mais profundidade a questão do discurso jornalístico.

³⁴ Ver Mariani (1996).

Historicamente, e por influência da fisiognomonia, a busca pela decifração do homem interior para garantir a “legibilidade dos corpos e das almas na sociedade civil” (COURTINE & HAROCHE, 1995, 211) se (re)atualiza, de forma que dá lugar – agora em um âmbito distinto, já que se instala não mais a busca pelo próprio interior, senão a busca pelo interior do indivíduo Outro (por se fazer exemplo de indivíduo social) – às especulações da vida íntima do sujeito político.

3.1.7. Os usos da memória no discurso político contra a corrupção

O axioma “*O olho é a janela da alma*”³⁵ corrobora a noção de que nosso olhar e, por conseguinte, nosso rosto expressa nossa identidade – “*O rosto resume o corpo e, portanto, condensa o mundo*” (COURTINE & HAROCHE, 1995, p.44).

No século XVII, o padre de Cressoles (*apud* COURTINE & HAROCHE, p. 07) afirmava que no rosto incide uma “eloquência silenciosa que, mesmo não agindo, age contudo”, afirmando a concepção de que o rosto – e, por extensão, o corpo – fala, concomitantemente ou não, com a verbalização (verbo e voz). É um instrumento pessoal imprescindível nas relações sociais, que torna o indivíduo indissociável da expressão de seu rosto.

Se, por um lado, o poder pastoral, nos séculos XVII e XVIII, já visava ao controle dos movimentos do corpo para uma convivência em sociedade/civilidade, que se orientam para o controle de si, a televisão, por outro (com seu advento na modernidade e seu emprego na veiculação do discurso político), com a técnica do close, tornou mais rígido o controle do rosto e das expressões; assim, o corpo deve falar, mas não muito, a fim de manter-se sob o enquadramento da câmera e evitar-se o deslize. Mas ao mesmo tempo, é preciso instaurar uma subjetividade, uma identidade individual a partir das expressões. A história da civilidade, o manual de etiqueta, o controle do corpo, o close da câmera impõem gestos sóbrios e comedidos aos candidatos que, ao mesmo tempo e harmonicamente, devem expressar ternura,

³⁵ Célebre frase de Leonardo da Vinci (1452-1519)

alegria, entusiasmo – já que se trata de um *programa de televisão*, suporte que propicia a materialização e a circulação do discurso do *espetáculo*.

O modo como a imagem no discurso político se dá a ver funciona como uma *dobra* do dizer. Em consonância com a intervenção oral do sujeito político e do narrador do programa, imbricada à sonoridade e à melodia nos diversos *quadros* que compõem os programas do HGPE, a imagem e o enquadramento da câmera orientam para onde o telespectador/eleitor deve olhar e que sentido deve “ver”. Dessa forma, a imagem *também diz*, em conjunto com todos os elementos que configuram o enunciado multimodal, constituindo uma *homologia discursiva*.

Nessa homologia, a imagem pode dizer *antes*, e mais eficazmente, porque, essencialmente, a configuração do discurso político na televisão busca emocionar, seduzir, encantar pelo *espetáculo*, pela teatralização – e a imagem, ao preencher a tela (e os olhos), consegue, no instante em que aparece, suscitar a emoção.

Mas essa emoção não se efetiva exclusivamente pela aparição da imagem – esta apenas funciona como dispositivo antecedente e instantâneo, porque o olhar a capta primeiro. O discurso político em si, segundo postulava Courtine ([1981] 2006a) desde a década de 1980 – quando ainda não se investigava a multimodalidade material dos discursos –, é um “lugar de memória”: determinados enunciados aparecem, desaparecem ou reaparecem de acordo com a necessidade, e outros são repetidos ininterruptamente. Alguns discursos, segundo o autor, precisam ser lembrados, repetidos, num trajeto complexo em que se vêem formações discursivas que se transformam, se entrecortam, se escondem, ressurgem posteriormente, ou se diluem, deslizam ou desaparecem. Nesse jogo com a memória discursiva, o discurso se transforma em patrimônio verbal de uma classe a partir do passado e do coletivo que a ampara, porque traz consigo o vestígio de sentidos fundados na história, de suas continuidades e de suas rupturas.

Esses *lugares de memória* dão corpo à noção de *memória discursiva*, que funciona no *interdiscurso* e dá sentido ao dizer. A *memória discursiva*, de acordo com Courtine (1981), estabelece ao enunciado uma *existência histórica*. Na formação dos enunciados se constitui o saber próprio de uma FD, por isso eles são tomados no *tempo longo de uma memória* (o *interdiscurso*), e as formulações, inscritas no *intradiscurso*, intervêm no *tempo curto da atualidade de uma enunciação*. Assim, é na relação entre inter e intradiscurso que a memória irrompe na atualidade do acontecimento. Para Courtine (1981), o *interdiscurso* funciona como

uma reconfiguração ininterrupta na qual determinado saber incorpora elementos pré-construídos outros, exteriores ou interiores a seu campo discursivo, retomando, repetindo, transformando, apagando ou silenciando-os. Esse interdiscurso opera uma memória discursiva, que se materializa a partir do que e de como nos lembramos de determinados elementos que se mostram no interior de práticas verbais e não-verbais, e permite a circulação e a articulação entre um enunciado e sua formulação. É a partir dessa repetição de elementos que encontramos os *efeitos de memória* imbricados na circulação do discurso.

Fonseca-Silva (2007, p. 19) afirma que, do ponto de vista da AD, toda materialidade simbólica funciona como um *lugar de memória* discursiva, porque o símbolo *investe* os lugares de memória. Assim, o discurso que opera de maneira multimodal, faz trabalhar *efeitos de memória* que se constituem a partir de elementos imagéticos: a regularidade na circulação desses elementos e os efeitos de memória que eles operam pertencem ao domínio da *intericonicidade*. Sobre a intericonicidade, ainda Courtine (*apud* MILANEZ, 2006), considera³⁶ um modelo discursivo que faz referência à imagem; assim, pelo fato de que toda imagem supõe uma memória visual e faz ressurgir outras imagens, a intericonicidade também opera a memória discursiva, por (re)significar. Ao nos depararmos com algumas imagens, recuperamos outras imagens e/ou outras representações discursivas que se estabilizaram num domínio de memória na história e que atravessam a imagem que se coloca em circulação num domínio de atualidade. A repetição, recitação, refutação ou negação das formulações icônicas/discursivas refeitas em outras materialidades produz efeitos de memória específicos.

Assim, possibilita-se, a partir da imagem, “o retorno de temas e figuras do passado”, colocando-os na atualidade e provocando “sua emergência na memória do presente” (GREGOLIN, 2000).

Neste subitem, nosso gesto de leitura recairá sobre a intericonicidade encontrada nos programas do HGPE e os *efeitos de memória* produzidos na relação de homologia do enunciado multimodal, para afastar o tema da corrupção do candidato.

³⁶ Entrevista concedida a Nilton Milanez, em 27/10/2005, citada em MILANEZ, N. *O corpo é um arquipélago: memória, intericonicidade e identidade*. In: NAVARRO, P. (org.) **Estudos do texto e do discurso**. São Carlos: Claraluz, 2006.

Segundo Pêcheux, a memória é “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 1999, p. 51). Além disso, ela reaviva os *preconstruídos* que são *indispensáveis* para a leitura de um texto (PÊCHEUX, 1983, *apud* FONSECA-SILVA, 2007, p. 24).

A memória, segundo Halbwachs (1950 *apud* FONSECA-SILVA, 2007), é construída socialmente e depende da linguagem. Para Courtine (1994), ela é social, coletiva, e constituída na relação entre a linguagem e a história. Portanto, ela (re)significa a partir dos significados constituídos historicamente nas práticas sociais, e (re)atualiza o passado segundo a posição que um indivíduo ocupa em determinado grupo social (família, escola, religião etc.)

No que concerne à imagem, Davallon postula que ela funciona como um operador da memória social, porque traz em si mesma a constituição de objetos culturais: “os objetos culturais abrem a possibilidade de um controle da memória social (DAVALLON, 1999, p.27). Na relação homológica presente no discurso político do HGPE, a imagem funciona como um *disparador* que abre a possibilidade de uma relação direta da imagem como representação da realidade. E é como representação de uma *realidade* que ela produz sentido, e pode “conservar a força das relações sociais” (DAVALLON, 1999, p. 27), pois ela é, concretamente, uma produção cultural e, conseqüentemente, um *símbolo eficaz*.

[...] se a imagem define posições de leitor abstrato que o espectador concreto é convidado a vir ocupar a fim de poder dar sentido ao que ele tem sob os olhos, isso vai permitir criar, de uma certa maneira, uma comunidade – um acordo – de olhares: tudo se passa então como se a imagem colocasse no horizonte de sua percepção a presença de outros espectadores possíveis tendo o mesmo ponto de vista (DAVALLON, 1999, p.31).

A primeira sequência intericônica que apresentamos em nosso trabalho é a representação das mãos unidas. Ela aparece de maneira bastante regular nos programas dos candidatos Lula e Geraldo Alckmin.



sequência 8
programa Lula

(00:15 – 00:18) Locutor: *Um novo Brasil está nascendo pelas nossas mãos* (programa 27/10/2006)



sequência 9
programa Alckmin

(08:41 – 08:56) Jingle: O povo quer, o povo sabe, o povo sente / **Agora é Geraldo, presidente.**(programa 27/10/2006)

A imagem das mãos dadas (sequência 8 e sequência 9) representa a união dos eleitores em favor do candidato.

Esse gesto preciso, o das mãos unidas em braços “sem dono” que se deixam preencher por todos e cada um, funciona como um *símbolo*, um *lugar de memória*, (re)atualiza, no presente, a memória social construída historicamente, anteriormente e exteriormente, em práticas sócio-culturais. Assim, ela promove uma idealização de sentidos no discurso político, que produzem significados para a nação.

A ausência do corpo *dono das mãos* no enquadramento favorece – junto com a verbalização “pelas nossas mãos” e “o povo sente” – a interpretação de *todo o povo unido*, ao mesmo tempo em que convoca o próprio telespectador, no lugar de *povo*, a ocupar a *posse* da mão e unir-se a outra(s).

O mito familiar-religioso, a construção da família – sob os preceitos divinos – que vive em harmonia porque respeita as leis de Deus, e o mito da *família modelo*, unida e feliz

sob a solidez do amor, ativa o funcionamento da memória da *união*: a união fraterna das mãos dos irmãos que caminham lado a lado; a união protetora do pai (ou da mãe) com seu filho (sua filha), guiando-o(a) pelo caminho mais seguro; a união amorosa do casal que compartilha alegrias e tristezas. No ritual religioso, a memória incide sobre uma prática bastante realizada: a união religiosa dos cristãos no rito de oração, que produz efeitos de sentido de *fraternidade* – a união dos *irmãos em Cristo*.

Essas representações discursivas acionadas pela imagem circulam em diversas práticas sociais porque foram construídas histórica e culturalmente pela sociedade. No discurso político do HGPE, a materialidade simbólica resgata a construção de um imaginário de união que se constitui na fragmentação das representações sociais.

As imagens aqui destacadas produzem o efeito de sentido da *união* em conjunto com o dizer oral do locutor e do *jingle* e o dizer verbo-visual que aparece nas legendas. Porém, a imagem é que tem a capacidade de integrar os elementos do todo (DAVALLON, 1999). Isso porque, segundo Davallon, compreendemos o sentido global desse enunciado multimodal antes de reconhecer o significado de cada um dos elementos que o compõem.



sequência 10
programa Lula

(03:33 – 03:45) Lula: **que vença o Brasil!** [na sequência, seguem várias imagens de mãos dadas] (programa 29/09/2006)



sequência 11
programa Alckmin

(09:20 – 09:28) Jingle: o povo quer, o povo sabe, o povo sente / **Agora é Geraldo, presidente.**
(programa 27/10/2006)

Outra sequência bastante explorada é a das mãos unidas e levantadas (sequência 10 e sequência 11), que representam, na relação homológica com o verbo (que *vença* o Brasil / *Agora é Geraldo*). a “vitória” e desliza do campo do discurso esportivo para o campo do discurso político (a *competição* no campo político), (re)atualizando o momento da torcida que, de pé, festeja o ponto e a vitória da equipe.

Ainda no campo do discurso esportivo, a sequência ativa o funcionamento da memória da comemoração da vitória pela própria equipe esportiva. No campo do discurso executivo/empresarial, a sequência desliza e faz funcionar a memória do trabalho conjunto pelo triunfo da organização. E, por extensão, (re)atualiza a memória proverbial “A união faz a força”, “Unidos venceremos”, “O povo unido jamais será vencido”. A imagem das mãos (seq. 08 – 11) garante um efeito de visibilidade ao “bom”, ao “bem”, pois está ali, materializada em imagem, produzindo mais eficientemente o efeito de *real* e reforçando o trabalho da memória na produção de sentidos positivizados.

A bandeira nacional (figura 43 e figura 44) flamejante representa a pátria. Traz consigo toda a memória social aliada aos rituais nos quais figuram a bandeira do Brasil: o respeito ao país, representado pela bandeira; a “pátria amada, idolatrada”, o “lindo pendão da esperança” e o “símbolo augusto da paz”, entoados nos hinos Nacional e à Bandeira, respectivamente.



figura 43
programa Lula



figura 44
programa Alckmin

Os abraços nos eleitores (figura 45, figura 46 e figura 47) representam o carisma do candidato e o seu *pertencimento ao povo*. Reforçam o discurso da *confiança*, do afeto, da intimidade entre o indivíduo público e o eleitor *anônimo*.

O abraço instaura – ao mesmo tempo em que recupera práticas sociais inscritas anteriormente – a proximidade, a intimidade. Culturalmente e externamente ao campo político, o abraço se realiza entre indivíduos que mantêm entre si uma relação de intimidade, que se conhecem mais proximamente, que permitem o toque com o corpo.

Nestas regularidades, a instauração da intimidade entre o indivíduo político e o cidadão eleitor já foi exercida pelas várias estratégias que se prestam a este fim (algumas das quais vistas anteriormente neste trabalho). O toque com o corpo produz efeito de sensibilidade com o outro: o indivíduo político é humanizado, é sensível ao seu eleitor enquanto sujeito singular na sociedade.

O gesto produz efeito de sinceridade. Quem é abraçado – o eleitor – pede mais que um governante, *pede proteção*, amparo. Quem abraça – o sujeito político – está imbuído, conforme as práticas sociais, da representação de provedor do amparo requerido. Na conjuntura que acompanha o gesto, o indivíduo que desenvolve a ação de abraçar também ocupa uma posição dentro da hierarquia social que lhe confere atributos direcionados àquele que tem o poder de *amparar* a esfera mais carente da população.

A memória (re)atualizada desse gesto, presente nas práticas sociais, ao produzir o efeito de sentido da sinceridade e da intimidade, contribui, novamente, para afastar o estigma de corrupto do indivíduo, legitimando a verdade através da humanização, da pureza, da virtuosidade, da bondade do sujeito – valores que respondem aos preceitos da moral cristã ocidental.



figura 45
programa Lula



figura 46
programa Heloisa



figura 47
programa Alckmin

Na sequência 12 e na sequência 13, encontramos mais uma representação bastante regular ao longo dos programas de Lula e Geraldo Alckmin: a representação da emoção pelo povo.



sequência 12
programa Lula

(06:09 – 06:20) Eleitora: Meu filho estuda no Pró-Uni, ganhou a bolsa integral pelo Lula. Quem foi que fez isso? Ninguém. Nunca fizeram isso. Meu filho, hoje em dia, é universitário. (programa 29/09/2006)

Nesta sequência, a eleitora aparece como *prova viva* da competência administrativa do candidato. Dentre todos os outros depoimentos de eleitores *satisfeitos* com as obras de assistência social do administrador político, que receberam auxílio financeiro de seu governo, seu depoimento é o único que produz a representação da emoção pelas lágrimas.

A sua intervenção oral se dá em forma de agradecimento, porém, um agradecimento *indireto*, pois não há o uso da palavra *obrigada* ou de seus correlatos: *agradecida*, *agradecimento*, *agradeço* etc.

Esse agradecimento se faz por meio do engrandecimento da figura do indivíduo político, opacificando a atuação do programa de governo, da equipe política. Lula, como indivíduo, é alçado à categoria de *herói*, que *deu* a bolsa de estudos ao filho da eleitora, porque *nunca*, nem *ninguém* o havia feito antes.



sequência 13
programa Alckmin

(06:33 – 06:41) Eleitora: Geraldo, [o]brigada mesmo, viu? [O]brigada por dar essa oportunidade pra mim, pra minha família. Só tenho a agradecer. Só tenho a agradecer ele. (programa 20/10/2006).

Na sequência 13, do programa do candidato Geraldo Alckmin, também aparece uma *prova viva* de competência administrativa. Da mesma maneira, dentre todos os depoentes, ela é a única que chora. Explicitamente, sua intervenção oral faz um duplo uso da palavra *obrigada* como agradecimento, além de reiterar o correlato *agradecer*. Não há a figura do *herói*, mas existe, igualmente, o engrandecimento do indivíduo político como responsável singular pelo auxílio financeiro do programa *Ação Jovem*, que lhe deu condições para retomar os estudos do Ensino Médio: a depoente agradece a “ele” individualmente, “Só tenho a agradecer **ele**”.

Nas duas sequências, vemos o discurso do agradecimento emocionado, funcionando pela oralidade e pela imagem. A existência desse todo significativo é possibilitada porque existe um *domínio de memória* no qual funcionam enunciados que se relacionam com a *oportunidade de estudar*, que se inscrevem no interior de um conjunto de formulações às quais este enunciado multimodal se refere, e que (re)atualiza a memória histórico-cultural da importância dos estudos formais na vida do cidadão brasileiro, da preparação profissional de sucesso que a dedicação aos estudos oferece, estabilizando os elementos de saber de uma formação discursiva (COURTINE, 1981).

A intericonicidade dessas sequências reforça os sentidos produzidos pela intervenção oral das participantes. A *emoção* é suscitada pelas *lágrimas de uma mulher*, o que ativa a memória da sensibilidade feminina, da mulher que é governada pela *emoção* (por oposição ao homem, que é governado pela *razão*). Essas lágrimas não são vistas efetivamente, mas são *representadas* pelos lábios trêmulos, pela voz oscilante e pelo *gesto de conter a lágrima* com

a mão esquerda, que é explorado pelo enquadramento na tela. Essa representação também contribui para a ativação da memória da emoção.

Como fim último, a união pela vitória, a representação do povo vitorioso, o amor à pátria, a confiança pessoal depositada no abraço do presidencial, e a emoção das lágrimas no agradecimento ao indivíduo político, produzem, como efeito de sentido, o afastamento/obscurecimento da condição de corrupto do candidato (efeito de sentido que está sempre *já-lá*). Os efeitos de sentido positivos contribuem para emocionar, seduzir o eleitor para o sentido *idealizado* do discurso político, aquele da integridade, da sinceridade, da intenção imaculada do político em governar para o povo. Por oposição, os sentidos da corrupção são suavizados em favor do efeito de sedução, que é fortalecido com a veiculação de imagens que aludem a práticas sociais que representam o *real*, representam um elemento histórico-cultural que é exterior ao campo político, mas passa a se inscrever dentro dele, (re)significando o já-dito/já-visto, passa a se inscrever “na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio a uma memória” (PÊCHEUX, 1999, p. 50).

Essas regularizações intericônicas, que reforçam os sentidos da interposição oral, verbo-visual e sonora, têm suas condições de existência reguladas pelas práticas sócio-culturais que constroem historicamente determinados sentidos no domínio de memória discursiva que indicam, disseminam, cristalizam e autenticam “modos de pensar” (FONSECA-SILVA, 2007, p. 33) que operam na sociedade. Essas práticas se inscrevem em diversos outros domínios de saber e deslizam para o campo político, de onde continuam produzindo efeitos de memória que poderão ser objeto de discursos futuros. Assim, esse todo significativo se inscreve na memória discursiva porque entra em uma rede de significados, que circula entre os domínios de saber e proporciona deslocamentos, repetições, apagamentos, esquecimentos, retomadas, atualizações e transformações.

A regularização na materialização do enunciado multimodal, funcionando em relação homológica entre os elementos imagéticos, verbo-visuais e sonoros, garante um espaço de estabilidade para o discurso político que se produz pela repetição. A imagem é um dispositivo que opera a memória social porque comporta em seu interior “um programa de leitura, um percurso escrito discursivamente em outro lugar” (PÊCHEUX, 1999, p. 51) que atrai os demais elementos e promove o *todo significativo*: a relação de homologia discursiva.

tocamos aqui o efeito de repetição e de reconhecimento que faz da imagem como que a recitação de um mito. Na transparência de uma compreensão, a imagem mostraria como ela se lê, quer dizer, como ela funciona enquanto diagrama, esquema ou trajeto enumerativo (PÊCHEUX, 1999, p.51).

3.2. Recursos diretos que sustentam o discurso contra a corrupção: do geral ao específico

Neste item, buscamos analisar os recursos diretos do discurso do HGPE da campanha eleitoral de 2006 que produzem efeitos específicos e explícitos sobre a corrupção, tentando atribuí-la ao outro/adversário e afastá-la de si. A homologia discursiva tem esse efeito mais específico porque existem intervenções orais que mencionam o termo corrupção e seus sentidos compartilhados, associados a *roubo, ladroagem, crime*.

Ao *falar* da corrupção, os discursos do HGPE fazem alusão ao *escândalo do “mensalão”* e, posteriormente, ao caso “dossiê”, que passa a circular na mídia no final do primeiro turno. Mais que isso, falar de *corrupção*, dentro da campanha eleitoral de 2006, direciona-se a enaltecer moralmente aquele que fala, afastando a corrupção de si, e a desqualificar aquele de quem se fala, impregnando-lhe a corrupção.

3.2.1. Lula: a crise ética e o lixo debaixo do tapete



sequência 14
Programa 15 de agosto – Lula

(5:35 – 6:01) Lula: Outra prioridade será promover uma ampla reforma política. Não se engane: a crise ética que se abateu sobre o país é a crise de todo o sistema político e não apenas de alguns partidos ou de determinadas pessoas.

Nesta sequência, é possível notar que o elemento imagético deste enunciado se compõe de um cenário que simula um cômodo residencial, devido à presença de uma janela com grade em forma de cruz, própria de alvenarias residenciais. A simulação deste *ambiente* de fala ajuda a promover o efeito de intimidade que se entrelaça com o elemento verbal proferido pelo candidato “Não se engane”. Esse entrelaçamento produz o efeito de representação do diálogo, em que o sujeito político se dirige particularmente ao espectador/eleitor.

Neste ambiente íntimo de diálogo, a expressão facial do candidato produz o efeito de seriedade: controle do olhar e do arqueamento da sobrancelha, controle da movimentação labial, em que os lábios não ultrapassam determinados limites de lateralidade, a ponto de que não se capte a formação de um sorriso. Essa expressão facial funciona como o suporte que legitima o efeito de sobriedade e de gravidade do tema sobre o qual diz o verbo: a corrupção.

Se a ambientação e a expressão facial contribuem para caracterizar o modo pelo qual se dará a abordagem do tema, a luz que incide sobre a janela e ilumina a parte superior da cabeça do indivíduo que profere o verbo favorece a sua posição enunciativa e (re)atualiza uma memória sacramental do Cristianismo: todos os santos da Igreja Católica Romana são representados com uma auréola iluminada, que os distingue dos demais homens do mundo e marca seu valor sagrado, imaculado, bondoso. Ademais, o efeito de luz que vem de fora e incide sobre o interior do cenário, que se projeta à frente de quem observa (ou seja, do espectador, eleitor), produz efeitos de sentido que (re)atualizam a memória de um *caminhar sempre em frente* em direção à luz, à “bonança depois da tempestade”, à “luz no fim do caminho”, efeitos que sustentam a produção de verdade pelo verbo proferido pelo indivíduo, já que, figurativamente, a “luz”, em diferentes linguagens (tanto o uso da própria palavra quanto a representação dela pelo objeto que ela designa) significa, como podemos verificar nas designações do dicionário (Dicionário Aurélio Eletrônico, 1999):

8. Fig. Aquilo ou aquele que esclarece, ilumina ou guia o espírito: As luzes da fé.
9. Fig. Faculdade de percepção; juízo, inteligência.
10. Fig. Esclarecimento, elucidação: Sua crítica emprestou luz à obra.
11. Fig. Evidência, certeza, verdade: “Da discussão nasce a luz” (prov.).

12. Fig. Ilustração, saber: Homem de muita luz.

Aqui, o sujeito que profere o verbo efetua seu dizer a partir da posição enunciativa de Presidente da República, dirigente supremo, dado que o espectador/eleitor reconhece sua imagem como tal, pleno de saber e dotado da faculdade da inteligência, como a representação de luz lhe confere. Além disso, a expressão “Não se engane” funciona na articulação dos demais elementos e corrobora sua posição enunciativa de saber supremo, de saber verdadeiro.

Ao proferir a assertiva “A crise ética [...] é”, o sujeito instaura uma forma de *discurso sobre*, que transforma aquilo sobre o que se fala em objeto do dizer, produzindo um efeito de distanciamento que lhe permite emitir pareceres – um efeito de que o indivíduo conhece o tema, detém a verdade dos fatos e não se envolveu com o problema, pois o *falar sobre* permite o efeito de sentido de *falar do lado de fora da questão*.

O *discurso sobre* também produz a representação de um lugar de autoridade, porque opera como uma modalidade de difusão de conhecimento e se articula com um domínio de saberes que é familiar ao espectador/eleitor. Nessa articulação entre o *novo* e o *mesmo*, o *discurso sobre* contribui na produção do efeito de homogeneização da memória. A expressão “crise ética” irrompe como um acontecimento singular, mas mantém uma articulação com a expressão “corrupção”, já conhecida do espectador, porque *falar sobre* supõe sempre um discurso “origem” (MARIANI, 1996), um *discurso de*. Ao mesmo tempo, instaura um efeito de homogeneidade, em que o *falar sobre* a corrupção é *falar de* crise ética.

O irrompimento da expressão eufêmica “crise ética” produz sentido porque funciona como uma retomada do dizer *sobre* a corrupção, ao mesmo tempo em que ressignifica o efeito de sentido imputado à expressão “corrupção”, buscando construir uma memória do futuro a partir de um efeito de linearização da memória, de institucionalização/saturação do sentido.

Seguindo uma *ordem do discurso*, é preciso ocupar um lugar autorizado, a partir do qual seja permitido *falar sobre*. Lula ocupa um lugar social de soberano da nação e, assim, instaura uma posição enunciativa de sapiência e autoridade nacional que lhe permite o *falar sobre*. Ao ocupar essa posição enunciativa que lhe possibilita a utilização do *discurso sobre*, que “organiza, disciplina a memória e a reduz” (ORLANDI, 1990, p. 37), o sujeito confere a

si mesmo a legitimação de um “discurso da seriedade”³⁷, produzindo um efeito de verdade sobre o seu dizer.

Nessa forma de *discurso sobre*, encontramos indícios do que Fontana (1994) denominou *didatismo* no discurso político. A expressão “crise ética” funciona como uma representação metalinguística de “corrupção”, ou seja, observa-se um modo de explicação de um termo por outro, com o efeito de evidência alcançado pela materialidade verbal, com o uso do verbo ser em presente do indicativo (“A crise ética [...] é”), simulando a apresentação de um fato, de um conceito, como se pode observar no discurso pedagógico, em que o professor transmite um saber científico a seus alunos com estatuto de verdade incontestável. O sujeito que profere o verbo, aqui, ocupa uma posição enunciativa que promove esse estatuto, pois ele é quem conhece o sistema político e sabe, melhor que a população, o que se passa no Planalto. Esse didatismo, que se intensifica com a verbalização “Não se engane”, busca reforçar, pela definição, determinada explicação da corrupção – “A crise ética [...] é a crise de todo o sistema político” –, simulando um efeito de objetividade, uma ilusão de referencialidade, de completude do sentido, de reflexo da “realidade”, para promover um certo consenso em torno da “verdade” sobre a corrupção e institucionalizar um determinado efeito de sentido.

Além da posição enunciativa ocupada por Lula, na sequência em análise, tanto pela imagem como pelo verbo, que lhe permite falar de “crise ética”, a espessura histórica também o faz de igual maneira: seu primeiro programa televisivo na campanha de 2006 é veiculado em agosto, um ano e três meses depois das denúncias do escândalo do “mensalão”. No período entre as denúncias e o primeiro programa da campanha, o discurso hegemônico veiculado pela imprensa acusava o então presidente de conivência com os escândalos de corrupção, promovendo efeitos de sentido que além de associá-lo ao tema da corrupção, contribuíam para o fortalecimento do imaginário social “todo político é corrupto/ladrão”:

Depois de ouvir 29 ministros, senadores, deputados, governadores e assessores, VEJA descobriu que o presidente soube do mensalão bem mais do que admitiu oficialmente até

³⁷³⁷ Expressão tomada do texto da tese de Mariani (1996), atribuída às explanações de Orlandi.

agora. Em pelo menos cinco ocasiões – em Brasília, em Goiás e até na viagem à China –, o caso chegou aos ouvidos de Lula³⁸

O nome de Lula não aparece no texto da devastadora denúncia do procurador-geral, mas as peças do esquema, juntas, formam a imagem do maior beneficiário de tudo: o presidente³⁹

A confusão de versões foi suficiente para que se voltasse a pronunciar a palavra impeachment, uma hipótese amparada na suposição de que Lula teria acompanhado e acobertado todo o processo de violação do sigilo. A comparação que se faz é com o caso Watergate, que resultou em um processo de impeachment e na renúncia do presidente Richard Nixon, em 1974.⁴⁰

Esse quadro social de denúncia viabilizou possibilidades enunciativas a partir das quais o presidente pudesse se pronunciar sobre as críticas e acusações que circulavam nos suportes de discurso jornalístico. Dentre todas as possibilidades enunciativas promovidas pela espessura histórica daquele período, emerge o eufemismo “crise ética” no discurso presidencial (pois Lula não ocupa a posição enunciativa de candidato neste programa⁴¹), respondendo (no sentido de retomada e ressignificação) a um sistema de enunciabilidade, a uma memória de “Lula corrupto”, “Lula sabia”, singularizando o acontecimento pela própria expressão “crise ética”.

A denominação “crise ética” determina linguisticamente e evidencia a existência do objeto do pensamento (segundo as reflexões de Mariani (1996) sobre os postulados de Frege). Evidentemente, a denominação “corrupção” e a “crise ética” não produzem os mesmos efeitos de sentido, mas se referem, em última instância, ao mesmo tema: os escândalos de desvio de dinheiro envolvendo membros do partido do qual o presidente fazia parte. O emprego da denominação “crise ética”, torna visível as disputas entre as formações discursivas, retoma a

³⁸ CABRAL, Otávio. **Quanto, ele sabia?** Revista VEJA, 20 de julho de 2005. Editora Abril. Ed. 1914. Ano 38, nº 29.

³⁹ **O sujeito oculto.** Revista Veja, 19 de abril de 2006. Editora Abril. Ed. 1952. Ano 39, nº 15. (Reportagem não assinada).

⁴⁰ **A segunda onda.** Revista Época online, 10/04/2006. Disponível em <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI53743-15223,00-A+SEGUNDA+ONDA.html> – acesso em 15/04/2009.

⁴¹ Pensamos que o presidenciável não ocupa a posição enunciativa de candidato em nenhum programa da campanha, porém, não nos debruçamos sobre essa representação dentro da dissertação. Focamos nosso olhar sobre o primeiro programa do HGPE, no qual ele ocupa a posição enunciativa de soberano da nação.

memória da corrupção e dos escândalos para ressignificá-la e produzir efeitos de sentido diferentes para o espectador/eleitor, conduzindo à sustentação de um efeito de amenização e/ou anulação do sentido negativo produzido e repetido pela memória da corrupção produzida e cristalizada ao longo dos tempos em outras formações discursivas, ou seja, conduzindo ao obscurecimento/esquecimento sentidos que, antes, foram tomados como evidências, como no caso do envolvimento de Lula nas denúncias de corrupção, e projetando uma memória de futuro para o que poderá ser “dizível” a partir dessa ressignificação. Em uma palavra, conferindo ao tema da corrupção uma espécie de estabilidade referencial positivizada.

Essa denominação permite observar uma reorientação dos efeitos de sentido, ao ressignificar a memória da corrupção, produzindo um contra-discurso correspondente à sua posição na FD. Esse contra-discurso é possibilitado pela incessante movência histórica, que recupera a memória dos sentidos, reforçando alguns e obscurecendo outros, e cria a possibilidade enunciativa de uma “modalização” do termo corrupção para o eufemismo “crise ética” e produz um efeito de legitimidade do discurso *sobre* a corrupção na homologia com os demais elementos que compõem o enunciado sincrético, porque instaura uma evidência supostamente compartilhada por todos – com o uso do artigo definido “a” na denominação “A crise ética” – evoca um saber a partir da oração relativa restritiva (“que se abateu sobre o país”) e produz outro saber (“é a crise de todo o sistema político”), operando um efeito de saturação do sentido, não permitindo que o sentido possa ser outro.

Na continuação do pronunciamento verbal, após a denominação linguística “crise ética” e a afirmação sobre o que ela é, “a crise de todo o sistema político”, a oração coordenada que se segue pela conjunção aditiva “e” insere uma negação: “e não apenas de alguns partidos ou de determinadas pessoas”. O funcionamento desta negação instaura uma oposição entre os discursos ligados a formações discursivas antagônicas: uma delas, ligada ao discurso jornalístico, que afirmaria que os escândalos de corrupção eram associados aos integrantes do PT; a outra, pertencente ao próprio PT e, por extensão, a Lula, que considera que o problema é de ordem mais ampla e não se restringiria apenas aos escândalos que circulavam na mídia.

Se consideramos que, em AD, temos que pensar na análise dos entre-lugares que associam um já-dito a uma ruptura do dizer, ou seja, a análise dos efeitos de sentido já cristalizados em outro lugar, mas que podem se abrir para novos efeitos de sentido, encontramos nessa denominação o efeito de ruptura do efeito de sentido atribuído antes e em

outro lugar ao tema da corrupção. Por outro lado, é possível perceber que, na constituição desse outro saber (“é a crise de **todo o sistema político**”), existe um movimento dos efeitos de sentido que, ao invés de se abrirem para outro(s) sentido(s), se imiscuem na FD antagônica e torna frágeis os limites entre as duas FDs. Se a denominação “crise ética” provoca uma estabilidade referencial positivizada em relação à FD jornalística, a apropriação da “crise” (retomando o termo “corrupção”) por “todo o sistema político”, retoma o sentido já cristalizado de que “todo político é ladrão/corrupto” que ecoa na formação social, provocando uma desestabilização do “novo” sentido que se buscava construir.

É interessante notar que, no período imediatamente anterior (cerca de 3 a 4 meses) à exibição do primeiro programa, em 15 de agosto de 2006, o discurso das denúncias dos escândalos e do envolvimento do presidente/presidenciável nos casos de corrupção havia entrado num certo estado de latência, pois não havia novos dados sobre os inquéritos, tampouco novas denúncias – ou seja, o *calor* das opiniões sobre os escândalos havia passado, e o candidato abordava o tema em um período diferente daquele em que ele era apontado como principal beneficiário dos esquemas corruptores. Isso possibilitou que a expressão verbal “crise ética” irrompesse com um efeito de sentido de amplitude de tema. A “crise ética” funcionaria como termo substituto pleno para o termo “corrupção”, abrangendo os escândalos do “mensalão” (que surgiu como consequência do escândalo dos Correios e serviu de inspiração para o escândalo do “mensalinho” de Severino Cavalcanti), e parecia dar o tom de seriedade e didatismo da campanha de Lula sobre o tema da corrupção. No entanto, quando da veiculação jornalística do “escândalo do dossiê”, exatamente 30 dias após o início da transmissão dos programas do HGPE, a verbalização “crise ética” desaparece, e dá lugar a outra forma de representar a corrupção, a qual analisaremos na sequência 15.

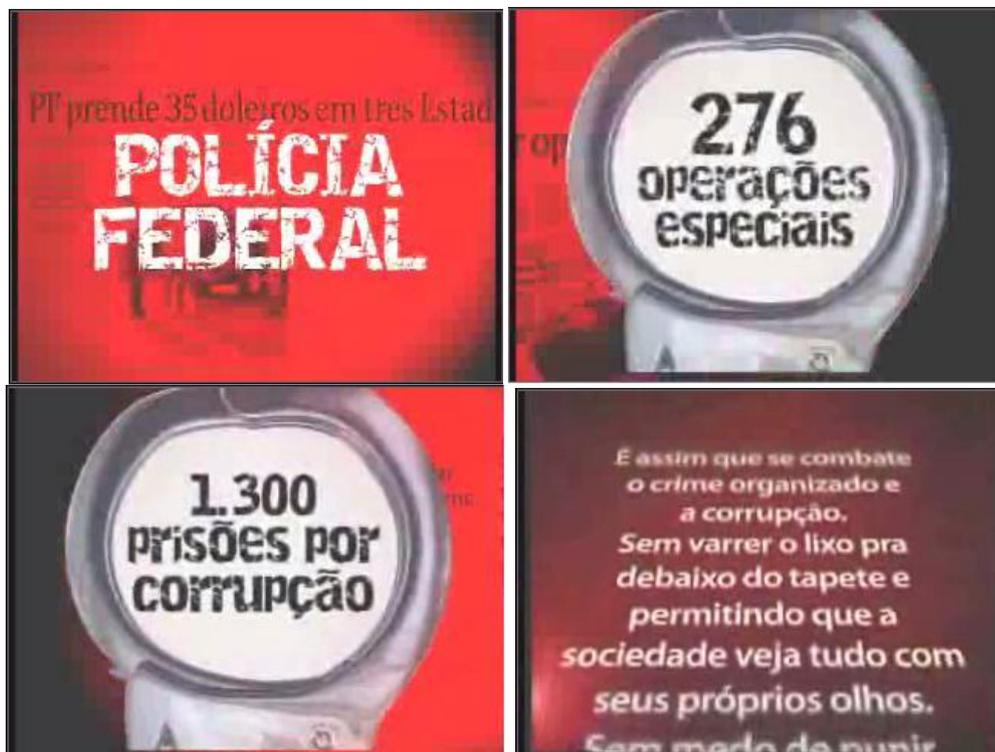
Assim, a produção de um direcionamento de sentido possibilitado enunciativamente pela formação social de um período, a produção de um “novo” efeito de sentido para o tema da corrupção – resultado da intervenção do interdiscurso atualizando a expressão verbal “corrupção” e produzindo um efeito de algo ainda não dito, mas recebido como existente (MARIANI, 1996) – irrompe concomitantemente ao início da transmissão televisiva do HGPE, mas é abandonada, não se repete mais durante o período de campanha, porque a historicidade (a relação com a exterioridade, com o sentido já-lá, com outros dizeres produzidos em outros lugares e a partir de outras formações discursivas), que constitui a memória no confronto de sentidos em um dado tempo e em uma dada formação social,

enquanto interdiscurso, faz recuar a repetição da expressão “crise ética”, ou seja, desloca-a para o campo do esquecimento, em proveito de outra abordagem na representação da corrupção. Vejamos:



sequência 15
Programa 21 de setembro – Lula

(00:25 – 00:34) Lula: Como líder sindical, dirigente partidário e, muito especialmente, como presidente da república, nunca tentei **varrer o lixo pra debaixo do tapete**.



sequência 16
Programa 23 de setembro – Lula

(05:41 – 05:59) Locutor: Polícia Federal, 276 operações especiais, 1300 prisões por corrupção. É assim que se combate o crime organizado e a corrupção. **Sem varrer o lixo pra debaixo do tapete** e permitindo que a sociedade veja tudo com seus próprios olhos.



sequência 17
Programa 12 de outubro – apresentação diurna – Lula

(4:41 – 4:46) Apresentador: Lula deixou claro: neste governo, **a sujeira não é varrida para debaixo do tapete**.



sequência 18
Programa 12 de outubro – apresentação noturna – Lula

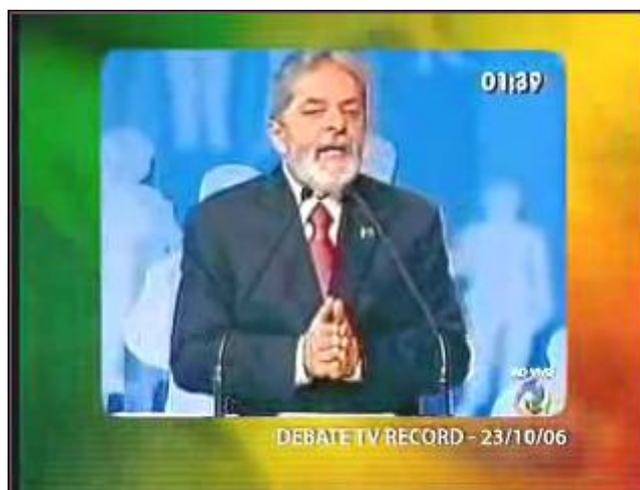
(03:44 – 04:07) Lula: Enquanto eles acobertaram escândalos e barraram CPIs, nós estamos combatendo a corrupção em todas as frentes, mesmo que, para isso, a gente tenha que cortar na própria carne, e deixar nosso governo exposto, muitas vezes, a críticas oportunistas. Não tenho medo de enfrentar esse debate. É melhor fazer isso do que **varrer o lixo para debaixo do tapete**.



sequência 19

Programa 22 de outubro – Lula – direito de resposta

(0:01 – 1:00) Locutor: Direito de resposta concedido pela justiça por ataques de Alckmin ao presidente Lula. O candidato Geraldo Alckmin tem tentado passar, para a opinião pública, a falsa idéia de que o presidente Lula não quer que a Polícia Federal e o Ministério Público apurem, com rapidez, o caso do dossiê. Na verdade, o presidente Lula é o principal interessado na agilidade da investigação. Mas como presidente, ele não pode atuar por cima da lei e das Instituições. Durante todo o governo, o presidente tem dado total apoio e autonomia aos órgãos que conduzem investigações, seja quem for o culpado. No caso do dossiê, o presidente Lula tem cobrado, insistentemente, a apuração dos fatos e a punição dos culpados. O governo Lula combate o crime e a corrupção de modo implacável, sem proteger amigos, nem perseguir adversários. **Acabou o tempo, no Brasil, em que o lixo era varrido para debaixo do tapete.** O povo sabe de que lado está a verdade e não vai se deixar enganar.



sequência 20

Programa 24 de outubro – Lula

(7:55 – 8:07) Lula: O que eu quero dizer é que acabou, **acabou, no Brasil, a era em que as coisas eram varridas pra debaixo do tapete**, acabou a era em que as pessoas não mostravam pra sociedade o que estava acontecendo...

Podemos observar, nas sequências anteriores (sequência 15, sequência 16, sequência 17, sequência 18, sequência 19 e sequência 20), que o tratamento ao tema da corrupção passa por uma mudança bastante intensa. Não se aborda mais a questão da “crise ética” e passa-se a responder diretamente às provocações do adversário Alckmin.

Quando, no primeiro programa, Lula ocupa uma posição enunciativa que lhe dá a possibilidade de verbalizar a expressão “crise ética”, instaura-se uma projeção da memória de futuro que permite tratar do tema da corrupção sempre e indistintamente pela nova denominação que ressignifica a memória da corrupção. Porém, em 15 de setembro – período próximo do fim do primeiro turno –, as denúncias sobre um novo escândalo de corrupção recheavam as páginas dos jornais com os sentidos que já haviam feito parte do escândalo do “mensalão”: surgia, então, um novo escândalo denominado “escândalo do dossiê”.

Nessa conjuntura histórico-discursiva, abre-se a possibilidade enunciativa de pronunciar-se sobre o novo episódio concomitantemente ao desenvolvimento discursivo operado pela mídia jornalística. E, diante das ofensivas do candidato Geraldo Alckmin⁴², que insistia em acusá-lo de conivência com os casos divulgados pela imprensa, existe também a possibilidade de um “contra-ataque”.

É isso que se pode ver nas sequências arroladas acima. O tratamento dado à corrupção deixa de considerá-la num plano amplo e geral para considerá-la num plano específico e direcionado a um adversário específico: o candidato Alckmin. Porém, essa passagem vai se construindo ao longo dos programas do candidato Lula.

Na sequência 15, podemos ver que ainda existe o elemento visual “luz” que incide para dentro do cenário e evidencia a parte superior da cabeça do presidente, e, nesta composição, a linguagem visual está composta por mais dois elementos: a bandeira nacional (com os efeitos de sentido que identificamos no subitem 3.1.8) e um mapa-múndi,

⁴² As ofensivas do candidato Geraldo Alckmin se pautavam na retomada e repetição do enunciado “Lula sabia/não sabia. Abstivemo-nos de analisar essa composição discursiva neste trabalho por considerá-la ampla e mais adequada à nossa proposta de tese. Porém, a título de ilustração, podemos mencionar que, desde o início de seu programa, o candidato Alckmin sugeria que o candidato Lula havia simulado um desconhecimento sobre os escândalos de corrupção (“fingiu que não sabia de nada”) e, com o advento do escândalo do dossiê, reforçava que, “novamente”, o candidato havia dito que não sabia de nada.

possibilitando efeitos de sentido ligados à globalização e à sua diplomacia com os demais governos de Estado.

Compondo o elemento verbal que se entrelaça ao imagético na formação do enunciado sincrético, observamos o sequenciamento de substantivos, que estabelecem uma cadeia ascendente, gradativa e temporal que produz o fortalecimento da legitimação dos efeitos de verdade:

líder sindical > dirigente partidário > presidente da república

Segue-se, a esse sequenciamento, a construção de um dito popular “nunca tentei **varrer o lixo pra debaixo do tapete**”

Esse dito popular é uma antiga expressão que se pode encontrar em outros idiomas, como em inglês (britânico: sweep under the carpet / americano: sweep under the rug) e espanhol (barrer la basura/la mugre debajo de la alfombra), e funciona metaforicamente para o sentido de ocultar algo, ocultar um problema, além de funcionar parafrasticamente a outra expressão: fazer algo “por debaixo do pano”.

Ao utilizar a negativa “nunca tentei”, supõe-se que existiu alguma outra afirmação por parte de algum adversário, que o acusasse de haver escondido algo da população, e para a qual a formulação representaria uma resposta. Porém, com o desenvolvimento da campanha e a retomada deste mesmo termo, é possível perceber que a defensiva na forma de dito popular “varrer para debaixo do tapete” é, na verdade, uma ofensiva ao adversário Alckmin: uma acusação direcionada ao fato de o adversário haver atuado de maneira semelhante ao que está expressado pelo jogo metafórico da frase popular.

Na sequência 16, o locutor ocupa uma posição enunciativa daquele que é autorizado a *falar por*, a dizer no lugar do presidente, o que também fortalece a legitimação do efeito de verdade, pois o locutor fala a partir do lugar de uma testemunha, de quem conhece o sujeito político a ponto de estar autorizado a falar por ele.

O elemento imagético que compõe esse enunciado se organiza com um fundo preto, com um movimento de luz que se assemelha ao movimento da lanterna de um policial em atuação. Esse movimento de luz dá a ver um outro fundo, vermelho, que pode significar a representação das cores do partido, mas também pode ter o efeito de representação dos crimes de sangue, reforçado pela imagem de uma algema que se fecha a cada pronunciamento sobre as prisões e operações especiais da Polícia Federal e produz som de choque entre metais,

simulando o som do próprio fechamento da algema. O pronunciamento é acompanhado da materialização linguística na tela, promovendo ao espectador o acompanhamento visual do pronunciamento verbal que se manifesta por meio auditivo e, além disso, materializam-se fugazmente, na tela, simultaneamente ao pronunciamento verbal, manchetes de jornal que produzem o efeito de corroborar o que o locutor profere verbalmente.

Após o pronunciamento oral sobre as operações e prisões da Polícia Federal, representadas pelas algemas e pela lanterna em operação, segue-se um fundo negro e materializa-se linguisticamente os dizeres pronunciados pelo locutor, num movimento ascendente e inclinado à frente, semelhante às produções cinematográficas que lançam mão de uma introdução para o enredo⁴³, novamente promovendo ao espectador acompanhar o pronunciamento verbal do locutor.

A afirmação “É assim que se combate o crime organizado e a corrupção” produz um efeito de evidência sustentado pelo verbo ser em presente do indicativo e a seguinte oração “Sem varrer o lixo pra debaixo do tapete...” aponta para que a operação de “varrer o lixo” já havia sido feita anteriormente. “É assim” que se combate e não de qualquer outra forma, mas mais especificamente, “É assim” que se combate e não da forma como o adversário tenta combater, atribuindo a ele a atuação equivocada.

Na sequência 17, outro sujeito, desta vez um dos apresentadores do programa, ocupa uma posição enunciativa que o autoriza a *falar por*, a dizer em nome do presidente, denominado apenas como “Lula” – essa denominação insere o sujeito sobre o qual se fala na posição de candidato, já que o tratamento dado ao sujeito na posição de governante é sempre acompanhado do substantivo “presidente”.

A oração “Lula deixou claro:” fortalece o efeito de legitimação de verdade do enunciador na oposição com o verbo “dizer”. O sujeito sobre o qual se fala não apenas “disse” algo, mas segundo a posição interpretativa do enunciador autorizado, produziu um efeito de evidência sobre o seu dizer. Além disso, a oração apositiva iniciada com o sintagma nominal “neste governo”, instaura um rompimento entre passado e presente, e estabelece um continuísmo presente/futuro: ao verbalizar “neste governo”, o enunciador opõe o governo

⁴³ Como ilustração, podemos mencionar o filme *Jornada nas Estrelas*, de George Lucas, que lança mão deste efeito no início de cada película de sua trilogia.

atual (o do presidente Lula) ao governo anterior (sob a responsabilidade do partido ao qual pertence o adversário), e a negação “a sujeira não é varrida para debaixo do tapete” instaura um contra-discurso marcando o posicionamento na formação discursiva aliada ao presidente, no embate com a formação discursiva de oposição ao governo.

O elemento imagético que se harmoniza com o elemento verbal do enunciado sincrético e auxilia na produção de efeitos de sentido de um discurso autorizado – que reforça a tentativa de produção de verdade – é formado pela imagem do próprio apresentador, que se mostra a partir de uma expressão de sobriedade (inerente ao tratamento do tema), e tem ao fundo uma estrela vermelha com os números brancos num fundo amarelo, e outra estrela branca sobre um fundo vermelho, com números em vermelho – símbolo do partido e referência da designação de pertencimento ao programa do PT, já que a imagem do rosto do enunciatador/apresentador não produz, em si, o efeito de pertencimento ao programa do PT.

Na sequência 18, o elemento imagético que compõe o enunciado sincrético é formado pela imagem do candidato Lula com uma expressão de seriedade (expressão contida), gestos firmes, para cima e para baixo, com as mãos unidas pelas palmas, num fundo de cenário que não mais apresenta a incidência da luz externa sobre o cenário; ele é formado por uma espécie de persiana, à esquerda, em forma de bandeira nacional e uma pequena tela, à direita, de onde se pode visualizar o mapa do Brasil. Esta composição cenográfica produz um efeito de sentido que associa o lugar de onde o sujeito fala ao seu gabinete de trabalho. Portanto, mais uma vez, contribui para o posicionamento enunciativo de Lula como presidente da nação, contribuindo para os efeitos de verdade proferidos pela intervenção oral do sujeito.

Podemos observar que, de início, o enunciatador estabelece uma oposição entre um “eles” e um “nós”. Neste pronome “eles” (“Enquanto **eles** acobertaram escândalos e barraram CPIs, [...]”), incluem-se tanto os sujeitos políticos que detinham a posse da administração pública em governos anteriores e/ou simultâneos ao governo Lula – como Fernando Henrique, antecessor a Lula na presidência da República, e Geraldo Alckmin, no governo do estado de São Paulo – quanto a base aliada do PSDB, pois o pronome é acompanhado por uma afirmação que (re)atualiza a memória discursiva de denúncias anteriores que recaíam sobre a cúpula do partido.

Por oposição ao pronome “eles”, o enunciatador lança mão do pronome “nós”, de caráter duplamente excludente: ao mesmo tempo em que exclui o espectador/eleitor, também

exclui os membros do PSDB e de sua base aliada, para incluir os membros do governo, especialmente aqueles que se filiam ao PT.

Ao final da intervenção oral, a denúncia: “É melhor fazer isso do que **varrer o lixo para debaixo do tapete.**” Claramente, nesta comparação, a atuação de quem “varre o lixo pra debaixo do tapete” está atribuída ao pronome “eles”.

Na sequência 19, novamente o locutor autorizado a *falar por*, define seu pronunciamento como um “direito de resposta”, o que, de nosso ponto de vista, enfatiza ainda mais o caráter de ofensiva com relação à expressão “varrer para debaixo do tapete”. O locutor também instaura uma ruptura temporal ao verbalizar “Acabou o tempo, no Brasil, em que o lixo era varrido para debaixo do tapete.”

Por fim, a última ocorrência da expressão – podemos ver que há uma manutenção da expressão durante grande parte do período da campanha do candidato Lula, dado que ela se manifesta a primeira vez em 21 de setembro, quando da veiculação do “escândalo do dossiê” e chega a 24 de outubro, última semana antes do pleito do segundo turno, disputado por Lula e Alckmin – na sequência 20, é o ápice do caráter de ofensiva do discurso sobre a corrupção no programa do candidato Lula.

O elemento imagético do enunciado se compõe de uma imagem “citada”, ou seja, extraída de outro lugar, neste caso, de um debate entre os presidentiáveis Lula e Alckmin, realizado no dia anterior à transmissão do programa de Lula. Por se tratar de uma imagem extraída de outra produção televisiva, é preciso identificá-la como tal: ela aparece em tamanho menor, centralizada na tela, contornada por um fundo com as cores verde e amarela e uma legenda que diz “Debate TV Record – 23/10/06”. Essa identificação também é verificada pela presença de um púlpito, na imagem “citada”, com dois microfones de mesa, e um cronômetro no canto superior direito da imagem que marca o tempo de intervenção do candidato.

A veiculação dessa imagem extraída de um debate contribui para o efeito de legitimidade do dizer do candidato e, além disso, intensifica a ofensiva sobre o adversário na tentativa de impregnar-lhe o efeito de sentido de indivíduo corrupto, pois, aqui, tem-se a reprodução de uma acusação direta – considerando-se que a imagem foi extraída do gênero debate eleitoral, a intervenção oral do candidato se faz diretamente à intervenção de seu oponente, em rede aberta, em uma transmissão ao vivo: “[...] acabou, no Brasil, a era em que as coisas eram varridas pra debaixo do tapete [...]”.

Assim, o acontecimento discursivo produz efeitos de sentido porque se filia a outro(s) sentido(s) estabilizado(s) na memória discursiva a partir da materialidade linguística: o dito popular, empregado metaforicamente em diversas redes de práticas discursivas, que vai desde a fala popular, passando pelo desenho animado⁴⁴ e chegando ao campo político, quando o jogo metafórico abre nova(s) possibilidade(s) de articulação discursiva(s) (PÊCHEUX, 1990), permitindo a observação do funcionamento do interdiscurso.

É possível perceber, também, que, com o dito popular “varrer para debaixo do tapete”, há uma correlação nominal do substantivo que funciona como objeto direto do verbo varrer, estabelecendo um efeito de sentido sempre negativo para o tema da corrupção:

Varrer	Lixo	para debaixo do tapete
	Sujeira	
	Coisas	

O emprego dos termos com a função de objeto direto forma uma cadeia sinonímica que vai expandindo seus efeitos de sentido negativizados, num movimento que parece conferir à materialidade linguística o estatuto de nova denúncia ao adversário, pois, ao passo em que o termo “lixo” pode produzir efeitos de sentido que o liguem mais especificamente à noção de *coisas*, *objetos* ou *fatos* que são resíduos mais visíveis, o termo “sujeira” alude a partículas menos visíveis, numa escala mais expandida; por fim, o termo “coisas” amplia consideravelmente o alcance dos efeitos de sentido, pois ele não cerceia a definição do objeto. Assim, os efeitos de sentido que funcionam nas retomadas das intervenções orais das quais fazem parte a expressão “varrer para debaixo do tapete” parecem expandir-se a cada vez, dando a ver que a associação do candidato adversário com a “corrupção” foi contínua e crescente, alargou seu alcance ocultando “lixo”, “sujeira” e, finalmente, “coisas” da população.

⁴⁴ É possível observar, em desenhos animados, como Tom e Jerry, Pica-Pau, Mickey, a literalização da expressão popular. Existem episódios que tratam do próprio ato de limpar a sala, erguer o tapete e depositar uma porção de terra/sujeira sob ele, intensificando o efeito de sentido implicado na metáfora.

Nesse processo discursivo do dizer de Lula *sobre* a corrupção, é possível observar que, ao longo do período de veiculação de seus programas no HGPE, os efeitos de sentido que ligavam o tema da corrupção ao sistema político e o afastavam de indivíduos determinados vão se movendo juntamente com a história e assumem outra direção, dando lugar à aproximação do tema da corrupção a sujeitos determinados, consolidando uma memória discursiva sobre o adversário de campanha.

3.2.2. Alckmin: a praga da corrupção



sequência 21
Programa 29 de agosto – Alckmin

(08:05) Geraldo: O Brasil não vai crescer se não acabar com **essa praga da corrupção** e do desperdício.



sequência 22
Programa 31 de agosto – Alckmin

(9:52) Geraldo: O primeiro compromisso é com a ética. Tirar **essa praga da corrupção**, limpar o Governo Federal...



sequência 23
Programa 12 de setembro – Alckmin

(08:49) Geraldo: Acabar com a roubalheira, **essa praga da corrupção...**

Nas sequências anteriores (sequência 21, sequência 22 e sequência 23), é possível observar que o tema da corrupção é tratado a partir de um substantivo que o qualifica: trata-se de uma “praga”.

As imagens que acompanham os pronunciamentos do candidato nos proporcionam observar que se trata de outro cenário: são extraídas de supostos comícios. Essa compreensão sobre o cenário externo é possível pelo gestual do indivíduo, pelo uso do microfone e pela intensificação da voz, estratégias observadas nas intervenções orais de palanques.

O ritmo da voz do candidato se faz acompanhar pelo gesto das mãos, que operam um movimento vertical que se torna brusco no deslocamento descendente da mão, simultâneo à articulação das sílabas tônicas das palavras proferidas oralmente. Esse gesto enfatiza a tomada de posição do sujeito que profere o verbo, produzindo o efeito de legitimação da verdade a partir da representação de seriedade que o conjunto gestual imperativo (expressão facial e corporal) aporta à abordagem oral do tema da corrupção.

A representação da corrupção pelo substantivo “praga” recupera o efeito de sentido da negatividade construído historicamente nas práticas sociais e o enfatiza em proporção de calamidade. Esta estratégia funciona como uma aliança de ponto de vista com o espectador/eleitor: recuperando um sentido que funciona hegemonicamente inserido nas práticas sociais – a concepção de corrupção como um mal que devasta o país –, o discurso ganha um efeito de aliança com o povo, buscando promover a adesão pelo voto.

A ênfase no caráter devastador da corrupção se completa pelos verbos atribuídos à “praga”: “acabar” e “tirar”, juntamente com o tom imperativo da voz e o gesto enérgico da

mão direita em direção vertical. Colocada na condição de “praga”, a corrupção assume efeitos de sentido que o substantivo carrega consigo em sua construção linguística associada à infestação de insetos em grande escala, ou ainda à propagação descontrolada de alguma moléstia que infecta a população. Nesse deslizamento de efeitos de sentido de um outro campo de saber para o discurso político, o termo corrupção demanda sentidos associados à sua extinção e destruição, em prol do desenvolvimento social da população. Assim, *é preciso exterminar, acabar com a corrupção*.

Ao mesmo tempo, é preciso “limpar o Governo Federal” (sequência 22). Nesta intervenção oral, ao utilizar o verbo “limpar”, podem-se observar os vestígios de que o tema é tratado como sujeira, lixo, e se aproxima, também, da representação temática adotada no programa do candidato Lula. Ao mesmo tempo, trata-se de uma investida contra o adversário presidente/presidenciável, ao associar a limpeza ao Governo Federal, aludindo aos episódios de corrupção veiculados pela mídia jornalística, e excluindo o campo das demais administrações políticas; por extensão, restringe-se o campo de “todos os políticos” associado ao tema, já que a “praga da corrupção” demanda, a partir dessa construção linguística, uma atuação dentro do “Governo Federal”.

Dentro dessa tomada de posição contra seu adversário na campanha presidencial, encontramos, em nosso *corpus*, mais uma das sequências discursivas que abordam o tema da corrupção a partir da denominação “mensalão”, que nos parece interessante analisar para observar a estratégia pela qual se busca alcançar a legitimidade do efeito de verdade sobre a representação da corrupção.



sequência 24
Programa 31 de agosto – Alckmin

(00:56 – 01:18) Alckmin: E mais uma: no ano passado, todo mundo se lembra da vergonha do mensalão, das denúncias, dos ministros afastados. O presidente adotou a política do não sabia de nada, não viu nada, e tudo aquilo que você já conhece.

Nesta sequência, observamos que o elemento imagético do enunciado sincrético se compõe de um cenário semelhante a um cômodo residencial (pode-se observar uma janela simples, do lado direito da tela), participando da construção de uma ambientação particularizada para o estabelecimento de um diálogo com o espectador. A expressão facial controlada, contida, disposta frontalmente em direção à tela, confere ao enunciador uma posição de sobriedade para que se trate do tema.

Aqui, o acontecimento discursivo, o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1990, p. 17), se dá pela verbalização da cadeia de denominações “mensalão”, “denúncias”, “ministros”, aludindo à memória dos escândalos que circularam na mídia no ano de 2005, marcado na superfície linguística: “no ano passado”.

A alusão à memória discursiva vai ao encontro do sentido hegemônico construído pela mídia jornalística, ao longo do ano anterior à campanha eleitoral para a presidência da República, que fez circular discursos acusatórios ao Governo Federal sobre a responsabilidade dos escândalos de corrupção, ao mesmo tempo em que julgava moralmente a conduta pessoal do presidente em exercício tanto como sua “ousadia” em candidatar-se novamente ao cargo de administrador do Estado.

O esforço reeleitoral do presidente explica-se pelas imensas dificuldades que se avizinham. Em 2006, Lula não terá nada do que tinha na sua campanha vitoriosa de 2002. Seu partido, soterrado pelo escândalo do mensalão, erodiu seu patrimônio ético e entrou na mais grave crise de identidade de seus 25 anos de vida. Seus auxiliares mais próximos, que compuseram a cúpula da campanha passada, foram atropelados pela crise. [...] Em 2002, Lula era uma promessa, [...]. Agora, [...] Lula já é uma realidade e, pelo que mostram as pesquisas, uma triste realidade que a maioria do eleitorado gostaria de trocar por algo melhor [...].⁴⁵

A produção dos efeitos de sentido observados nesta sequência contribui para uma dupla aliança com o eleitor: uma, feita diretamente pela representação da corrupção como

⁴⁵ CABRAL, Otávio. O comitê da reeleição. Revista VEJA, 21 de dezembro de 2005. Editora Abril. Ed. 1936. Ano 38, nº 51.

algo “vergonhoso” do ponto de vista moral que rege uma sociedade na qual predominam os preceitos aceitos pela religiosidade; outra, pela filiação ao discurso jornalístico, que traz consigo, na espessura histórica das práticas sociais ao longo da discursivização da prática jornalística, a cristalização de uma identidade que define o discurso jornalístico como fonte imparcial diante dos “fatos”, isento de subjetividade, que relata os fatos tais como são. Essa dupla aliança reforça a memória do *escândalo* e da condenação moral ao adversário político porque se dá a ver como inserido na memória social do acontecimento do chamado escândalo do “mensalão”, que resultou no predomínio de uma determinada interpretação e naturalizou-se, tornou-se comum, nas práticas discursivas da sociedade.

O efeito de sentido produzido por “todo mundo se lembra da vergonha do mensalão” e “tudo aquilo que você já conhece” instaura uma cumplicidade com o espectador/eleitor porque compartilha **i)** um saber que se pretende universal (“a vergonha do mensalão”), comum a todos, que se dá por um juízo de valor (“a vergonha”) associado às expressões “todo mundo se lembra” e “você já conhece”; **ii)** um saber sobre uma especificidade (o “mensalão”); **iii)** um pré-construído (“**aquilo** que você já conhece” – o pronome demonstrativo funciona, aqui, como efeito de um dizer construído e consolidado anteriormente e em outro lugar). Essa materialidade linguística promove um efeito de evidenciação e reconhecimento: “todo mundo se lembra” (caso contrário, deveria saber) do mensalão e “você já conhece” (caso contrário, deveria conhecer) a postura de Lula. Esse processo de produção do efeito de *parceria* contribui para legitimar a produção dos efeitos de verdade do discurso e naturalizar/cercear/estabilizar os efeitos de sentido nessa retomada da memória.

3.2.3. Heloísa Helena: limpar a sujeira da política



sequência 25
Programa 15 de agosto – Heloísa Helena

(0:32 – 0:45) Heloísa: Dou o meu exemplo, cumprindo minha obrigação de ser honesta. E você, com seu voto, pode dar exemplo mais belo: não votando em **político corrupto que engana os pobres e governa para os banqueiros; que finge que não vê roubalheira, mensalão, sanguessuga**, mas, cinicamente, vive em conluio com eles.

Nesta sequência, extraída do primeiro programa da candidata Heloísa Helena, em 15 de agosto, pode-se observar a posição enunciativa construída pelo enunciador enquanto indivíduo político e, ao mesmo tempo, a ofensiva ao candidato Lula, por uma estratégia que mostra um dizer *específico* a partir da simulação de um dizer *generalizado*.

O elemento imagético do enunciado sincrético é formado pelo enquadramento frontal do rosto da candidata, que apresenta uma expressão bastante neutra, produzindo um efeito de naturalização da expressão facial. Ao fundo, um plano azul-celeste com *dégradé* em diagonal, produzindo um efeito de “céu”. Sobreposta ao conjunto rosto+fundo, uma faixa horizontal ocupa um terço da tela e está posicionada na parte inferior; traz as cores do partido em toda sua extensão, os dizeres “Heloísa Helena presidente” centralizados na faixa, o número 50 do lado direito e uma intérprete da Linguagem de Sinais à esquerda. A vestimenta da candidata e da intérprete são brancas.

A composição harmônica entre o azul e o branco produz a representação da sensação de serenidade, paz de espírito, limpidez, sustentando a legitimação do efeito de verdade construído pela intervenção oral que profere “Dou meu exemplo, cumprindo minha obrigação de ser honesta”. Esta intervenção também se insere historicamente no campo de

possibilidades do enunciável, já que Heloísa Helena era considerada um dos membros do grupo “radical” do PT que, por discordar das decisões do setor econômico do partido e votar contra as determinações deste, foi expulso da legenda. Sua justificativa política para o episódio era alicerçada por sua atuação inflexível de acordo com as bases ideológicas do nascimento do partido, que sofreram mudanças de direção por influência dos “neopetistas” aliados ao partido.

Ser suspensa porque estou defendendo o que eu aprendi no PT? A minha concepção programática de reforma eu não aprendi em cartilhinha pessoal. As convicções e a visão do mundo eu aprendi na militância do Partido dos Trabalhadores. Se alguns querem mudar, têm todo o direito de fazê-lo, mas não imponham a mim que eu crie um abismo entre o que defendi alguns meses atrás e que eu passe a defender hoje.⁴⁶

Heloísa Helena, expulsa do partido em dezembro de 2003, desapareceu dos discursos sobre o PT e conseguiu manter a posição política respaldada pelas bases ideológicas do *antigo* partido (tanto porque não pertence mais a ele quanto pela reformulação a que o partido se submeteu após as acusações de corrupção), quando este passou a ser alvo dos *escândalos* de corrupção. Esse movimento na história lhe permitiu reaparecer como presidenciável, sustentando seu discurso pela verbalização “Dou meu exemplo, cumprindo minha obrigação de ser honesta”.

Esta verbalização ainda se articula com a memória discursiva da conduta moral do cidadão, em que *ser honesto é obrigação moral de todo cidadão*. Dizendo de outro modo, na formulação do intradiscurso encontramos uma sequencialização de elementos de saber interdiscursivos, que pertencem a uma FD de orientação moral. Além disso, essa conduta moral confere ao enunciador – na relação homológica com os elementos visuais – a posição enunciativa de *cidadão comum*, que o insere num plano equivalente ao do espectador/eleitor, promovendo um efeito de *identificação* com ele.

Posteriormente, o dizer da candidata simula uma estrutura generalizada para atacar o candidato/presidente Lula:

⁴⁶ Fragmento de entrevista concedida a Cintia Kelly, do jornal A Tarde online, em 06 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2003/07/13/heloisa.html> - acesso em 31/07/2009.

[...] não votando em político corrupto que engana os pobres e governa para os banqueiros; que finge que não vê roubalheira, mensalão, sanguessuga, mas, cinicamente, vive em conluio com eles.

O caráter de indeterminação sugerido pela ausência de artigo ante o sintagma nominal “político corrupto” se desfaz pela operação da restritiva “que engana os pobres e governa para os banqueiros”, determinando o sintagma “político corrupto”: trata-se de uma afirmação sobre Lula. Essa afirmação retoma uma memória discursiva associada ao discurso de extrema esquerda, como podemos observar em títulos de alguns artigos:

Lula continua pagando a dívida aos banqueiros com a fome do povo⁴⁷

Lula monta governo com banqueiros, latifundiários e grandes industriais para aplicar a política do FMI e do carniceiro Bush no Brasil⁴⁸

A restritiva seguinte à primeira continua determinando o político sobre o qual recaem as afirmações, retomando a memória discursiva construída pelo discurso da mídia jornalística que acusava o presidente Lula de conivência com o envolvimento de membros do partido em casos de corrupção, já ilustrados anteriormente pelos discursos das revistas *Veja* e *Época* (cf. páginas 129 e 130).

É possível perceber esse mesmo movimento do *geral* para o *específico* na próxima sequência extraída de nosso *corpus*.

⁴⁷ Jornal Opinião Socialista. Edição nº 162. 04 a 18 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=1429&ida=0 – acesso em 02/08/2009.

⁴⁸ Jornal Luta Operária. Nº68. Dezembro de 2002. Disponível em: http://www.geocities.com/lbi_br/rmr0505.html - acesso em 02/08/2009.



sequência 26
Programa 24 de agosto

(0:23 – 0:30) Heloísa: Tem candidato que utiliza um tempo enorme do horário eleitoral para mentir; aliás, **mente descaradamente, engana o povo, mostrando um país das maravilhas que não existe**. Você sabe que, no Brasil, só banqueiro e político corrupto vão bem: eles levam o dinheiro para os bolsos deles, **quando os presidentes são fracos e incompetentes**.

O elemento imagético se diferencia do anterior unicamente pela caracterização do fundo de tela, já que os outros componentes são idênticos. Nesta sequência, podemos observar que o fundo da tela é uma bandeira do Brasil, o que ajuda a produzir os efeitos associados ao nacionalismo, como mencionado no subitem 3.1.7. (cf. p. 121), e além disso, percebemos que a construção da expressão facial apresenta alguns movimentos (o olhar frontal e o ângulo de posição da cabeça, projetada ligeiramente para a frente) que contribuem para a produção de efeitos de sentido relacionados à seriedade.

Ao iniciar seu pronunciamento oral, o enunciador também simula uma indeterminação que identifica dois candidatos: Lula e Alckmin. Ao pronunciar “Tem candidato que usa um tempo enorme do horário eleitoral [...]”, o enunciador restringe seu simulacro de generalização para os únicos dois candidatos que possuem dez minutos de programa no HGPE. Em seguida, este *candidato (in)determinado* “engana o povo” – da mesma maneira que, na sequência anterior (sequência 25), engana os *pobres* – e “mostra um país das maravilhas que não existe”. Esta última afirmação permite verificar a tentativa de legitimação da verdade do discurso do enunciador e a tentativa de desqualificação do discurso do outro, neste caso, o do candidato adversário Lula, que, dois dias antes da exibição do programa do qual extraímos a sequência 26, falava sobre o programa Bolsa Família:

(00:53 – 01:33) Lula: Meus amigos e minhas amigas: Em todos os países que eu ando, escuto elogios ao Bolsa Família. Muitos países pensam em copiá-lo. Por que esse sucesso? Porque o Bolsa Família é o maior e mais eficiente programa de transferência de renda do mundo. Ele serve tanto para diminuir a miséria como para ativar a economia e o consumo popular. É um instrumento contra a fome e, ao mesmo tempo, a favor da educação e da saúde. Não é um gasto, mas um investimento na qualidade de vida do nosso povo.

Trata-se de um contra-discurso que, ao proceder pela afirmação “mente descaradamente”, “mostra um país das maravilhas que não existe” e pelo reforço a partir da qualificação “presidentes fracos e incompetentes”, busca aproximar o adversário da representação de político corrupto cristalizada na memória social.



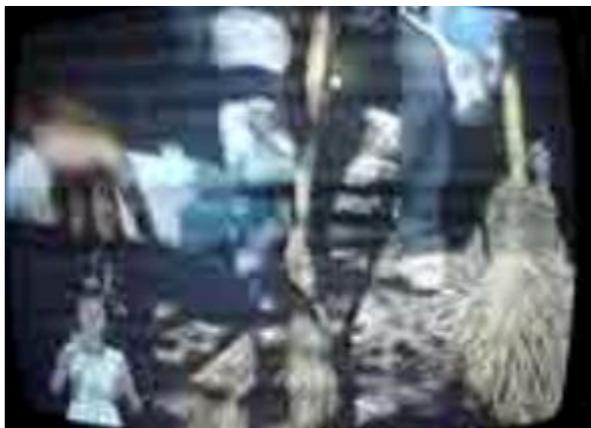
sequência 27
Programa 29 de agosto – Heloísa Helena

(00:31 – 00:53) Heloísa: Andando por nosso país, tenho conversado com muita gente. Em cada flor recebida, em cada gesto de carinho, nosso povo mostra sua invencível disposição de **acabar com a vergonhosa praga da** corrupção e livrar nosso país, nossas riquezas dos banqueiros e políticos delinquentes. Com seu voto, você nos ajuda a mudar o Brasil.

Nesta sequência, interessa-nos ressaltar a regularidade como caráter de aliança a outros discursos, na busca pelo fortalecimento de seu discurso e pela legitimação da verdade.

Na formulação desse intradiscurso, é possível observar, interdiscursivamente, os vestígios de uma *aliança discursiva* com o discurso do programa do candidato Alckmin que, por sua vez, traz elementos de saber próprios de outras FDs. Nesta sequência, observamos a incidência do interdiscurso pelos elementos “praga da corrupção”, que desliza de um campo

de saber social ligado à sobrevivência humana urbanizada, e pela qualificação “vergonhosa”, trazida do juízo de valor próprio da moral cristã.



sequência 28
Programa 09 de setembro – Heloísa Helena

(00:10 – 00:25) Heloísa Helena: A nossa candidatura representa as mulheres brasileiras. Nós, mulheres, somos competentes, honestas, muito organizadas, **limpamos bem a nossa casa e vamos limpar a sujeira da política.**

Na sequência 28, o elemento imagético funciona homologicamente com a verbalização evidenciada, por negrito, na transcrição acima. A imagem mostra⁴⁹ inicialmente a parte superior do corpo da candidata em um ambiente externo, acompanhada de outras mulheres. O movimento da câmera para baixo evidencia o chão e pode-se observar que há uma vassoura nas mãos das mulheres (incluindo as de Heloísa Helena) e elas simulam o ato de varrer, caminhando, *simulando o “limpar o caminho”, “limpar tudo o que está à frente”*. Esse elemento atua na representação do feminino que se faz pelo verbal “limpamos bem a nossa casa”.

O possessivo “nossa” do sintagma “A nossa candidatura” simula um pronome sujeito “nós” que não funciona como inclusivo (FONTANA, 1997): exclui o espectador/eleitor e funciona como dêitico individual, do enunciador. O pronome sujeito “nós” que evidencia a afirmação “somos competentes” é parcialmente inclusivo: inclui o enunciador e AS espectadoras/eleitoras, excluindo o gênero masculino. Essa inclusão do gênero feminino e

⁴⁹ Desculpamo-nos pela má qualidade da imagem nesta sequência. Porém, não nos foi possível melhorá-la, dado que o material original possui baixa resolução.

exclusão do masculino funciona como uma estratégia que produz efeitos de sentido de sobriedade da mulher em relação ao homem, recuperando a memória do discurso feminista contemporâneo, fortalecendo a representação da mulher como “sexo forte”.

A sucessão de qualificações expressas em cadeia em “somos competentes, honestas, muito organizadas, *limpamos bem a nossa casa* [...]” opera um movimento entre duas representações do feminino, que vão deixando a representação da mulher empreendedora, administradora, para se encaixar numa formação discursiva que representa a mulher como “dona de casa”, que *sabe* limpar. Esse deslocamento de representação do feminino se mostra como um tipo de estratégia que busca a representação, de uma só vez, de todos os perfis discursivizados que caracterizam o gênero feminino.

Ao pronunciar “limpar a sujeira da política”, simultaneamente à aparição da imagem da vassoura, podemos observar uma reorganização enunciativa atravessada pela posição discursiva do enunciador na representação da corrupção como *sujeira*. A reorganização enunciativa se constrói a partir da retomada da expressão “limpar a sujeira” – atrelada à imagem da vassoura –, e faz alusão à memória discursiva da atuação política de Jânio Quadros, iniciada na prefeitura da cidade de São Paulo, em que ele propunha uma *limpeza nos órgãos públicos*, criticando o desperdício de dinheiro público, e consolidada em sua campanha à presidência da República em 1960, quando da criação de seu tema “varrer a corrupção”, cujo *jingle* entoava o refrão “varre, varre, vassourinha”⁵⁰ e cujo símbolo era a imagem de uma vassoura⁵¹.

⁵⁰ Varre, varre vassourinha / varre, varre a bandalheira / que o povo já tá cansado / de sofrer dessa maneira / Jânio Quadros é a esperança desse povo abandonado!



⁵¹ Jânio Quadros empunhando seu símbolo de campanha, em evento no Rio de Janeiro, em 1953. Extraído de <http://cruzdesavoia.wordpress.com/2009/05/11/sobre-o-time-que-envergonha-a-historia-parte-1/>, acesso em 04/08/2009

Assim, o conjunto enunciativo da sequência 28 (re)atualiza, intericônica e interdiscursivamente, uma memória sobre a representação do tema da corrupção e o ressignifica, ao se posicionar discursivamente dentro da representação discursiva do universo feminino.

Dado que o candidato Lula já havia sido identificado discursivamente como o adversário direto da candidata, o enunciado sincrético mostrado na sequência 28 também funciona como ataque ao adversário pela sobredominância do feminino em relação ao masculino – é preciso *tirar o homem corrupto que está no poder e colocar a mulher honesta e organizada que aqui está representada*.

3.2.4. Cristovam: nojo da política

O candidato Cristovam Buarque também produz discursivamente uma representação negativa da corrupção e, de forma semelhante ao que foi observado na análise do discurso dos candidatos anteriores, realiza sua ofensiva ao candidato Lula simulando um discurso generalizado sobre os políticos corruptos. É o que podemos ver nas duas sequências a seguir:



sequência 29
Programa 31 de agosto – Cristovam

(0:01 – 0:46) Cristovam: você não acha que tem alguma coisa estranha no ar? **O povo está com nojo da política**, mas as pesquisas mostram que os eleitores vão votar **nos mesmos**. **O povo está descontente com a violência, o desemprego, a corrupção**, mas as pesquisas indicam que **os mesmos** já estariam reeleitos. Como se você já tivesse votado, como se tudo já estivesse decidido por você. **Será que isso é verdade?**



sequência 30
Programa 13 de setembro – Cristovam

(0:05 – 0:18) Cristovam: Que coisa intrigante! **Qualquer eleitor com quem eu converso diz que detesta corrupção, que tem nojo de políticos corruptos.** Mas o estranho é que as pesquisas mostram um eleitor diferente, dizendo que vai votar justamente **nos mesmos políticos** que ele condena.

Na sequência 29 e sequência 30, o tema da corrupção é associado ao substantivo “nojo” e funciona como ressignificação de seus sentidos já cristalizados de referência negativizada, como pudemos ver desde o capítulo 2 e nas análises do presente subitem, com relação ao discurso dos candidatos anteriormente citados. A ressignificação se realiza pelo fortalecimento do caráter negativo relacionado ao tema: ter *nojo* de algo supõe uma característica insuportável ao ser humano, como odores e sabores ofensivos, como um tipo de sujeira que não é solucionado pela atuação de uma *vassoura*, ou como associação a animais de aparência infecciosa; assim, confere ao objeto do qual se tem nojo uma reação repelente, aversiva. Interdiscursivamente, temos a atuação de um elemento enunciativo próprio de outro campo de saber, com efeitos de sentido definidos para aquele campo de saber, que desliza para o campo do discurso político e ressignifica/(re)atualiza os efeitos de sentido negativizados do tema da corrupção.

O uso da conjunção “mas”, após a intervenção oral que promove a representação da corrupção pelo sentimento de “nojo”, encaminha a produção de efeitos de sentido a outra direção, inserindo as afirmações que seguem a conjunção num campo de saber institucionalizado/estabilizado/autorizado, o das pesquisas de opinião realizadas por agências especializadas – como o IBGE –, que têm o respaldo da legislação devido à obrigação de

serem registradas junto à Justiça Eleitoral antes de serem levadas a público; com isso, gozam de um efeito de sentido de legitimação da verdade.

(sequência 29) [...] mas as pesquisas mostram que os eleitores vão votar **nos mesmos**.

(sequência 30) [...]Mas o estranho é que as pesquisas mostram um eleitor diferente, dizendo que vai votar justamente **nos mesmos políticos** que ele condena.

Porém, nas duas sequências, é possível perceber um efeito de *desautorização* do discurso autorizado. Na sequência 30, o efeito de desautorização é observado pela ocorrência da oração “o estranho é que”, além da construção da posição enunciativa de *testemunha* dos fatos: o candidato *conversa pessoalmente com os eleitores que condenam a corrupção*. Essa estratégia contribui para a legitimação dos efeitos de verdade, juntamente com o elemento imagético composto pela imagem do candidato em um fundo com retratos de crianças, (re)atualizando a representação de ingenuidade e verdade presente na identidade da criança e fazendo com que essa representação também funcione como suporte da legitimação de sua produção de verdade, pois pode-se observar a simulação de uma prática social do campo do discurso familiar: *não se mente na presença de crianças*.

Na sequência 29, é possível observar que o efeito de desautorização é bastante intensificado. O elemento imagético, aqui, contribui decisivamente para essa produção de efeitos de sentido, pois apresenta uma imagem frontal da parte superior do corpo do candidato, em um enquadramento maior que possibilita ver, ao fundo, uma cortina ondulada, em um tom de vermelho escuro, semelhante àquela do *teatro*. Se o teatro é o lugar da ficção, do ilusionismo, do espetáculo, do “parecer ser”, o candidato se posiciona à frente dele, à frente da *teatralização* do discurso político, simulando um espaço do *real*, do *verdadeiro* (normalmente, antes de uma apresentação teatral, com as cortinas fechadas, dão-se alguns avisos que se referem ao *mundo real* antes de dar início à *ficção*). Ao situar-se nesse espaço simulado do *real*, o enunciador fortalece os efeitos de sentido de legitimidade do dizer. Posteriormente, o enquadramento se aproxima lentamente do foco do rosto do candidato e, ao fechar a imagem na expressão do rosto, muda o ângulo de apresentação, focando o lado esquerdo do rosto do candidato, num close onde o contorno do rosto extrapola o espaço da tela, destacando a expressividade de seu olhar e intensificando sua posição enunciativa de sinceridade, culminada pela intervenção da pergunta (já respondida negativamente pela entonação do dizer, associada à sua representação de sinceridade produzida pelos efeitos do

elemento imagético): “Será que isso é verdade?”. Assim, produz-se um efeito de legitimidade do dizer daquele que pronuncia o verbo, em detrimento do “parecer legítimo” do dizer do adversário.

Por fim, quando o candidato pronuncia o sintagma “os mesmos”, em:

(sequência 29) **os mesmos** já estariam reeleitos

(sequência 30) vai votar justamente **nos mesmos políticos** que ele condena

podemos observar a atuação da ofensiva sobre Lula enquanto indivíduo corrupto. Vejamos: até onde pudemos apurar⁵², as agências de pesquisas de opinião divulgaram, em 2006, dados referentes, unicamente, às intenções de voto para presidente e governador. Claro está, que, a mídia jornalística divulgou o nome dos deputados que, mesmo envolvidos em denúncias nas CPIs, se candidataram ao pleito de 2006 – como pudemos observar no *site Folha Online*, de 14 de agosto de 2006⁵³. Porém, não havia pesquisas de opinião que contemplassem as intenções de votos a deputados – o que se justifica pelo grande número de nomes pleiteantes ao cargo e pelo fato de que existem inúmeras vagas para o cargo: são 513 para deputados federais e tantas outras para deputados estaduais, conforme o tamanho da população (no estado de São Paulo são 94).

Não havia, de acordo com nossa averiguação na mídia eletrônica e nos *sites* oficiais do Governo Federal, nenhum nome de governador associado às denúncias de corrupção, e dada a impossibilidade de que as pesquisas de opinião pudessem apontar a intenção de voto de todos os candidatos *corruptos*, o sintagma “os mesmos” deixa o campo de determinação de um discurso generalizado e passa a funcionar como identificador de um sujeito específico: o adversário Lula, que, de acordo com as mesmas pesquisas, tinha, no primeiro turno, um percentual de intenções de votos que oscilava entre 43% e 50%⁵⁴.

⁵² Nos principais *sites* de divulgação de pesquisas de opinião, realizadas por agências de maior visibilidade no país – como IBOPE, Datafolha e Sensus.

⁵³ Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/acusados-mensalao.shtml>, acesso em 05/08/2009.

⁵⁴ De acordo com o *site* da Fundação Perseu Abramo. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=842>, acesso em 05/08/2009.

Nesse percurso analítico que contemplou os recursos diretos do discurso político contra a corrupção, foi-nos possível observar o funcionamento do interdiscurso sobre o termo “corrupção”, que (re)atualiza a memória sobre o tema por meio de denominações (crise ética, mensalão) e qualificações que produzem deslizamentos de sentido de outros campos de saber (praga, nojo) para o campo do discurso político, ressignificando o termo no eixo da referenciação negativa de sentidos cristalizados nas práticas discursivas.

Nessas ressignificações, pudemos observar a busca por uma construção de memória futura e da institucionalização de um sentido hegemônico a partir da expressão “crise ética”, que por razões históricas recuou e foi se apagando em virtude da expressão popular “varrer para debaixo do tapete”.

Por fim, pudemos perceber a expressão da esfera personalizada/singularizada do discurso dos presidentes ao expressar-se sobre o tema da corrupção, que atribui a um único adversário sua associação a práticas ilícitas, mas o faz sob um simulacro de discurso generalizado. Mais que afastar de si o estigma de corrupto, os recursos diretos do discurso político contra a corrupção mostram que é preciso falar do outro e imputar-lhe tal estigma.

Considerações Finais

“O olho pertence à alma mais do que qualquer outro
órgão...”
Buffon

Ao iniciarmos este trabalho, nossos objetivos de análise eram banhados por uma questão mais ampla: como se pode analisar o discurso político a partir da configuração multimodal sob a qual ele se apresenta atualmente?

Após os exercícios de análise apresentados nesta dissertação, foi possível observar que os efeitos de sentido produzidos no HGPE se constroem simultaneamente – numa relação de homologia discursiva – por todos os elementos que compõem o enunciado sincrético: o verbo, o som e a imagem.

A imagem em movimento, dentro do suporte televisivo, parece exercer um funcionamento de dispositivo acionador, que atua em uma espécie de primeiro plano – em milésimos de segundo – antes de se completar o conjunto enunciativo, sendo captada instantaneamente pelo olhar do espectador/eleitor e operando uma certa orientação do olhar. Possivelmente, por se tratar de um elemento imanente ao suporte televisivo e que o caracteriza como tal (“televisivo”), a imagem “dispara” a alusão à memória e os efeitos de sentido produzidos pelo conjunto enunciativo. E o corpo, por sua vez, por adquirir uma visibilidade ampliada pelo enquadramento da câmera da televisão, é o ponto de *ancoragem* do discurso político televisionado (COULOMB-GULLY, 2003).

Contemplar a imagem a partir desta ótica, suscitou uma questão para nossa próxima pesquisa: é realmente a partir da imagem, no discurso político, que se orienta o olhar? Se sim, como ela funciona? Se não, como a conjunção dos elementos presentes no enunciado televisivo, dentro da propaganda política, funciona para direcionar o olhar? Com base nos resultados conquistados até a finalização deste trabalho, nossa hipótese se constitui no sentido de apoiar o efeito de orientação do olhar promovido pela imagem. Porém, e seguindo com base nos resultados desta pesquisa, não podemos descartar que todo o conjunto enunciativo constitui uma unidade de efeitos de sentido. Dessa forma, é possível que, em determinados

conjuntos enunciativos, a imagem exerça um papel “disparador”, e em outros, ela adquira outro tipo de funcionamento.

Ao analisar, neste trabalho, o funcionamento do discurso político eleitoral televisivo contra a “corrupção”, dentro da propaganda dos principais presidenciáveis em 2006 – um de nossos objetivos específicos –, pudemos verificar o uso de recursos indiretos, que operam a construção de uma identidade individual do sujeito político e que visam a afastar o estigma de corrupto de si, conseqüentemente, aproximando-o do adversário. Porém, mais do que aproximar-se do adversário, os recursos indiretos produzem efeitos de sentido que afastam a corrupção do indivíduo político. Esses recursos indiretos se filiam, fortemente, a uma formação social de base cristã, que opera um julgamento moral sobre o cidadão no que diz respeito a constituir, na sociedade, a figura de um homem *bom, honesto, confiável, de boa conduta*, que se insira no modelo de cidadão ideal a partir da estratégia de “mostrar” as virtudes aprovadas socialmente.

Os recursos indiretos também se enquadram no processo de harmonização estética contemporâneo, assim como na própria dinâmica da apresentação corporal no ambiente televisivo, dando a ver uma representação plasticizada atrativa ao olhar do espectador, que contribui para o efeito “disparador” da imagem. Além disso, a dinâmica da apresentação política na televisão acompanha a tendência contemporânea da *singularização* das relações entre os sujeitos, instaurando um efeito de intimização, que busca promover uma aliança a partir da confiança pessoal entre espectador/eleitor e candidato.

Por fim, os recursos indiretos suscitam a emoção reinterpretando/(re)atualizando práticas sociais fixadas pela memória, ressignificam a produção de efeitos de sentido positivizados historicamente em outros campos de saber que deslizam para o campo político e se naturalizam nele, afastando os sinais da corrupção associados ao indivíduo político.

Ao analisar o confronto entre os discursos dos candidatos, tomando como foco de análise o tema “corrupção” – outro de nossos objetivos específicos –, pudemos observar que a imagem opera a produção do efeito de verdade/legitimidade da intervenção oral do candidato sobre a corrupção, e que existe sempre um ataque direto ao oponente no pronunciamento de cada presidenciável, inserido na simulação de um dizer generalizado sobre o tema, além de uma retomada e ressignificação da memória sobre o tema da corrupção. Vimos que, no discurso de Lula, o adversário receptor das ofensivas é Geraldo Alckmin e que, no discurso dos outros três presidenciáveis analisados, o adversário receptor das ofensivas é o próprio

Lula. Neste confronto entre os discursos, é possível perceber que, mais do que afastar a corrupção de si, os recursos diretos produzem efeitos de sentido que aproximam a corrupção do outro. Também vimos que, no dizer de Lula, o tema da corrupção é tratado, inicialmente, pela produção de efeitos de sentido suavizados/positivizados (ou menos negativizados) e em sentido amplo, e, posteriormente, passa por uma transformação de abordagem para chegar aos efeitos de especificidade na aproximação da associação do tema ao candidato Alckmin.

Parece-nos que é a partir do olhar sobre essa nova configuração do discurso político, constituído de várias linguagens, em que se observa o funcionamento do verbo, oral e escrito, com a imagem (configuração consequente da fluidez observada na sociedade moderna (cf. Capítulo 3)) que podemos observar o funcionamento do discurso político em uma dada forma: uma mais direta, em que o efeito de sentido é conseguido pela verbalização do tema, outra mais indireta, em que os efeitos de sentido são promovidos sem que se “mostre” o verbo.

Para sustentar nosso olhar sobre os efeitos de sentido cristalizados no imaginário social sobre a associação da corrupção com o indivíduo político, empreendemos uma busca pela transformação dos sentidos da corrupção ao longo da história, desde a concepção dos sistemas de governo até a contemporaneidade. Esse percurso nos ajudou a compreender o caráter intrínseco do tema da corrupção associado ao campo político e, particularmente, associado à formação administrativa de nosso país.

A espessura histórica que buscamos dentro dos postulados da Semiologia da mensagem política proposta por Courtine (1981) auxiliou-nos a compreender a formação do discurso político contemporâneo que se realiza por meio de novas práticas apropriadas ao suporte audiovisual, e também nos auxiliou a compreender as transformações da conjuntura política, que obedecem a uma mutação social observada na contemporaneidade (reflexo de transformações históricas das práticas sociais) e que proporciona novos modos de fazer política, uma política mais intimizada, mais pessoal, menos partidária. Por seu turno, o olhar histórico sobre a discursivização do tema da corrupção desde a concepção filosófica do sistema político até a contemporaneidade, e desde a constituição da política brasileira até nossos dias, contribuiu para que compreendêssemos o modo como foi se construindo o imaginário social que une a política brasileira à corrupção, na figura dos atores políticos, além de propiciar-nos elementos que nos fizeram compreender a constituição de condições de possibilidades do dizível sobre a corrupção dentro do discurso político televisivo de campanha política, no caso, do HGPE de 2006.

Como Courtine ([1986] 2006, p. 32) postula, “não se trata aqui de se condoer ou de se encantar com essa mutação, mas de compreender o que está em jogo”. A política ideologizada, militante e sindical, de “grandes narrativas”, não mais se vê dentro de nosso quadro social. As regularidades dentro dos programas da televisão, moldadas pelas exigências do suporte, acabam por operar uma *desideologização* do discurso político eleitoral. Assim, vê-se uma nova maneira de fazer política: uma política que se pretende mais aproximativa do eleitor, que busca estabelecer um *vínculo* pessoal e sensibilizado entre *indivíduos*: o político e o espectador/eleitor, numa relação mais *dialógica* (ainda que essa relação seja uma *simulação de diálogo*). Dentro desses novos moldes de realização da política, o discurso político se mostra personalizado e intimizado, intensificando a dependência da aliança política a partir da “percepção psicológica da autenticidade do orador, do espetáculo de sua sinceridade, da encenação de seus sentimentos” (COURTINE, [1994] 2006, p.133). A Semiologia da mensagem política, aliada aos conceitos desenvolvidos na AD, nos ajuda a compreender historicamente a representação contemporânea do campo político, que se apresenta sob uma configuração multimodal.

O discurso político, considerado como um *lugar de memória*, aporta um espaço de repetição que se inscreve em diversos campos de saber, em diversas práticas discursivas que se vão tecendo pelo deslizamento em direção ao campo político de maneira que constroem um lugar de regularizações e repetições no próprio campo político. Dito de outro modo, os efeitos de sentido, ao deslizarem de um campo exterior ao campo político, naturalizam-se e passam a produzir efeitos que legitimam, por excelência, o discurso político, como se a ele sempre tivessem pertencido.

Neste trabalho, pudemos mostrar um modo de analisar as “mensagens complexas” das quais fala Courtine ([1987] 2006, p.85), associando o aspecto linguístico ao aspecto imagético, o áudio e o visual, na composição do conjunto enunciativo sincrético, homológico, em que todos os elementos “falam” ao mesmo tempo, mas de formas diferentes que se combinam em um suporte e produzem determinados efeitos de sentido, que se mostrariam distintos em análises que excluíssem alguns dos elementos que compõem o sincretismo do texto.

A mensagem política não é mais unicamente linguística, mas uma colagem de imagens e uma performatividade do discurso, que deixou de ser prioritariamente verbal. Essa é a razão pela qual para compreendermos e analisarmos essas mensagens complexas – e também para sermos

capazes de lê-las e saber como resistir a elas – de agora em diante é insuficiente se referir somente a métodos de análise linguística (COURTINE, [1987] 2006, p. 85).

A legitimidade do dizer é conferida ao discurso político contemporâneo, em grande parte, pela veiculação da imagem que acompanha o proferimento oral do candidato. O “parecer ser”, o aparecer na tela da televisão proporciona um simulacro de referencialidade que direciona a produção de efeitos de sentido na busca pela dissociação do indivíduo político com o tema da corrupção e pela aproximação com a autenticidade, com a verdade.

O uso da memória no discurso político eleitoral contemporâneo se inscreve na existência do enunciado multimodal/sincrético, abrindo uma possibilidade de repetição que se inscreve no tratamento com a linguagem visual, possibilitando que a imagem se *encaixe* em várias instâncias do dizer. A memória discursiva se materializa de várias maneiras, desde a ressignificação de um provérbio ou uma frase popular até a retomada e (re)atualização de representações visuais de práticas sociais diversas.

Assim, nas retomadas e (re)atualizações do dizer e das representações visuais, as palavras produzem efeitos de sentido distinto em função da posição enunciativa que o sujeito enunciador ocupa dentro do conjunto enunciativo. De acordo com a posição enunciativa, o *mesmo* é sempre *outro*, e o efeito de sentido pode ser sempre (re)atualizado em favor daquele que profere seu dizer (podemos observar este efeito pela tomada de posição do candidato Lula enquanto presidente e da candidata Heloísa Helena enquanto representante da classe feminina).

A *singularização* na representação do indivíduo político afrouxa a diferenciação do discurso político em *direita* e *esquerda*, pois os programas apresentam certas regularidades que deixam menos demarcados as fronteiras discursivas, dificultando a percepção das posições antagônicas no confronto discursivo.

A proposta de um trabalho que buscava o tema da corrupção no interior do discurso político eleitoral resultou em uma pesquisa bastante motivadora e instigante, pois a cada movimento de investigação na procura pela corrupção, parecia que o tema se furtava e se dissolvia em meio à construção de uma identidade política idealizada. Por outro lado, era possível perceber que a corrupção estava lá todo o tempo, porém, precisávamos de instrumentos que nos permitissem mostrá-la nesse funcionamento movediço. A teoria da Análise de Discurso nos fez encontrar modos de operar com esse funcionamento do tema da

corrupção dentro do discurso político do HGPE de maneira que pudéssemos apontar recursos indiretos e diretos na discursivização do tema.

Com este trabalho, esperamos ter contribuído para as reflexões da linguagem no campo da AD, no que concerne à análise das novas formas do discurso político contemporâneo, que produzem um texto sincrético onde tudo “fala” ao mesmo tempo, e na qual o analista deve ter “olhos e ouvidos” atentos aos elementos que compõem essa homologia discursiva.

Bibliografia

ADVERSE, Helton. Maquiavel. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 37-46.

AMOSSY, Ruth. O ethos na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: _____. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 119-144.

ARAÚJO, Cícero. Rousseau e Hume. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 65-72.

BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Tradução de Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BARTHES, Roland.(1964) **Elementos de semiologia**. Tradução de Izidoro Blikstein. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.

BARTHES, Roland. (1957) **Mitologias**. Tradução de Rita Buongiorno e Pedro de Souza. São Paulo: DIFEL, 1985.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BIGNOTTO, Newton. Republicanismo. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 103-110.

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobras**. São Paulo: Imprensa Oficial de SP, 1998.

CARDOSO, Sérgio. Platão e Aristóteles. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 25-36.

CARVALHO, José Murilo de. Passado, presente e futuro da corrupção brasileira. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 237-242.

CHAUÍ, Marilena. Espinosa. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 47-56.

COULOM-GULLY, Marlene. **Rétorique télévisuelle et esthétisation politique: le corps (en) politique**. In: BONNAFOUS, Simone et al. (Dir.) **Argumentation et discours politique**. Rennes: Press Universitaires de Rennes, 2003. p. 121- 130.

COURTINE, Jean-Jacques. **Corps e discours**: elements d'histoire des pratiques langagières et expressives. Université de Paris X- Nanterre, 1978. Mimeo.

COURTINE, Jean-Jacques. Analyse du discours politique. Le discours communiste adressé aux chrétiens. **Langages**, Paris: Larousse, 1981. n° 62.

COURTINE, Jean-Jacques, HAROCHE, Claudine. **História do rosto**: exprimir e calar as suas emoções: do século XVI ao início do século XIX. Lisboa: Teorema, 1995.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURKY, Freda., FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os múltiplos territórios do discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006a.

COURTINE, Jean-Jacques. **A arte da mentira política** – o mentir verdadeiro. Campinas: Pontes, 2006b.

COURTINE, Jean-Jacques. Discursos sólidos, discursos líquidos: a mutação das discursividades contemporâneas. In: SARGENTINI, Vanice, GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 11-20.

DASCAL, Marcelo. O *ethos* na argumentação: uma abordagem pragma-retórica. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 23-32.

DEBORD, Guy. (1967) **A sociedade do espetáculo**. Disponível em: www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html - acesso em 21/01/2009

DELEUZE, Gilles. (1986) **Foucault**. Tradução de Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. (1990) **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1992.

EGGS, Ekkehard. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56

FERREIRA, Luzmara Curcino. **Práticas de leitura contemporâneas: representações discursivas do leitor inscritas na revista VEJA**. 2006. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, Araraquara, 2006.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. A corrupção no Brasil Colônia. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 209-218.

FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Mídia e lugares de memória discursiva. In: _____, POSSENTI, Sírio. (Org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 11-38.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. (1986) **Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel. A poeira e a nuvem. In: _____. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 323-334.

FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In: _____. **Ditos e escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. p. 282-295.

FOUCAULT, Michel. (1975) **Vigiar e punir**. 29ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

GINZBURG, Carl. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. 2ª edição. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ingrid. **As três imagens de Lula – os posicionamentos das revistas Carta Capital, Primeira Leitura e Veja nas eleições para presidente em 2002**. 2007. 196 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Recitações de mitos: a História na lente da mídia. In: _____. **Filigranas do discurso: as vozes da história**. Araraquara/UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2000. p. 19-34.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido: mídia e reprodução de identidades. **Web-revista discursividade estudos linguísticos**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2008. Edição n° 2. Disponível em <http://www.uems.br/na/discursividade/Arquivos/edicao02/pdf/Maria%20do%20Rosario%20Gregolin.pdf> – acesso em 07/03/2008.

GREGOLIN, Maria do Rosário. (Org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso** – diálogos & duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Michel Foucault: o discurso nas tramas da História. In: FERNANDES, Cleudemar Alves, SANTOS, João Bosco Cabral dos (Org.). **Análise do discurso**: unidade e dispersão. Uberlândia: EntreMeios, 2004. p. 19-42.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Discurso, história e a produção de identidades na mídia. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição, POSSENTI, Sírio. (Org.). **Mídia e rede de memória**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007. p. 39-60.

GREGOLIN, Maria do Rosário. J.-J. Courtine e as metamorfoses da Análise do Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, Vanice, GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso**: heranças, métodos e objetos. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 21-36.

HAROCHE, Claudine, HENRY, Paul, PÊCHEUX, Michel. [1971] A semântica e o corte saussuriano: lingual, linguagem, discurso. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 13-31.

JASMIN, Marcelo Santus. Tocqueville. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 73-80.

LEECH, Geoffrey. **Principles of pragmatics**. London: Longman, 1983.

MARIANI, Bethania Sampaio Correia. **O comunismo imaginário**. 1996, 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Insituto de Estudos da Linguagem (IEL), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

MILANEZ, Nilton. O corpo é um arquipélago. Memória, intericonicidade e identidade. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 153-182.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Corrupção no Brasil republicano – 1954-1964. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção**: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 243-250.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. **Navegar foi preciso?** O discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, Araraquara, 2004.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O papel da imagem e da memória na escrita jornalística da história do tempo presente. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 111-124.

NAVARRO-BARBOSA, Pedro. O pesquisador da mídia: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: _____. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 67-92.

NORA, Pierre (Dir.). **Les Lieux de Mémoire**. Paris: Gallimard (Bibliothèque illustrée des histoires). 3 tomos: t.1 – La République (1 vol., 1984), t.2 – La Nation (2 vol., 1987), t. 3 Les France (3 vol., 1992).

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à vista**. Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, Cortez & Ed. da Unicamp, 1990.

PÊCHEUX, Michel. L'étrange miroir de l'analyse du discours. **Langages**. Paris, juin 1981. p.5-8. n° 62.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: estrutura ou acontecimento?** (1983) Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 1990.

PÊCHEUX, Michel. (1975) **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. 3ª edição. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, Michel. O papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-58.

PIOVEZANI, Carlos. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 49-64.

PIOVEZANI, Carlos. **Verbo, corpo e voz: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo**. 2007. 323 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista *Júlio de Mesquita Filho*, Araraquara, 2007.

RIBEIRO, Renato Janine. Hobbes. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 57-64.

SANTOS, Elaine de Moraes. **O espetáculo político e a docilização do corpo na campanha eleitoral de Lula em 2002**. 2009. 169 fls. Dissertação (Mestrado em Letras) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Democracia. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 125-130.

SARGENTINI, Vanice. Arquivo e acontecimento: a construção do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35-44.

SARGENTINI, Vanice. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o corpus na análise do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João editores, 2007. p. 215-222.

SARGENTINI, Vanice. Objetos da Análise do Discurso: novas formas, novas sensibilidades. In: SARGENTINI, Vanice, GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Análise do discurso: heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Claraluz, 2009. p. 103-116.

SAUSSURE, Ferdinand de. (1916) **Curso de lingüística geral**. 22a edição. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Corrupção no Brasil Império. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 227-236.

SERIÓT, Patrick. La langue de bois et son double: une analyse des analyses du discours politique soviétique. **Langages et société**. n.º35. Paris: MSH, mars 1986. p. 7-32.

SOUZA, Jessé. Weber. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 81-90.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. Ditadura militar. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 251-260.

VIALA, Alain. A eloquência galante: uma problemática da adesão. In: AMOSSY, Ruth. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 167-182.

VITA, Álvaro de. Liberalismo. In: AVRITZER, Leonardo *et al* (Org.). **Corrupção: ensaios e críticas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 93-102.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos**. Discurso e representação política. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. Arquivo jurídico e exterioridade. In: GUIMARÃES, Eduardo., PAULA, Miriam Rose Brum de. (Org.). **Sentido e memória**. Campinas: Pontes, 2005.

SITES CONSULTADOS

www.youtube.com – acessos de 20/01/2007 a 14/08/2009

www.globalpov.com – acesso em 17/05/2007

www.rleite.files.wordpress.com – acesso em 17/05/2007

www.cogumelosmagicos.com – acesso em 17/05/2007

www.cyrso.com.br – acesso em 17/05/2007

www.oquotidianodamiseria.com.br – acesso em 17/05/2007

www.futurelawnornament.blogspot.com – acesso em 17/05/2007

www2.ufscar.br/administração/reitoria.php – acesso em 17/05/2007

www.bp0.blogger.com – acesso em 17/05/2007

www.wikimedia.com – acesso em 17/05/2007

www.desnoticias.org – acesso em 17/05/2007

www.i-actu.com – acesso em 17/05/2007

www.ebooksbrasil.com/eLibris/socespetaculo.html - acesso em 21/01/2009

www.pt.org.br/portalpt/images/stories/arquivos/manifesto.pdf - acesso em 02/07/2009

www.consciencia.net/corrupcao/documentos/fhc-45escandalos.html - acesso em 27/05/2009.

- acesso em 23/02/2008

www.consciencia.net/2003/07/13/heloisa.html - acesso em 31/07/2009 .

www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=1429&ida=0 – acesso em 02/08/2009.

www.geocities.com/lbi_br/rmr0505.html - acesso em 02/08/2009

www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/eleicoes/acusados-mensalao.shtml - acesso em 05/08/2009.

www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=842 – acesso em 05/08/2009

www.bbc.co.uk – acesso em 17/05/2007

blogs.reuters.com/italia/files/2008/04/berlusconibeforeafter.jpg – acesso em 17/05/2007

revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI21555-15223-2,00-CARA+DE.html – acesso em 20/01/2009

veja.abril.com.br/190504/p_036.html - acesso em 23/06/2009.

revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI53743-15223,00-A+SEGUNDA+ONDA.html

– acesso em 15/04/2009.

cruzdesavoia.wordpress.com/2009/05/11/sobre-o-time-que-envergonha-a-historia-parte-1/ -

acesso em 04/08/2009

REVISTAS CONSULTADAS

Revista VEJA, 20 de julho de 2005. Editora Abril. Ed. 1914. Ano 38, nº 29.

Revista Veja, 19 de abril de 2006. Editora Abril. Ed. 1952. Ano 39, nº 15.

Revista VEJA, 21 de dezembro de 2005. Editora Abril. Ed. 1936. Ano 38, nº 51.

Revista Época, 19 de janeiro de 2009. São Paulo: Editora Globo, nº 557, p. 28-31.

Índice de Figuras

figura 1.....	73
figura 2.....	73
figura 3.....	73
figura 4.....	73
figura 5.....	78
figura 6.....	81
figura 7.....	81
figura 8.....	81
figura 9.....	84
figura 10.....	84
figura 11.....	86
figura 12.....	86
figura 13.....	90
figura 14.....	90
figura 15.....	91
figura 16.....	91
figura 17.....	95
figura 18.....	95
figura 19.....	96
figura 20.....	96
figura 21.....	96
figura 22.....	96
figura 23.....	97
figura 24.....	97
figura 25.....	97
figura 26.....	98
figura 27.....	98
figura 28.....	100
figura 29.....	100

figura 30.....	100
figura 31.....	100
figura 32.....	103
figura 33.....	103
figura 34.....	103
figura 35.....	103
figura 36.....	104
figura 37.....	104
figura 38.....	104
figura 39.....	104
figura 40.....	111
figura 41.....	112
figura 42.....	112
figura 43.....	123
figura 44.....	123
figura 45.....	124
figura 46.....	124
figura 47.....	125

Índice de Sequências

sequência 1.....	75
sequência 2.....	77
sequência 3.....	77
sequência 4.....	80
sequência 5.....	82
sequência 6.....	85
sequência 7.....	113
sequência 8.....	120
sequência 9.....	120
sequência 10.....	122
sequência 11.....	122
sequência 12.....	125
sequência 13.....	126
sequência 14.....	128
sequência 15.....	135
sequência 16.....	135
sequência 17.....	136
sequência 18.....	136
sequência 19.....	137
sequência 20.....	137
sequência 21.....	144
sequência 22.....	144
sequência 23.....	145
sequência 24.....	146
sequência 25.....	149
sequência 26.....	152
sequência 27.....	153
sequência 28.....	154
sequência 29.....	156

sequência 30..... 157